

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	9
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	10
3.7 - Nível de endividamento	11
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	12
3.9 - Outras informações relevantes	13

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	14
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	16
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	17
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	20
4.5 - Processos sigilosos relevantes	21
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	22
4.7 - Outras contingências relevantes	23
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	24

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	25
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	27
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	28
5.4 - Outras informações relevantes	29
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	30
6.3 - Breve histórico	31
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	32
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	33
6.7 - Outras informações relevantes	34
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	35
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	36
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	37
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	40
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	41
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	47
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	48
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	49
7.9 - Outras informações relevantes	50
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	52
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	53
8.3 - Operações de reestruturação	54
8.4 - Outras informações relevantes	55
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	57
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	58

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	59
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	60
9.2 - Outras informações relevantes	61
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	62
10.2 - Resultado operacional e financeiro	68
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	71
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	73
10.5 - Políticas contábeis críticas	75
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	76
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	78
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	79
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	80
10.10 - Plano de negócios	81
10.11 - Outros fatores com influência relevante	83
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	84
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	85
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	86
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	89
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	91
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	92
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	93
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	94
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	97
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	98

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	99
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	100
12.12 - Outras informações relevantes	101

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	102
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	104
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	113
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	114
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	115
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	116
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	117
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	118
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	119
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	120
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	121
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	122
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	123
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	124
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	125
13.16 - Outras informações relevantes	126

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	127
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	128
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	129

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	132
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	133
15.3 - Distribuição de capital	138
15.4 - Organograma dos acionistas	139
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	140
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	141
15.7 - Outras informações relevantes	142
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	143
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	144
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	148
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	149
17.2 - Aumentos do capital social	150
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	151
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	152
17.5 - Outras informações relevantes	153
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	154
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	155
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	156
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	157
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	158
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	159

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	160
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	161
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	162
18.10 - Outras informações relevantes	163
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	164
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	165
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	166
19.4 - Outras informações relevantes	167
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	168
20.2 - Outras informações relevantes	169
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	170
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	171
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	173
21.4 - Outras informações relevantes	174
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	175
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	176
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	177
22.4 - Outras informações relevantes	178

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Bruno Armbrust

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Jorge Henrique da Silva Baeta

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	20/04/2007 a 23/03/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa. Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e Relatório de Informações Trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 334.641,00 (trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais)
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor independente em 2011 e nos três exercícios anteriores, além do rodízio mandatório. Em 23/03/2012, em razão do rodízio mandatório, ocorreu a substituição do auditor com a contratação da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S para atuação a partir do exercício iniciado em 01/01/2012.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição do auditor independente além do rodízio mandatório, assim, não houve razão apresentada pelo auditor independente, não havendo discordância quanto à substituição ocorrida em 2007 face à necessidade decorrente do rodízio.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Cláudia Eliza Medeiros de Miranda	20/04/2007 a 31/12/2010	998.676.997-34	Rua da Candelária, nº 65, 12º, 14º e 15º and, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20091-020, Telefone (0021) 32326116, Fax (021) 32326112, e-mail: claudia.eliza@br.pwc.com
Maria Salete Garcia Pinheiro	01/01/2011 a 23/03/2012	299.484.367-68	Rua da Candelária, nº 65, 12º, 14º e 15º and, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20091-020, Telefone (0021) 32326083, Fax (021) 32326591, e-mail: salete.garcia@br.pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	567-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Performance Auditoria e Consultoria S/S
CPF/CNPJ	41.968.512/0001-23
Período de prestação de serviço	01/04/2012
Descrição do serviço contratado	Serviço de auditoria externa. Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e Relatório de Informações Trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 159.734,45 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor desde 01/04/2012
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve qualquer discordância sendo mantido o auditor desde o início de sua prestação do serviço em 01/04/2012.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Renato Andrade Mendonça	01/04/2012	083.901.935-15	Av. Tancredo Neves nº 1632, Torre Sul CJ 1301, Caminho das árvores, Salvador, BA, Brasil, CEP 41820-020, Telefone (71) 31134530, Fax (71) 311345000, e-mail: renato.medonca@performanceonline.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

2. Auditores Independentes

2.3. Outras informações relevantes.

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não houve substituição do auditor independente em 2011 ou nos três exercícios anteriores, sendo o auditor independente a PricewaterhouseCoopers, pelo período de 2007 a 2011.

Em 23/03/2012, em razão do rodízio legal mandatário, ocorreu a substituição do auditor com a contratação da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S para atuação a partir do exercício iniciado em 01/01/2012.

Em 09/04/2012, em cumprimento ao disposto no artigo 28 da Instrução Normativa Nº 308/99 da CVM, a Companhia comunicou o mercado a respeito da substituição, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião realizada em 23/03/2012.

A informação também foi prestada ao Conselho Fiscal da Companhia, que, em reunião realizada no dia 10/05/2012 verificou o correto cumprimento pelos administradores, da obrigação de informar a CVM sobre a troca dos auditores independentes e de sua regularidade perante o órgão, em cumprimento ao disposto no artigo 29 da Instrução Normativa Nº 308/99 da CVM.

O auditor externo, contratado a partir de 01/01/2012, PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S é inscrito no CNPJ sob o nº 41.968.512/0001.23, possui endereço à Av. Tancredo Neves nºs 1632, 1301 a 1303, Caminho das árvores, Salvador – BA, CEP 41.820-020, Código CVM 5673, e o responsável técnico é o Sr. José Renato Andrade Mendonça, inscrito no CPF sob o nº 083.901.935-15, e no CRC/BA sob o nº 9749.

Em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 11.638/2011 e com a Instrução Normativa CVM nº 381 de 14 de Janeiro de 2003, a Companhia informou em seu Relatório Anual da Administração que mantém contrato de prestação de serviços exclusivamente de auditoria externa contábil com a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S; que não possui sociedades por ela controladas e que a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S não prestou serviços à nenhuma outra sociedade integrante do mesmo grupo econômico ao qual pertence a Companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	951.724.343,70	885.982.446,97	867.917.469,68
Ativo Total	2.146.315.115,83	2.057.089.423,84	1.928.015.551,58
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	3.117.739.079,82	2.735.832.136,35	2.304.052.600,51
Resultado Bruto	950.984.436,16	423.347.725,61	361.638.280,39
Resultado Líquido	341.257.529,02	290.377.389,74	251.666.879,10
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,018300	0,017062	0,016714
Resultado Líquido por Ação	6,571800	5,592000	4,846500

3.2 - Medições não contábeis

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

3. Informações financeiras selecionadas

3.2 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: a. informar o valor das medições não contábeis; b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

A Comissão de Valores Mobiliários editou em 04/10/2012 a Instrução Normativa 527/2012 que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e LAJIR (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM, possibilitando a correta comparação do dado entre os exercícios.

Outras informações contábeis selecionadas pelo emissor (R\$ mil)	2013	2012	2011
Lajida	645.875	572.514	527.781
Lucro líquido do exercício	341.257	290.377	251.667
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	159.919	132.970	109.972
Resultado Financeiro	43.101	47.221	67.586
Depreciação e amortização	101.597	101.946	98.556

A Companhia entende que, por eliminar os efeitos dos financiamentos e dos impostos, a utilização do LAJIDA (EBITDA) como medição não contábil, oferece ao leitor das demonstrações uma boa fonte de comparação, pois mede com maior precisão a produtividade e a eficiência do negócio.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

3. Informações financeiras selecionadas

3.3 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social, que as altere substancialmente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

3. Informações financeiras selecionadas

3.4 Descrever a política de destinação dos resultados dos 03 últimos exercícios sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Em conformidade com a legislação societária e com o Estatuto da Companhia, são constituídas reservas de capital e de lucros. A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos exercícios de 2011, 2012 e 2013 não houve retenção de lucros, sendo distribuídos 100% (cem por cento) do lucro do exercício após as deduções legais.

b. regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprova, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos anualmente. Em 2012 o pagamento dos dividendos foi efetuado em parcela única no mês de julho de 2012, Em 2013 o pagamento dos dividendos foi parcelado em duas vezes, sendo efetuado o pagamento da primeira parcela em julho de 2013 e da segunda em dezembro de 2013. O mesmo ocorrerá em 2014, quando o pagamento dos dividendos será efetuado em duas parcelas, também nos meses de julho e de dezembro de 2014.

O pagamento de juros sobre o capital próprio foi efetuado em parcela única nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, sempre no mês de julho de cada ano, o que também ocorrerá em 2014.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011
Lucro líquido ajustado	340.770.665,55	285.508.755,04	239.083.535,14
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	100,000000	100,000000	100,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,358568	0,327746	0,310992
Dividendo distribuído total	340.770.665,55	285.508.755,04	239.083.535,14
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			27/04/2012

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	36.343.907,67	31/07/2014	41.513.381,30	31/07/2013	42.565.570,49	31/07/2012
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	304.426.757,88	31/07/2014	243.995.373,74	31/07/2013	196.517.964,65	31/07/2012

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

3. Informações financeiras selecionadas

3.6 Informar se, nos 03 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos últimos 03 exercícios sociais não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	0,00	Outros índices	0,33927200	Método utilizado para calcular este índice: Dívida Financeira/(Dívida Financeira+Patrimônio Líquido)*100= XX. Motivo da utilização deste índice: Mostra a participação do capital de terceiros no financiamento total (capital próprio + capital de terceiro).

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Quirografárias	154.359.524,80	285.649.892,40	38.683.125,89	0,00	478.692.543,09
Total	154.359.524,80	285.649.892,40	38.683.125,89	0,00	478.692.543,09
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

3. Informações financeiras selecionadas

3.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre as informações financeiras selecionadas.

Não há outras informações relevantes sobre as informações financeiras selecionadas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

4. Fatores de risco

4.1 Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

A Companhia é concessionária do serviço público de distribuição de gás canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, possuindo exclusividade para a distribuição do gás natural canalizado na sua área de concessão.

No Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta), foram fixadas obrigações e assumidos determinados compromissos com o poder concedente, que, caso não sejam cumpridos, podem resultar na perda da concessão. A exemplo de causa da perda da concessão citamos o descumprimento da obrigação de expandir o fornecimento aos municípios do interior da região metropolitana do Rio de Janeiro e prestar o serviço com defeito de qualidade e/ou segurança.

Determinados serviços são prestados por meio do apoio de empresas terceirizadas, o que pode gerar passivos trabalhistas. Assim, a companhia adota diversas medidas para minimizar eventual risco decorrente de tais relações, que integram a sua Política de Redução de Passivos Trabalhistas, de acordo com a qual:

- (i) mantém um grupo de trabalho interno com as diretorias de Compras, Financeira, Recursos Humanos e Jurídica para análise mensal das altas e baixas de processos e, proposição de ações de melhoria;
- (ii) retenção de cauções contratuais das empresas terceirizadas para deduzir das provisões trabalhistas, liberando somente, com o compromisso de fazer acordos nos processos trabalhistas com seus empregados;
- (iii) realização de acordos nos processos de ex-empregados de empresas terceirizadas, quando a empresa deixa de trabalhar para a CEG e encerra suas atividades;
- (iv) contratação pela área de compras de empresa para auditoria permanente nas empresas terceirizadas, para verificação do cumprimento da legislação fiscal e trabalhista;
- (v) revisão de critérios de avaliação e seleção de empresas terceirizadas, buscando empresas sólidas e que tenham uma amplitude maior de atuação, não prestando serviços exclusivamente para a CEG.

Além do passivo judicial trabalhista, os demais passivos judiciais e administrativos também são acompanhados nos mesmos moldes e com objetivos acima descritos.

A Companhia mantém uma área de gestão fiscal que atua dentro dos limites tributários e visa aprimorar a capacidade de gestão das diferentes unidades de negócios, fornecendo orientação para a correta aplicação da legislação e desenvolvimento de oportunidades.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O grupo Gas Natural Fenosa adquiriu o controle da Companhia no curso da privatização, assumindo determinados compromissos por meio do Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de gás natural, estando sujeito ao prazo da concessão de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta) e a outras obrigações, que, caso não sejam cumpridas podem resultar na perda da concessão, como por exemplo, a obrigação de expandir o fornecimento de gás canalizado aos municípios do interior da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Trata-se de um sólido grupo espanhol que atua na área de energia, sendo o maior grupo de atuação no setor de gás natural na América Latina. Em 2009 passou por um processo de fusão com o grupo Union Fenosa, também espanhol, que atua no mercado de energia elétrica. Após a fusão, o grupo está presente em 26 países em todo mundo, onde oferece serviços a cerca de 20 milhões de clientes dos cinco continentes.

As ações da Gas Natural Fenosa são negociadas no mercado espanhol e formam parte do índice Ibex 35 e em particular do índice Ibex Utilities. Assim, as ações do grupo estão sujeitas às variações do mercado espanhol.

c. a seus acionistas

A Companhia teve seu capital aberto, com a obtenção do registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM no período da privatização, em 1997, em atendimento às regras impostas pelo Edital de Desestatização. Naquela oportunidade, parte das ações foi oferecida ao grupo de controle e parte aos empregados da companhia à época.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Atualmente os principais acionistas são o BNDESPAR, o Fundo de Investimentos em Ações Dinâmica Energia – ambos investidores institucionais – e o grupo controlador Gás Natural Fenosa, responsável pelo funcionamento operacional da companhia, não se verificando a pulverização do controle. A atual participação dos adquirentes das ações da companhia na qualidade de então empregados é parte do *free float* que corresponde a 0,22% do capital social.

Esta estrutura vem sendo mantida há cerca de dez (13) anos. Resultado desta configuração societária é um reduzido volume de negociação das ações da Companhia, se comparado com outras companhias do mesmo setor, cujas ações apresentam maior liquidez.

d. a suas controladas e coligadas

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

e. a seus fornecedores

Em razão da própria natureza do negócio, a Companhia possui como única fornecedora a Petrobrás, estando sujeita às políticas públicas relacionadas à Estatal.

f. a seus clientes

A companhia possui uma carteira diversificada de clientes distribuídos entre os segmentos industrial, comercial, veicular, residencial e geração de energia elétrica (térmico), minimizando assim eventuais riscos relacionados a impactos decorrentes de crises enfrentadas por determinado segmento.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Como acima descrito, parte da carteira de clientes é representada pelo segmento industrial, assim, a Companhia está sujeita à eventuais crises enfrentadas pelo setor, como a que ocorreu ao final de 2008 e se estendeu pelo ano de 2009, atingindo a economia mundial, com reflexos no setor produtivo no país.

Além disso, a Companhia está sujeita às políticas públicas relacionadas ao setor de energia. A exemplo podemos citar os eventuais leilões de gás realizados pela Petrobras, a partir de 2009, que resultou na queda da tarifa do gás para os segmentos não térmicos (sobretudo industrial e comercial), bem como, eventuais consequências de determinações do Órgão Nacional do Sistema – ONS, que afetam a necessidade de acionamento das térmicas, resultando num aumento do volume de consumo de gás natural pelo setor.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está sujeita à regulação por parte da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e aos órgãos de fiscalização e regulamentação e à legislação ambientais.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia não atua em países estrangeiros.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

4. Fatores de risco

4.2 Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Do ponto de vista das relações laborais, a partir de 2007, observou-se um aumento de reclamações trabalhistas propostas por terceiros em face da Companhia após o fim do projeto de conversão do gás manufacturado para gás natural, o que resultou no término de grandes contratos mantidos pela área Comercial e de Conversão com empresas que prestavam serviços exclusivamente para a CEG. Tais empresas encerraram suas atividades, deixando um passivo Trabalhista.

O conjunto de ações com o objetivo de redução do passivo trabalhista que têm sido implementadas pela Companhia desde o segundo semestre de 2008, representou uma redução do passivo trabalhista em 3%, com relação ao ano de 2007. Em 2009 comparado com 2008 houve uma redução na ordem de 8,9%, já em 2010 comparado com 2009 houve um acréscimo de 19%, apesar de serem mantidas as ações já iniciadas em 2008. Com esse acréscimo houve incremento de novas ações para que continuasse a redução planejada. Já no ano de 2011 comparado com 2009 a redução foi na ordem de 9,1%. Já em 2012 comparado com 2011, houve um acréscimo de 15,36. Por fim, no ano de 2013 comparado a 2012, houve uma redução de 9,51%, essa redução ocorreu, devido a implementação das seguintes ações:

- a) Retenção de caução das empresas prestadoras de serviços;
- b) elaboração de acordos na Justiça do Trabalho logo na primeira audiência;
- c) Contratação de empresa para realizar auditoria nas terceirizadas, a fim de verificar o cumprimento da legislação;
- d) Revisão dos critérios da avaliação e seleção de terceiros, buscando empresas maiores e que tenham maior amplitude nos serviços prestados.

Do ponto de vista dos passivos judiciais cíveis, a Companhia mantém Políticas de Redução dos Passivos, inclusive com busca pela realização de acordos, cujo objetivo é a redução do passivo para 12% das previsões de condenação, observando-se a realização de acordos em média em 50% dos casos nos últimos três anos.

Do ponto de vista da regulamentação do setor e submissão às normas regulatórias, a Companhia mantém setores especificamente voltados para análise e cumprimentos das normas e ao atendimento à fiscalização (regulatórios e ambientais), visando o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos no Contrato de Concessão.

Do ponto de vista dos segmentos de mercados, a Companhia busca diversificar o atendimento aos diversos setores (residencial, industrial, comercial e termelétrico), evitando a concentração num determinado segmento, inclusive por meio de investimentos na expansão de redes de distribuição (tubulações).

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****4. Fatores de risco**

4.3 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: a. juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. se a chance de perda é (i) provável; (ii) possível, (iii) remota; h. análise do impacto em caso de perda do processo; i. valor provisionado, se houver provisão.

Fatores de Risco - Ações Trabalhistas de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
Ministério Público do Trabalho / RJ	CEG	58ª VT/RJ	24/05/2007	Suspensão de atividade terceirizada	Suspensão da contratação pela CEG, com empresas especializadas, de todos os serviços que, segundo a inicial, estão ligados a atividade fim da CEG.	Remota	Suspensão de atividade terceirizada	Não há

(1) Possível; provável; remoto

Fatores de Risco - Ações judiciais da Área Fiscal de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
CEG (2)	Fazenda	28ª Vara Federal	08/10/2007	313.232.207,96	Anular débitos	Remota	Pagamento	Não há
Fazenda	CEG (2)	7ª Vara de Execução Fiscal	20/07/2006	52.857.648,81	Execução Fiscal	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/10/2002	19.026,46	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	23/06/2008	1.927.957,72	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/02/2010	2.632.776,68	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG	INSS	2ª Vara Federal	29/07/2005	12.529.716,59	Anular débitos	Possível	Pagamento	Não há
CEG	Fazenda	7ª Vara Federal	10/09/2001	8.863.398,22	Anular débitos	Possível / Remota	Pagamento	8.863.398,22

(1) Possível; provável; remoto

(2) Em conexão

Fatores de Risco - Ações judiciais Cíveis de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
CEG	AGENERSA	1ª VFP	24/06/2004	s/valor definido (obrigação de fazer)	Compelir a AGENERSA, no prazo de 60 dias, a concluir a apreciação e deliberar acerca das propostas de revisão tarifária quinquenal, bem como para que aquela autarquia se abstenha de atribuir efeito retroativo à sua deliberação sobre a revisão tarifária.	PEDIDO DESISTÊNCIA	Postergar a revisão tarifária, acarretando prejuízos à CEG e CEG RIO.	N/A
CEG	AGENERSA	3ª VFP	24/06/2004	R\$ 10.357.132,00	Anular a deliberação proferida no processo administrativo, de forma a assegurar a manutenção do critério, até então adotado, de repasse do ônus financeiro da CPMF às tarifas	REMOTO	Prevaler a deliberação da AGENERSA que alterou o critério	N/A

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

					de gás praticadas pela CEG.		de repasse da CPMF para as tarifas, trazendo significativos ônus financeiros para a CEG.	
CEG	AGENERSA	1ª VFP	27/07/2004	R\$ 118.617.979,00	Anular as deliberações AGENERSA-RJ 298/2002 e 324/2003, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para que as concessionárias possam: a) repassar para as tarifas a Taxa AGENERSA, os custos da CPF e os custos do aumento da alíquota da COFINS; b) restabelecer a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; c) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998.	REMOTO	Prevalerem as deliberações nº 298/02 e 324/03, o que acarretará graves prejuízos para a CEG.	N/A
CEG	AGENERSA	1ª VFP	27/08/2004	R\$ 6.461.373,00	Anular deliberações da ASEP, para que as Companhias possam: a) repassar para as tarifas os tributos incidentes (Taxa ASEP, CPMF e Cofins), restabelecendo a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; e b) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998.	REMOTO	Prevalerem as deliberações AGENERSA, o que acarretará graves prejuízos para a CEG e CEG RIO.	N/A
CEG	AGENERSA	10ª VFP	26/04/2006	s/valor definido (obrigação de fazer)	Declaração da nulidade das Deliberações AGENERSA n.ºs 611 e 555, que dispuseram sobre o reajuste quinquenal das tarifas da CEG e da CEG RIO e a revisão das tarifas das Concessionárias na forma prevista nos seus respectivos Contratos de Concessão.	REMOTO	Prevaler as deliberações vigentes sobre a Revisão de Tarifas.	N/A
CEG	AGENERSA	8ª VFP	10/07/2006	R\$ 2.366.515,56	Declaração da nulidade das Deliberações AGENERSA n.ºs 13/06 e 15/06, que dispuseram sobre o repasse de variações no custo de aquisição do gás natural nos meses de setembro de 2005 e novembro de 2005, assim como determinaram que doravante os repasses somente poderiam ser procedidos após 30 dias contados da publicação de avisos na imprensa.	REMOTO	Prevaler as deliberações vigentes sobre a Revisão de Tarifas.	N/A
Ministério Público RJ	CEG	8ª VFP	31/08/2005	Este feito se encontra reunido com o descrito na linha acima. A contingência está sendo feita no processo acima.	Ação Civil Pública em que o MP/RJ alega que a Companhia somente poderia praticar tarifas reajustadas 30 dias após a publicação de aviso na imprensa (diferentemente do disposto no Contrato de Concessão).	REMOTO	Suportar os custos financeiros de aquisição do gás, por 30 dias contados da data em que efetuassem a publicação dos reajustes.	N/A
Petrobrás	CEG	13ª VFP	29/07/2009	Não há	Declaração de ilegalidade das Deliberações nº 370 e 371 da AGENERSA, tornando inexistente a majoração da margem de distribuição da tarifa cobrada pelas concessionárias CEG e CEG-RIO.	REMOTO	Tornar inexigível a majoração da margem de distribuição da tarifa cobrada pelas concessionárias CEG e CEG-RIO.	N/A
AGRAGET – Assoc. Bras. de Geradoras Termelétricas	CEG	14ª VFP	25/05/2009	R\$ 742.513,50	Anular as Deliberações nº 370/2009 e nº 371/2009 da AGENERSA, que homologaram os aumentos das tarifas cobradas pela CEG e pela CEG RIO em 2009	REMOTO	Restituir para as termelétricas os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A
CEG	União Federal	28ª Vara Federal RJ	04/10/2007	R\$ 266.871.167,00	COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PIS/CONFINS. Impugnar os efeitos retroativos atribuídos pela Receita Federal à decisão administrativa que declarou “sem efeito” decisão proferida 2 (dois) anos antes, por meio da qual a própria Receita havia deferido pedido de restituição de indébito tributário.	REMOTO	Pagamento do imposto relativo ao tempo em que foi feita a compensação com juros e multa.	N/A
AGENERSA	CEG	AGENERSA - Administrativo	09/06/2006	R\$ 935.016,99	Processo instaurado pela AGENERSA para verificar a procedência de reclamação de morador em relação a supostas irregularidades	POSSÍVEL	Pagamento de multa	N/A

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

					referentes às cabines de medidor, que geraram os Termos de Notificação CAENE nº 001/09, 003/09 e 005/09.			
AGENERSA	CEG	AGENERSA - Administrativo	12/11/2004	R\$ 1.459.607,88	Processo instaurado para avaliar reclamação de moradores quanto a supostas inadequações no Conjunto IAPI, na Penha.	POSSÍVEL	Pagamento de multa	N/A
GALVASUD e CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)	CEG RIO	1ª VFP	22/05/2009	R\$ 27.850.000,00	Declarar a nulidade da deliberação nº 370/2009 da AGENERSA, que homologou o aumento da margem cobrada pela CEG RIO em 11,8% e condenar a CEG RIO a restituir à CSN e GALVASUD aquilo que eventualmente tiver sido pago a mais em decorrência da anulação da referida deliberação.	REMOTO	Restituir para estes clientes os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A
GERDAU AÇOS LONGOS	CEG	6ª VFP	30/06/2009	R\$ 4.002.000,00	Declarar a nulidade da deliberação nº 371/2009 da AGENERSA, que homologou o aumento da margem cobrada pela CEG em 11,32% e condenar a CEG a restituir à GERDAU aquilo que eventualmente tiver sido pago a mais em decorrência da anulação da referida deliberação.	REMOTO	Restituir para este cliente os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A
REFINARIA NACIONAL DE SAL	CEG RIO	21ª Vara Cível	30/07/2003	R\$ 1.600.000,00	A RNS ajuizou ação contra a CEG RIO objetivando a sustação e o subsequente cancelamento dos protestos e dos títulos respectivos, alegando que o valor constante das faturas não estaria condizente com as normas legais e contratuais aplicadas. Questiona, assim, o PCS do gás fornecido e faturado, ilegalidade de tarifa de transporte, imprecisão de medições e irretroatividade de aumentos do preço do gás. A refinaria obteve liminar, para pagar apenas 71% do valor da fatura, calculado com base na tarifa praticada na época (menor que a tarifa limite). A CEG RIO recorreu e o Tribunal de Justiça alterou o percentual para 85%. Já houve, em 11/2009 sentença favorável à CEG RIO. Nesta decisão, o juiz acompanhou integralmente o laudo do perito judicial, cujo ponto desfavorável à Companhia refere-se a cobrança da tarifa de transporte praticada a partir de 30/01/2001.	REMOTO	Praticar tarifas menores e ressarcir a diferença cobrada a maior.	N/A

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

4. Fatores de risco

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando: a . juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos; f. principais fatos; g. se a chance de perda é (i) provável; (ii) possível, (iii) remota; h. análise do impacto em caso de perda do processo; i. valor provisionado, se houver provisão.

Não há ações cíveis, fiscais e trabalhistas a serem apontadas em relação aos critérios acima apontados.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

4. Fatores de risco

4.5 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não há processos sigilosos relevantes em que a companhia seja parte.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

4. Fatores de risco

4.6 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando: a. valores envolvido; b. valor provisionado, se houver; c. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência:

Fatores de Risco - Ações judiciais, administrativas ou arbitrais, repetitivos ou conexos, baseados em causas semelhantes, que não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes			
Valores envolvidos	Valor provisionado	Causa das ações (prática que causou a contingência)	Trabalhista / Tributário / Cível / PROCON / Outros
R\$ 8.056.846,00,00	R\$ 6.646.898,00	Equiparação salarial, horas extras e adicionais de salários	Trabalhista – processos de ex-empregados da CEG
R\$ 33.950.670,00	R\$ 28.009.303,00	Responsabilidade subsidiária	Trabalhista – processos de ex-empregados de empresas Terceirizadas
R\$ 3.544.941,40	Não há, em razão da baixa possibilidade de perda	Cobrança de multas por supostas irregularidades nas obras de manutenção realizadas em vias públicas.	Tributário
R\$48.164.289,36 (Valor da causa)	R\$7.706.286,29	1600 ações de menor complexidade por diversos motivos de natureza consumerista;	Cível

4.7 - Outras contingências relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

4. Fatores de risco

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****4. Fatores de risco**

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**
- c. hipóteses de cancelamento de registro**
- d. outras questões do interesse dos investidores**

Este item não se aplica à Companhia, que não se trata de emissora de valores estrangeira.

Além disso, vale ressaltar que a Companhia não emite valores mobiliários em outros países, estando sujeita somente à regulamentação posta pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pois suas ações são negociadas no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Riscos de mercado

5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A gestão dos riscos financeiros da Companhia é descrita na Nota Explicativa 4.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia, conforme destacamos no item 5.2 a seguir deste Formulário de Referência.

Fatores de Risco

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial: O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 5.2 a seguir deste Formulário de Referência. Em 31 de dezembro de 2013, e na presente data, não há empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(ii) Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada após 30 dias de atraso no pagamento da fatura para clientes residenciais e comerciais e após 10 dias de atraso para clientes industriais. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores	244.604	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	162.002	123.100	284.415	-
Contas a pagar - assunção de dívida	11.722	6.695	7.060	-
Contas a pagar - partes relacionadas	259	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	267.550	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	181.770	204.528	124.296	18.573
Contas a pagar - assunção de dívida	11.128	8.669	17.295	-
Contas a pagar - partes relacionadas	60	-	-	-

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Riscos de mercado

5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando: a. riscos para os quais se busca proteção; b. estratégia de proteção patrimonial (hedge); c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos; g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: (a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço); (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão quinzenal tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2013, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros e risco cambial.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

5. Riscos de mercado

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.4 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

5. Riscos de mercado

5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre riscos de mercado

Não há outras informações relevantes sobre os riscos de mercado, além daquelas já descritas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	02/06/1969
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de empresa pública em 1969, a CEG foi privatizada em 1997, quando o Programa Estadual de Desestatização - PED (Decreto nº 21.985/1996 e Lei Estadual de nº 2.470/1995), adotou a modalidade de abertura de capital para oferta das ações ao novo grupo de controle da Companhia.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	17/11/1977

6.3 - Breve histórico

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

6. Histórico do emissor

6.3. Breve Histórico do emissor

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, anteriormente denominada Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro, foi constituída através do decreto-lei nº 29, de 28 de maio de 1969, com a finalidade de operar os serviços de gás canalizado na cidade do Rio de Janeiro. Com a criação, em 1975, do novo estado do Rio de Janeiro, foi editado o decreto-lei nº 39, de 24 de março de 1975, que ampliou o seu objeto social e área de distribuição, que passou a ser toda a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Conforme disposto na Lei Complementar Estadual nº 64, de 21 de setembro de 1990, a CEG passou a atuar na distribuição de gás para os municípios que integram a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A CEG foi incluída no Programa Estadual de Desestatização – PED através do Decreto n.º 21.985, de 16 de janeiro de 1996, por enquadrar-se nos objetivos do PED previstos no artigo 1º da lei estadual de n.º 2.470, de 28 de novembro de 1995.

Em 14 de julho de 1997, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, alienou, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, 65,41% do capital social da CEG. Desse total, 56,41% foi oferecido em lote único ao novo Grupo Controlador e 9,0% foi ofertado aos empregados da Companhia.

Em 21 de julho de 1997 foi assinado o Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de gás canalizado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a CEG.

Em 17 de novembro de 1997, a companhia obteve da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme processo CVM n.º RJ 97/3178, o registro de Companhia Aberta para negociação de ações em Bolsa.

A razão social da Companhia foi alterada, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29/04/98, passando a se chamar COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG.

Além da ampliação do número de clientes e da expansão das suas redes, outro compromisso assumido no Contrato de Concessão foi o de fazer a conversão do gás manufaturado para gás natural em toda a cidade do Rio de Janeiro, projeto que foi concluído em meados de 2007.

Atualmente a CEG atende, dentro de sua área de concessão, aos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita, Niterói, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Maricá, sendo este último atendido com GNC – Gás Natural Comprimido. O município de Japerí já possui rede de gás canalizado, cuja atividade comercial já está pronta para ter início. Quando isso ocorrer, passarão a ser 18 os municípios abastecidos com gás natural.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

6. Histórico do emissor

6.5. Principais Eventos Societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando: a. evento; b. principais condições do negócio; c. sociedades envolvidas; d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor; e. quadro societário antes e depois da operação.

Em 16/07/2004 a Companhia divulgou Fato Relevante, no qual informou ao mercado acerca da aquisição, pela Gas Natural Internacional SDG S/A, da integralidade da participação acionária de Enron International Brazil Gas Holding LLC, passando a sua participação acionária a 35,26%. Com a aquisição, o grupo controlador da Companhia, formado pela Gas Natural Internacional SDG S/A e por sua controladora Gas Natural SDG S/A, passou a deter 54,16% da participação acionária.

No início de 2013, conforme Comunicado divulgado ao Mercado em 28/03/2013, o Grupo Gas Natural Fenosa concluiu sua reorganização societária, concentrando na Gas Natural Internacional SDG, as participações que detém na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG.

Desta forma, a Gas Natural SDG S/A, que detinha 18,90% de participação na CEG, deixou de ser acionista, e a sua subsidiária integral, empresa Gas Natural Internacional SDG S.A passou a deter sozinha a participação de 54,16% na Companhia, concentrando a participação do grupo. Tal alteração não representa nenhum efeito relevante para a Companhia, tendo em vista que não houve alteração no controle e tomadas de decisões, nem, tampouco houve alteração administrativa ou no quadro de administradores da CEG, mantendo-se a participação acionária e a representatividade de todos os demais acionistas, inclusive os minoritários, no Conselho de Administração.

O objetivo da referida reorganização é, tão somente, simplificar a estrutura dos investimentos do Grupo nas sociedades das quais participa no Brasil, inclusive da CEG, sem, contudo, que haja qualquer alteração no controlador indireto da mesma, o qual continuará sendo a Gas Natural SDG S/A.

O procedimento operacional da transferência das ações no Brasil, junto ao custodiante, está em curso.

A CEG não possui empresas por ela controladas.

Quadro Societário antes da reorganização concluída em Março de 2013

Acionistas	Participação no capital social (%)
Grupo Gas Natural	54,16
Gas Natural Internacional SDG S.A	35,26
Gas Natural SDG S.A	18,90
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Quadro Societário depois da reorganização concluída em Março de 2013

Acionistas	Participação no capital social (%)
Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

6. Histórico do emissor

6.6. Informações de pedidos de falência fundados em valor relevante ou e recuperação judicial ou extrajudicial.

Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não foram feitos pedidos de tais naturezas.

6.7 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

6. Histórico do emissor

6.7. Outras informações relevantes.

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

História da Distribuição de Gás no Rio de Janeiro

A história do gás canalizado no Rio de Janeiro teve início em 1851, quando Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, assinou um contrato para iluminação a gás no Rio de Janeiro. O contrato determinava a construção de uma fábrica de gás no centro da cidade e a instalação de canalizações em perímetros determinados, o que mudou radicalmente os hábitos e costumes da população carioca.

Assim surgiu, em 1854, a Companhia de Iluminação a Gás. Três anos mais tarde, a Companhia já iluminava a cidade através de 3.027 lâmpadas públicas, 3.200 residências e três teatros. Em 1865, a Companhia de Iluminação a Gás foi vendida para uma empresa inglesa que assumiu os serviços de gás através da Rio de Janeiro Gas Company Limited.

A partir de 1870 ocorreu a expansão do uso de gás canalizado em outras cidades brasileiras. Já em 1874, a empresa abastecia na capital do Império 10 mil residências, 5 mil estabelecimentos públicos e 6 mil lâmpadas. Para tanto eram destiladas 25 mil toneladas de carvão, produzindo 7 milhões de m³ de gás por ano. Em 1876, a concessão dos serviços de gás passou para a empresa belga Société Anonyme du Gaz - SAG.

Em 1910, a The Rio de Janeiro Traway Light and Power Company Limited passou a deter o controle do capital da SAG. Foi a própria SAG que procurou ampliar o emprego de gás e decidiu construir uma nova fábrica no bairro de São Cristóvão. Esta fábrica foi construída em 1911, com maior capacidade de fornecimento (cerca de 180 mil m³ por dia) permitindo inclusive estender o uso de gás a fogões e aquecedores domésticos.

Inversamente    tendência mundial, ocorreu no País um declínio do uso do gás canalizado, do início do século até 1967, permanecendo somente em duas cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, representando naquele último ano, apenas 0,3% da demanda brasileira de energia primária.

Em 1967, a SAG inicia o craqueamento catalítico de nafta, abandonando o uso do carvão como matéria-prima. Em maio de 1969, o então Estado da Guanabara, assume a opera  o do serviço de gás canalizado. É criada a Companhia Estadual de Gás da Guanabara - CEG GB. Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em julho de 1974, a Ceg passa a se denominar Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro - CEG.

Em 1982 a Ceg entra na era do gás natural substituindo a nafta como matéria prima da produ  o do gás manufaturado e passando também a distribuí-lo diretamente. Após a privatiza  o, em julho de 1997, no ano de 1998, a Ceg mudou sua razão social para Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG.

Em janeiro de 1997 foi criada a CEG RIO S.A, sociedade an  nima de capital fechado, que visa distribuir gás canalizado a 65 municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia foi privatizada, juntamente com a Ceg, em julho de 1997, quando seu controle também passou para o Grupo Gas Natural Fenosa.

A Companhia está levando o gás canalizado a novos municípios do interior do Estado, como Petrópolis, Três Rios e Paraíba do Sul e viabilizou a passagem para a Ceg dos gasodutos Reduc-Bayer e Japeri-Santa Cruz, incorporando 12 indústrias ao sistema de distribui  o da CEG e ampliando seu consumo.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do emissor

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas.

A companhia opera serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, na área de sua concessão (região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro); explora com exclusividade a distribuição de gás canalizado e seus subprodutos, no âmbito da concessão; pode produzir, importar; comercializar e distribuir produtos relacionados à sua atividade principal e de produtos gasodomésticos; pode exercer atividades correlatas à sua finalidade principal como a execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados ao setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviço de consultoria técnica à terceiros e pode participar no capital de outras sociedades.

A Companhia não possui empresas controladas.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****7. Atividades do emissor**

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

Principais Produtos e/ou Serviços	% Receita Líquida			
	2013	2012	2011	2010
GÁS NATURAL	93,9	94,5	95,6	96,9
GLP	0,1	0,1	0,1	0,1
SERVIÇOS	6,0	5,3	4,3	2,9

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Seguimento Operacional	2013		2012		2011	
	Receita R\$	% da Receita Líquida	Receita R\$	% da Receita Líquida	Receita R\$	% da Receita Líquida
Residencial	602.829	16,6	562.103	17,3	527.492	18,7
Comercial	266.059	7,3	251.604	7,8	237.002	8,4
Automotivo	862.482	23,7	844.659	26,0	832.264	29,5
Petroquímico	29.945	0,8	48.428	1,5	58.890	2,1
Cogeração	52.574	1,4	63.226	1,9	67.270	2,4
Industrial	602.332	16,5	624.317	19,2	681.587	24,2
Termelétrica	1.007.119	27,7	678.021	20,9	293.383	10,4
Serviços	216.916	6,0	173.323	5,3	120.819	4,3
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	3.640.257	100,0	3.245.682	100,0	2.818.707	100,0

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Seguimento Operacional	2013		2012		2011	
	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido
Residencial	135.662	44,5	111.862	44,9	94.976	45,4
Comercial	51.261	16,8	42.496	17,1	37.160	17,8
Automotivo	36.498	12,0	30.966	12,4	28.359	13,6
Petroquímico	1.997	0,7	3.121	1,3	4.212	2,0
Cogeração	3.597	1,2	3.658	1,5	2.914	1,4
Industrial	40.621	13,3	36.814	14,8	30.597	14,6
Termelétrica	34.985	11,5	19.529	7,8	10.562	5,1
Serviços	293	0,1	418	0,2	319	0,2
Outros	0	0	0	0	0	0
Total	304.913	100,0	248.864	100,0	209.101	100,0

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor.

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. características dos mercados de atuação, em especial:

Residencial: A utilização neste segmento é direcionada, principalmente, para o aquecimento de água e para o abastecimento de fogões domésticos. Em países onde a utilização do gás é mais desenvolvida existe maior oferta de equipamentos domésticos que funcionam a gás, tais como: ar condicionado, refrigeradores, lavadoras de roupa e de louça, etc. A energia elétrica é a principal concorrente e única que pode substituir o gás nestas utilizações.

Em 2007 o segmento representou 20,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 5,0% do volume comercializado pela Companhia. Em regra é o segmento onde se concentra a grande massa de clientes, que correspondeu a 713.498 naquele ano. Em 2008 o segmento representou 16,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,7% do volume comercializado, atendendo ao total de 724.393 clientes. Em 2009 o seguimento residencial representou 21,7% do faturamento de gás natural e GLP, com 5,4% do volume comercializado, e um total de 735.475 clientes. Em 2010 o seguimento residencial representou 16,3% do faturamento de gás natural e GLP, com 3,5% do volume comercializado, e um total de 747.269 clientes. Em 2011 o seguimento residencial representou 18,7% do faturamento de gás natural e GLP, com 4,7% do volume comercializado, e um total de 766.472 clientes. Em 2012 o seguimento residencial representou 17,3% do faturamento de gás natural e GLP, com 3,5% do volume comercializado, e um total de 786.837 clientes. Em 2013 o seguimento residencial representou 16,6% do faturamento de gás natural e GLP, com 2,6% do volume comercializado, e um total de 807.007 clientes.

Comercial: Segmento voltado para o suprimento de hospitais, restaurantes, hotéis, lavanderias, clubes, ou seja, pequenos e médios negócios. Tem utilização semelhante ao do uso doméstico, para aquecimento de água e abastecimento de fogões industriais. Oferece perspectivas de substituição das energias elétrica e de óleo combustível por gás natural.

Em 2007 o segmento representou 3,3% do volume comercializado pela Companhia e 8,4% do faturamento de gás natural e GLP, totalizando 10.562 clientes. Em 2008 representou 2,5% do volume comercializado e, 6,9% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, somando 10.507 clientes. Em 2009 o seguimento representou 9,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,6% do volume comercializado, e um total de 10.509 clientes. Em 2010 o seguimento representou 7,3% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,5% do volume comercializado, e um total de 10.477 clientes. Em 2011 o seguimento representou 8,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,4% do volume comercializado, e um total de 10.511 clientes. Em 2012 o seguimento representou 7,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,7% do volume comercializado, e um total de 10.675 clientes. Em 2013 o seguimento representou 7,3% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,0% do volume comercializado, e um total de 10.481 clientes.

Automotivo: Utilizado como combustível para motores de combustão interna, tem tido aceitação em função das vantagens econômicas e tem crescido devido ao programa para a frota metropolitana de táxis. Desde a implantação em outubro de 1991, a demanda de gás para veículos leves cresceu rapidamente. A regulamentação por parte de órgãos do governo como o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia) gerou maior credibilidade à imagem do gás natural veicular. Verifica-se grande potencial de crescimento na frota de veículos de transporte urbano (ônibus) e de transporte alternativo (vans). Também é verificado um grande número de conversões em veículos utilitários (pick-ups).

Em 2007 o segmento representou 40,7% do volume comercializado pela Companhia e 32,5% do faturamento de gás natural e GLP, totalizando 384 clientes. Em 2008 representou 28,0% do volume comercializado e, 30,3% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, somando 407 clientes. Em 2009 o seguimento representou 34,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 38,7% do volume comercializado, e um total de 421 clientes. Em 2010 o seguimento representou 28,6% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 25,7% do volume comercializado, e um total de 431 clientes. Em 2011 o seguimento representou 29,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 32,3% do volume comercializado, e um total de 437 clientes. Em 2012 o seguimento representou 26,0% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 24,5% do volume comercializado, e um total de 445 clientes. Em 2013 o seguimento

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

representou 23,7% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 18,0% do volume comercializado, e um total de 444 clientes.

Petroquímico: Neste setor o gás natural fornecido pela Companhia é utilizado para o funcionamento das indústrias (planta e equipamentos).

Em 2007 o segmento representou 5,8% do volume comercializado pela Companhia e 3,5% do faturamento de gás natural e GLP. Em 2008 representou 3,7% do volume comercializado e, 3,1% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia. Em 2009 o seguimento representou 1,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 2,5% do volume comercializado. Em 2010 o seguimento representou 1,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 3,9% do volume comercializado. Em 2011 o seguimento representou 2,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 5,1% do volume comercializado. Em 2012 o seguimento representou 1,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 2,7% do volume comercializado. Desde 2007 são atendidos 02 clientes. Em 2013 o seguimento representou 0,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 1,0% do volume comercializado. Desde 2007 são atendidos 02 clientes.

Co-geração: de energia industrial: Este sistema utiliza o gás natural para geração de energia elétrica, vapor e frio através de turbinas a gás ou motores à explosão. O crescimento da utilização deste sistema deve ser atribuído à necessidade de um suprimento confiável e contínuo de energia, à ausência de exigências de manutenção de estoques reguladores e pela reduzida emissão de poluentes atmosféricos. É uma solução que pode atender com vantagens a condomínios residenciais, centros- comerciais (shopping-centers) e indústrias. No momento estão em operação vários centros-comerciais no Rio de Janeiro em ciclo combinado para a geração de energia elétrica e produção de ar condicionado, em unidades com ciclo de absorção. Também possuem sistemas de co-geração em suas unidades várias indústrias cariocas.

Em 2007 o segmento representou 2,9% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, com 3 clientes. Em 2008 representou 2,5% do volume comercializado e 2,7% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, somando 7 clientes. Em 2009 o seguimento representou 2,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,3% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. Em 2010 o seguimento representou 2,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,2% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. Em 2011 o seguimento representou 2,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 2,7% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. Em 2012 o seguimento representou 1,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 1,8% do volume comercializado, e um total de 8 clientes. Em 2013 o seguimento representou 1,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 1,1% do volume comercializado, e um total de 9 clientes.

Industrial: É um dos segmentos mais importantes, pois engloba os maiores consumidores potenciais por unidade produtora, utilizando o gás, principalmente, para geração de calor. O gás natural tende a crescer neste segmento pela vantagem na relação custo/benefício, pela segurança de fornecimento contínuo e pelo baixo nível de poluição, dispensando o tratamento de efluentes.

Em 2007 o segmento representou 25,9% do volume comercializado pela Companhia e 23,4% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, totalizando 339 clientes. Em 2008 representou 17,6% do volume comercializado e 20,9% do faturamento de gás natural e GLP, com 346 clientes. Em 2009 representou 21,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 21,8% do volume comercializado, com um total de 332 clientes. Em 2010 representou 23,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 18,8% do volume comercializado, com um total de 330 clientes. Em 2011 representou 24,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 23,8% do volume comercializado, com um total de 334 clientes. Em 2012 o segmento representou 19,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 16,1% do volume comercializado, com um total de 329 clientes. Em 2013 o segmento representou 16,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 11,0% do volume comercializado, com um total de 321 clientes.

Termelétricas: Geração térmica com gás natural. No ano de 2000 foi criado pelo Governo Federal o Plano Prioritário de Termelétricas (PPT) com o objetivo de criar condições especiais para a instalação e funcionamento de termelétricas no território brasileiro. A proximidade do Rio de Janeiro com a Bacia de Campos tem despertado o interesse de empresas em desenvolverem plantas no Estado. Atualmente existem três plantas em funcionamento, dentro da área de concessão da CEG, a Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (antigamente denominada Eletrobolt) no município de Seropédica, com potência de 350 MW; a Termelétrica Governador Leonel Brizola (antigamente denominada TermoRio) no município de Duque de Caxias, com potência de 1.040 MW e a Termelétrica Santa Cruz, de Furnas, localizada no município do Rio de Janeiro, com potência de 350 MW, que entrou em operação em 2012.

Em 2007 o segmento representou 15,6% do volume comercializado pela Companhia e 6,8% do faturamento de gás natural e GLP, totalizando 03 clientes. Em 2008 representou 41,9% do volume comercializado e 18,7% do faturamento de gás natural e GLP, embora mantendo o mesmo número de clientes. Em 2009 o seguimento representou 8,2% do

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

faturamento de gás natural e GLP da CEG com 24,8% do volume comercializado, e apenas 02 clientes. Em 2010 o seguimento representou 17,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 43,4% do volume comercializado, e apenas 02 clientes. Em 2011 o seguimento representou 10,4% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 28,0% do volume comercializado, e apenas 3 clientes. Em 2012 o seguimento representou 20,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 48,8% do volume comercializado e 3 clientes. Em 2013 o seguimento representou 27,7% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 64,3% do volume comercializado e 3 clientes. Com as altas temperaturas e o baixo nível de reservatórios de águas da região sudeste, verificados em 2014, a expectativa é de aumento do despacho para as Térmicas ao longo do ano.

i. participação em cada um dos mercados

A seguir, são apontados os volumes de vendas de cada segmento, com relação ao volume total de vendas de gás natural da Companhia, apontando a participação de cada um dos mercados, destacando que a CEG possui a exclusividade na distribuição do gás canalizado na sua área de concessão no Rio de Janeiro.

Principais Produtos e/ou Serviços	% Volume de Vendas		
	2013	2012	2011
Residencial:	2,6%	3,5%	4,7%
Comercial:	2,0%	2,7%	3,4%
Automotivo:	18,0%	24,5%	32,3%
Petroquímico:	1,0%	2,7%	5,1%
Co-geração:	1,1%	1,8%	2,7%
Industrial:	11,0%	16,1%	23,8%
Termelétricas:	64,3%	48,8%	28,0%

ii. condições de competição nos mercados

A Companhia possui a exclusividade na distribuição de gás natural canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do estado do Rio de Janeiro), assim, não se verifica impactos do ponto de vista de competitividade nos seus resultados, tendo em conta a principal operação/atividade da Companhia (distribuição de gás canalizado).

Com relação ao mercado de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, a Companhia possui uma participação discreta nas vendas na sua área de concessão. Este mercado apresenta maior competitividade, e vem recebendo investimentos pela Companhia, principalmente nos municípios/bairros onde ainda está em desenvolvimento ou estudo a expansão da rede de distribuição (Tubulações).

b. eventual sazonalidade

O ciclo de vendas de gás sofre grande influência das estações do ano. A utilização do gás cresce à medida que a temperatura ambiente se reduz. Esta variação ocorre principalmente em função do aumento do consumo para aquecimento de água, calefação, gerando maior reflexo no seguimento residencial, nos meses mais frios do ano.

Além disso, a eventual redução das chuvas e conseqüente redução dos níveis de reservatórios de água da região sudeste resultam na necessidade de geração de energia elétrica pelas Termelétricas, aumentando o consumo de gás neste seguimento, observando-se um aumento das vendas para o setor nos últimos 03 anos.

Contudo, na análise dos reflexos causados pela sazonalidade na venda de gás, em regra, são desconsiderados os volumes de venda de gás para geração de energia elétrica, visto tratar-se de um mercado influenciado pelas decisões de política energética para o País, que estão fora de nossa gestão e, que não são afetadas exclusivamente por fatores sazonais, e sim por questões de ordem estratégica.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****7. Atividades do Emissor**

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente;

Cliente	Receita bruta	Receita Líquida	Receita Líquida Total 2013	% Part. Receita Líquida
CSA THYSSEN - SID. DO ATLANTICO	82.063.549,44	64.304.997,34	3.117.739.079,82	2,06
GERDAU	64.568.602,44	50.595.956,87		2,31
AMBEV - CIA DE BEBIDAS	45.834.052,75	35.915.563,73		1,64
OWENS ILLINOIS	45.055.763,98	35.305.696,65		1,61
BAYER S/A	33.487.640,09	26.240.914,77		1,02
FCC	32.966.943,92	25.832.897,26		1,01
RIO POLIMEROS	32.013.212,33	25.085.553,18		0,98
LANXESS ELASTOMEROS BRASIL SA	24.955.858,85	19.555.410,99		0,76
SCHOTT BRASIL	16.005.119,62	12.541.611,73		0,49
KNAUF	14.731.289,09	11.543.438,13		0,45
SOC MICHELIN	13.868.222,58	10.867.139,21		0,42
CIA DE BEBIDAS (GARRAFAS)	13.691.354,56	10.728.545,43		0,42
INGREDION	13.110.208,17	10.273.159,12		0,40
CIBRAPEL	11.153.571,08	8.739.938,30		0,34

Receita Líquida Total	347.530.822,74	3.117.739.079,82	11,15
------------------------------	-----------------------	-------------------------	--------------

Não há um cliente que isoladamente seja responsável por 10% (dez por cento) da receita líquida total da Companhia. Os clientes acima destacados, conjuntamente, são responsáveis por 11,15% da receita líquida total da Companhia.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os segmentos afetados pelas receitas provenientes dos clientes acima apontados são o Industrial, o Petroquímico e o comercial.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Compete ao Estado, na forma do artigo 25 § 2º da Constituição Federal, explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado. Assim, tendo sido celebrado o respectivo contrato de concessão, fica à Concessionária permitido o exercício de tal atividade.

Especificamente quanto à necessidade de autorizações para a realização de obras nos logradouros públicos de todos os Municípios localizados na área de concessão, tais solicitações são dirigidas à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Não existe histórico de problemas em relação à obtenção de licenças para a realização de obras emergenciais, entretanto, nos casos de expansão e renovação de redes, observa-se demora na concessão de tais licenças em virtude do trâmite burocrático nas Secretarias de Obras, Meio Ambiente e Fazenda do Município.

Nos casos previstos na Resolução CONEMA nº 015 de 2009, havendo necessidade de obtenção de licenciamento ambiental de Dutos de Gás Natural, são solicitadas as respectivas licenças ao INEA ou as Secretarias Municipais de Licenciamento Ambiental, que tiverem autorização do INEA para realização do licenciamento.

Em geral, as licenças necessárias ao exercício das atividades de distribuição de gás natural são obtidas junto aos órgãos competentes, não havendo histórico de problemas em relação a essa obtenção. Contudo, em razão de uma falta de padronização dos licenciamentos municipais para as licenças ambientais, tem-se verificado dificuldades nos processos de obtenção de licenciamento.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Foi realizada uma avaliação ambiental tendo em conta duas grandes dimensões: a primeira compreende a análise da sua situação de conformidade do ponto de vista da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição; a segunda envolve a análise dos passivos ambientais, à luz dos princípios de responsabilidade objetiva inscritos nas normas vigentes sobre danos ao meio ambiente e da prática de sua aplicação.

A atual sede administrativa, localizada em São Cristóvão, está situada num dos extremos da área central do Rio, às margens de um dos canais de drenagem superficial do solo de manguezais, reclamado desde o início do século, que hoje acomoda várias indústrias, inclusive uma fábrica de tintas e uma usina de asfalto.

Na sede administrativa, a empresa produzia gás manufaturado a partir do carvão. Ao longo dos anos 1970, esta matéria-prima foi substituída pela nafta, e a partir de 1982 passou a ser utilizado o gás natural. Desde agosto de 2007 a empresa não realiza mais a produção do gás manufaturado, já que após a conversão total da rede de distribuição, ela tornou-se exclusiva de gás natural.

Este longo período de operação com a utilização de matérias primas e subprodutos de grande poder de contaminação, resultaram em um passivo ambiental de contaminantes diversos, localizados em várias porções da área.

Uma vez que partes destas plumas de contaminação estavam abaixo de edifícios e instalações industriais, foi acordado com os órgãos ambientais conter a contaminação existente na porção sudeste da área e remediar através da remoção de óleo presente na porção nordeste da área. A partir destes eventos foi então iniciado o processo de gerenciamento do Passivo Ambiental e remediação da área, no qual a CEG investiu e mantém um sistema de remediação ambiental que visa recuperar em seu *site* áreas degradadas pelo antigo processo produtivo de gás manufaturado. Neste sentido, foram realizadas investigações ambientais e avaliações de riscos e empregadas tecnologias mundialmente reconhecidas para reabilitar tais áreas para uso, fomentando a preservação do meio ambiente e da biodiversidade.

A substituição da matéria prima utilizada por matéria prima menos poluente e o término da produção de gás manufaturado foram as demonstrações mais significativas da melhora do desempenho ambiental ao longo do tempo, reduzindo os impactos ambientais.

Tal iniciativa foi a pioneira de uma serie que culminou na certificação ambiental ISO 14.001, recebida em 2012, a qual atesta que a CEG segue padrões rigorosos de identificação, classificação e controle dos seus aspectos e impactos ambientais.

Além disso, a CEG é uma empresa integrante do Grupo Gás Natural Fenosa, constituinte do índice de sustentabilidade FTSE4Good, pelo nono ano consecutivo. O *Dow Jones Sustainability Index* reconheceu a Gás Natural Fenosa como a companhia líder mundial entre as empresas do setor *utility* (água, gás e eletricidade). A Gas Natural Fenosa ocupa, pelo

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

segundo ano consecutivo a posição de líder no setor de distribuição de gás de DJSIWorld e foi incluída no seletivo DJSIEurope, convertendo-se na única companhia do seu setor em receber este reconhecimento.

Responsabilidade Corporativa

A CEG entende a responsabilidade corporativa como o conjunto de ações desenvolvidas para estabelecer relações de confiança, estáveis, sólidas e de benefício mútuo com seus grupos de interesse. A adequada relação com o ambiente constitui um aspecto estratégico de primeira ordem para a Companhia; é imprescindível para a geração de valor e para zelar pela sustentabilidade a longo prazo.

A política de Responsabilidade Corporativa da Companhia, cuja aprovação veio precedida de um intenso processo de avaliação e consultas internas, é a manifestação de um sistema de gestão da responsabilidade corporativa que abrange todo o Grupo, e reúne sete compromissos assumidos:

- Orientação ao cliente
- Compromisso com os resultados
- Meio ambiente
- Interesse pelas pessoas
- Segurança e saúde
- Compromisso com a sociedade
- Integridade

A CEG elabora o seu Informe de Responsabilidade Corporativa conforme o modelo internacional do Global Report Initiative (GRI). O documento traz uma série de indicadores que revelam o compromisso da empresa com o crescimento sustentável e com a criação de valor social, econômico e ambiental para o seu entorno.

A elaboração de Relatórios de Sustentabilidade é uma prática voluntária de medida, divulgação e de responsabilidade das organizações do seu desempenho ambiental, social e econômico. O Relatório de Sustentabilidade deve oferecer uma descrição clara e equilibrada do desempenho da organização.

Conformidade Ambiental

A Companhia realiza diversas ações para garantia de conformidade e prevenção da constituição de passivos em curso, incluindo-se ainda a realização obrigatória de auditoria ambiental, conforme listado a seguir:

- Solicitação, em julho/1997, das licenças de operação das seguintes unidades da CEG: Unidade São Cristóvão, Estação Botafogo, Estação Piauí, Estação Leblon (desativada em maio/2003) e Estação de Modulação de Gás Natural.
- Em 2013 o processo de licenciamento da Unidade São Cristóvão da CEG migrou do INEA para a SMAC, que atualmente encontra-se sob análise do órgão municipal para a liberação da Licença Municipal de Instalação e Descontaminação.
- Monitoramento das emissões atmosféricas: Em cumprimento a legislação ambiental vigente, a CEG realiza anualmente o Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa, reporte dos dados solicitados no Cadastro Técnico Federal, incluindo os gases controlados pelo Protocolo de Montreal e elabora Planos de Mitigação de Emissões Atmosféricas.
- Análise de Riscos e Plano de Emergência: A CEG estabelece e mantém mapas de riscos e dois planos de emergência, um relativo ao sistema de distribuição de gás, e outro relativo a antiga Fábrica de Gás.
- Gerenciamento de Resíduos: Vinculação da CEG, em Setembro/97, ao Sistema de Manifestos de Resíduos junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente) com entrega do Inventário Anual de Resíduos a partir de 1999.
- Obtenção da Certificação ISO 14.001:2004 pela AENOR (Associação Espanhola de Normalização e Certificação): Em 2012 a CEG recebeu a certificação ISO 14.001:2004, demonstrando o seu comprometimento em atender aos requisitos ambientais ligados ao grupo. Em maio de 2013, após conclusão da auditoria pelo organismo certificador, a certificação foi mantida.
- Auditoria Ambiental Legal: Anualmente as auditorias compulsórias (regulamentares) vem sendo realizadas com intuito de incentivar a manutenção da política e sistema de gestão ambiental; apoiar o órgão ambiental, fornecendo um diagnóstico técnico da conformidade legal e do desempenho ambiental ao longo dos últimos anos, identificando os aspectos ambientais e seus potenciais poluidores e de risco; verificar o cumprimento dos dispositivos legais de proteção e controle ambiental, bem como condicionantes e restrições das licenças ambientais e compromissos de recuperação, compensação e mitigação; verificar as condições de operação, de manutenção dos sistemas de controle de poluição e de prevenção de acidentes. A última Auditoria Ambiental Legal foi realizada em novembro/2013.
- Licenciamento ambiental de novos ramais de distribuição em alta pressão (AP).

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Renovação das Licenças Ambientais dos ramais de distribuição que estiverem sujeitos ao licenciamento;
- Análise de Riscos: Realização do estudo de Análise de Riscos para os ramais licenciados pelo órgão ambiental competente, primeira licença e renovação das licenças de operação.
- Projetos para redução e compensação de emissões atmosféricas;
- Monitoramento da legislação ambiental;
- Projeto de redução, reutilização e reciclagem de resíduos;
- Campanhas de conscientização ambiental.

- Realização do licenciamento ambiental das redes de Média Pressão (MP), após a publicação do DECRETO nº 42.159, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental – SLAM determinou a obrigatoriedade do licenciamento das redes com essa classe de pressão. Recebido do INEA, dia 08/12/2010 a Licença de Instalação e Operação – LIO dessas redes.
- Acompanhamento do licenciamento ambiental dos ramais de distribuição no órgão Estadual (INEA - Instituto Estadual do Ambiente) e Secretarias Municipais do Ambiente, realização de estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental e Análise Quantitativa de Riscos).
- Realização de compensação ambiental, para o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), no ano de 2002, referente ao processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição para a Termelétrica Eletrobolt, através de Convênio para desenvolvimento de projeto de orientação e educação ambiental - Agentes Ambientais Seniores.
- Realização de compensação ambiental, para o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), no ano de 2003, referente processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição Itaboraí através da construção de deck de ancoragem e abertura de canal com 50 metros de extensão.
- Realização de compensação ambiental, para o IEF (Fundação Instituto Estadual de Florestas) no ano de 2005 e 2006, referente ao processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição de São Gonçalo/Niterói e do ramal de distribuição de Guapimirim, através Projeto de Melhoria da Infra-Estrutura e de apoio operacional do Parque Estadual da Serra da Tiririca.
- Realização do Projeto de Reflorestamento no interior da APA-Petrópolis, em área degradada, para o IBAMA, iniciado em 2005 e com previsão de encerramento em agosto de 2011, sendo realizada manutenção até 2012, referente ao processo de licenciamento ambiental junto ao INEA do ramal de distribuição Petrópolis.
- Realização de compensação ambiental no ano de 2006, referente aos processos de licenciamento ambiental junto ao INEA dos seguintes ramais de distribuição: Guapimirim, São Gonçalo/Niterói, Novas Fontes 1/Furnas Santa Cruz, Paraíba do Sul/Três Rios e Petrópolis, através de Acordo de Cooperação.
- Solicitação de Licença de Operação da Rede de Alta Pressão (Sistema AP-12) da CEG visando a regularização da situação ambiental do Sistema de Distribuição da CEG.
- Realização de depósito em conta poupança dos valores referentes às compensações ambientais, fração IBAMA, dos projetos Novas Fontes 1 – Furnas Santa Cruz e Gaseificação Paraíba do Sul / Três Rios. Procedimento firmado pela assinatura em 16/12/08 do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), solicitado pelo procedimento da Câmara de Compensação Ambiental.

Projeto de Educação Ambiental

Projeto de educação ambiental implantado como cumprimento da condicionante da licença ambiental de instalação, para construção do Ramal Reforço Jacarepaguá. Realizado em 13/07/2013, o projeto contribuiu para aproximação da população com o Parque, através de diversas atividades realizadas no dia do evento.

Projetos para Redução de Emissões Atmosféricas:

Neutralização de emissões

Este programa é uma iniciativa destinada a empresas e pessoas físicas que querem compensar as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) através dos créditos gerados com projetos de tecnologia limpa contribuindo para desacelerar o aquecimento global. A Companhia tem inventariado as emissões de alguns de seus maiores eventos, quantificado e expressado em CO₂eq (dióxido de carbono equivalente) para posterior compensação. A partir do nível de emissões, é estimado o valor da compensação.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A neutralização de eventos apresenta como principais vantagens além da própria compensação, ajudar a conscientizar o público do evento sobre os impactos ambientais e às mudanças climáticas. Entre os eventos neutralizados em 2013, destacamos:

- Dia Mundial do Meio Ambiente - 330 kg CO2e compensados
- Caminhada Ecológica - 319 kg CO2e compensados
- Trocando Figurinhas - 831 kg CO2e compensados
- Dia Mundial sem Carro - 8.428 kg CO2e compensados
- Dia das Crianças - 1.154 kg CO2e compensados
- Festa de Final de Ano para os funcionários e colaboradores da Geg - 7.102 kg CO2e compensados

Avaliação da Conformidade Legal

Com relação ao que a legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal dispõem: A CEG adota a sistemática Themis, programa corporativo desenvolvido para controlar os requisitos legais e outros requisitos ambientais aplicáveis em seu âmbito de atuação, aos aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades e serviços das Unidades.

Plano de Redução, Reutilização, Reciclagem e Valorização Energética dos Resíduos - Projeto PRE3VER

Destina-se a definir um quadro para o estabelecimento e padronização de critérios, diretrizes e objetivos relacionados à minimização e gestão de resíduos a nível corporativo, tendo em conta os princípios estabelecidos na Política de Responsabilidade Ambiental Corporativa do grupo Gas Natural Fenosa, controlador da CEG. Este projeto teve início no ano de 2009 e vem sendo desenvolvido atualmente, com o objetivo de Conscientizar os colaboradores dos conceitos e práticas ambientais para redução da geração de resíduos; e estabelecer ferramentas de controle operacional e outros documentos necessários para a melhoria contínua do Sistema de Gestão Integrado – SIG.

Campanhas de Conscientização Ambiental

A companhia realiza diversas campanhas educativas e de conscientização ambiental:

- Dia Mundial da Água – dia 22/03/13 – Foi realizada campanha de conscientização com o representante de distribuidora de água do RJ - CEDAE, que palestrou sobre a origem da água, seu tratamento e enfatizou a importância do consumo consciente.
- Dia Mundial do Meio Ambiente – dia 06/06/13 – Foi promovida palestra em comemoração a data. O objetivo foi divulgar conceitos e práticas ambientais que contribuam para o desenvolvimento humano e profissional.
- Dia da Árvore – dia 21/09/2013 – Foi realizada uma caminhada ecológica no Pão de Açúcar, com a entrega de cartão de papel semente.
- Dia Mundial Sem Carro – dia 22/09/13 – Foram neutralizadas 100% das emissões da frota durante a semana de 22 a 29 de setembro (9t de CO2) em homenagem a data e publicado um informativo convidando os colaboradores a refletir sobre os problemas causados pelo uso intenso de automóveis, principalmente nos grandes centros urbanos.
- Dia do Consumo Consciente – dia 15/10/13 – Foram divulgadas dicas de consumo consciente para o fogão e aquecedor, objetivando à utilização eficiente dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente.
- Dia das Crianças - Foi realizada no dia 13/10/13 conscientização ambiental junto aos filhos dos colaboradores que participaram no evento e neutralizadas as emissões do mesmo simbolizando esta iniciativa com a entrega de balões com a frase CO2 Neutro.
- Encontro de Sustentabilidade - Realizada na Estação de Medição de GN, em Japeri, o Encontro de Sustentabilidade teve o objetivo de plantar árvores no entorno da estação visando a arborização da área com espécies nativas da Mata Atlântica em parcela do terreno da Estação.
- Workshop: Gestão de Rede e a Sustentabilidade - Teve o objetivo de discutir questões sustentáveis no processo de construção da rede de distribuição de gás natural e teve como público alvo os Gestores de obras.
- Fórum Ambiental para Gestores de Obras - Em homenagem ao dia Mundial do Meio Ambiente, tendo como público alvo os gestores de obras, foi realizado o Fórum Ambiental com objetivo foi sensibilizar os responsáveis pelas obras quanto a minimização dos impactos ambientais nas suas atividades e fomentar a integração dos gestores com a área de Meio Ambiente para incrementar novas realizações, em parceria com todas as áreas da empresa envolvidas com a rede de gás.

Passivos Ambientais

Eliminação do passivo do resíduo de catalisadores de níquel, no ano de 2002, resultante do processo de fabricação de gás manufacturado. O processo utilizado para eliminação deste passivo foi o de incorporação em cimenteira, devidamente aprovado pelo INEA.

Investigação ambiental do subsolo da Unidade São Cristovão (2000 e 2001):

Avaliação e caracterização, na Unidade São Cristovão (*on-site*) e na região no entorno à Fábrica (*off-site*), das áreas potencialmente impactadas (solo e água) e proposição de alternativas aplicáveis de remediação das áreas impactadas e

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

tratamento final dos resíduos; Instalação de 37 poços *on-site* e 19 poços *off-site* para monitoramento das águas subterrâneas.

Investigação Ambiental Complementar Unidade São Cristóvão – Área Nordeste (2006)

Os serviços realizados compreenderam a execução de 31 (trinta e uma) sondagens e a instalação de 20 (vinte) poços de monitoramento/extração para delimitação da pluma de produto em fase livre.

Investigação Confirmatória (2011) – Estudo realizado com o objetivo de identificar os compostos químicos existentes na área noroeste;

Avaliação de Riscos a Saúde Humana (2013) - Estudo que apresenta os riscos derivados dos compostos químicos por tipo em comparação aos padrões definidos na resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 420/2009;

Projeto Executivo (2013) – Define as técnicas que serão aplicadas para remediação que serão aplicadas na área noroeste (escavação e oxidação química);

Teste de intrusão de vapores (2013) – Teste realizado para identificar a presença de potenciais riscos à saúde humana relacionados à inalação de vapores.

Investigação Ambiental (2014) – Teve como objetivo a avaliação da qualidade do solo e da água subterrânea abaixo do antigo gasômetro através da realização de sondagens de reconhecimento e a instalação de poços de monitoramento, bem como a caracterização do solo superficial segundo a norma ABNT NBR 10.004.

Teste de Bancada (2014) – Teve como objetivo determinar a eficácia e a efetividade do composto químico (remediador) a ser utilizado para o ensaio piloto e posteriormente na remediação ambiental da área Noroeste do terreno.

Remediação ambiental do subsolo da Fábrica:

Área Nordeste da Unidade São Cristóvão: Instalação de sistema de bombeamento do óleo em fase livre (remoção de óleo), com início da operação em Janeiro/2002, devidamente autorizado pelo INEA.

Modificação e ampliação do sistema de remoção de óleo por extração Multifásica, em 2006. Este sistema encontra-se em operação.

Área Sudeste da Unidade São Cristóvão: Instalação de Barreira Hidráulica para controle da migração da pluma de contaminação existente na porção sul-sudeste da Fábrica em julho de 2002, o Sistema de Barreira Hidráulica foi modificado e ampliado, em 2004, com a instalação de novos poços, objetivando um maior controle da migração da pluma de contaminação. Este sistema encontra-se em operação.

Realização de investigações ambientais nas estações do Leblon (2002), Mangue (2005), Piauí (2006), caracterização hidrogeológica e geológica preliminar do Posto de GNV Acari, em março/2004. Descomissionamento da estação Piauí, em 2006; e monitoramentos ao longo de 2007 e 2008, sendo constatado pelo INEA e descomissionamento da estação Botafogo em 2007 com posterior investigação ambiental do subsolo que demonstrou que a área estava livre de passivo ambiental.

Plano Global de Monitoramento:

Realização de campanhas de monitoramentos semestrais para acompanhamento das concentrações nas águas subterrâneas, na área interna e externa da Unidade São Cristóvão da CEG, permitindo assim ao longo do tempo a tomada de decisão quanto a ações corretivas, caso as mesmas sejam necessárias.

Cadastro Técnico Federal do IBAMA

Em atendimento a lei 10.165 é realizado anualmente, através da entrega dos Relatórios de Atividades no site do IBAMA das unidades da CEG (incluindo a Estação de Modulação) e dos ramais de distribuição de gás natural.

Comentários sobre a Legislação Ambiental

Proteção ambiental é matéria tratada na Constituição Federal e na legislação da União, dos Estados e dos Municípios. A Constituição Federal de 1988 em vigor estabelece, em seu capítulo especial sobre meio ambiente, o direito das pessoas a um ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, estabelecendo ainda, como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição. A primeira lei federal que disciplinou a matéria, de modo sistemático e moderno, foi a de número 6.938/81, que estabeleceu uma Política Nacional de Meio Ambiente, a ser exercida por um Sistema Nacional de Meio Ambiente, composto por agências federais e municipais, e institucionalizou o CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, responsável pela elaboração das normas federais operacionais de controle ambiental.

Entre as novidades relevantes de 1981, surge o conceito de "responsabilidade objetiva" ou "sem culpa", seguindo o exemplo dos Estados Unidos e de alguns países europeus, bem como a atribuição ao Ministério Público de poderes e responsabilidades específicas para o ajuizamento das chamadas ações civis públicas.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Em 1985, os poderes do Ministério Público foram significativamente ampliados para efeito de condução direta das ações civis ou da atuação como fiscal da Lei, especialmente quanto às ações relativas à responsabilidade por danos causados ao meio ambiente (Lei 7.347/85).

O Ministério Público pode exigir a recuperação do meio ambiente alterado, a indenização por danos ambientais comprovados ou a cessação das atividades nocivas, o que pode acarretar o fechamento da empresa poluidora ou a aplicação de multa diária enquanto persistir a conduta lesiva. O poluidor e seus sucessores, bem como qualquer um que tenha contribuído para o dano, são considerados responsáveis perante a lei.

Trata-se do Princípio da Responsabilidade Solidária, consagrado no artigo 1.518 do Código Civil, que especifica que os responsáveis responderão, individual ou conjuntamente pelo pagamento do total da indenização devida.

No âmbito criminal, recentemente, o Governo Federal editou a Lei 9.065/98, que dispõe sobre as sanções penais, bem como administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, não revogando as demais leis que tipificam crimes ambientais.

Aprovação em 26 de novembro de 2002 e publicação em 28 de dezembro de 2002 a Deliberação CECA nº 4.231 que cria os critérios para o licenciamento de Dutos de Gás Combustível (Natural ou Manufaturado), e para a dispensa de licenciamento das Estações de Redução e Regulagem de Pressão e dos Ramais de Serviço, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Aprovação em 23 de maio de 2006 e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 25 de julho de 2006 a Deliberação CECA nº 4.678, que estabelece os critérios para o licenciamento de Dutos de Gás Natural ou Manufaturado, e para a dispensa de licenciamento das Estações de Redução e Regulagem de Pressão e dos Ramais de Serviço, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Revogando a Deliberação CECA Nº 4.231.

Aprovação em 02 de dezembro de 2009 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o DECRETO nº 42.159, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM e dá outras providências.

Aprovação em 22 de setembro de 2009 e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 2009 a CONEMA nº 015, que revoga a Resolução CECA nº 4.678 e estabelece critérios para o licenciamento ambiental e dá outras providências. Revogando a Deliberação CECA Nº 4.678.

Aprovação pela Resolução Conema nº 21, de 07 de maio de 2010 e publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 14 de maio de 2010 a revisão da DIRETRIZ -056- revisão 3 do INEA com os novos itens a serem auditados e os novos requisitos ambientais a serem atendidos, incluindo novos indicadores ambientais dos últimos 5 anos que devem ser informados ao INEA.

Aprovação em 02 de agosto de 2010 da LEI Nº 12.305 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Adequação Ambiental da CEG

O projeto de adequação ambiental da CEG é uma consequência de seu incansável objetivo de sempre aperfeiçoar seus procedimentos, e decorre das recomendações resultantes da avaliação feita à época da privatização, que pode ser entendida em duas dimensões: a primeira compreendeu a análise da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição; a segunda envolve a discussão das questões ambientais, levando em conta o princípio da responsabilidade objetiva inscrito nas normas vigentes sobre danos ao meio ambiente.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Para o desenvolvimento da atividade de exploração do serviço local de gás canalizado, é imprescindível a obtenção da respectiva concessão junto ao Estado, conforme estabelece o artigo 25 § 2ª da Constituição Federal. A Concessionária CEG celebrou seu Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado em 21/07/1997.

As marcas utilizadas pela CEG são registradas no INPI, não havendo registro de patentes. Além disso, atualmente inexistem contratos de royalties e franquias em vigor.

As licenças necessárias para o exercício das atividades são solicitadas aos órgãos competentes. As obras em logradouros públicos são licenciadas pela Prefeitura, enquanto as questões ligadas ao licenciamento ambiental são resolvidas junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente) e as Secretarias Ambientais dos municípios credenciados pelo INEA.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. **receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

Em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas são obtidas na área de concessão da Companhia (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros.

- b. **receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não há clientes em países estrangeiros, assim, não há receitas provenientes de clientes em países estrangeiros.

- c. **receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Como acima descrito, não há cliente em países estrangeiros, assim, a companhia não possui receita proveniente de países estrangeiros, sendo nula respectiva participação na receita líquida total da Companhia.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Conforme informação prestada no item 7.6 deste Formulário de Referência, em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas da Companhia são obtidas na sua área de concessão (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros, portanto, não sendo auferida pela Companhia receita de país estrangeiro.

Assim, a Companhia não está sujeita à regulação de nenhum país estrangeiro, e conseqüentemente não há que se falar em efeitos no negócio da Companhia.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do Emissor

7.8. Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Os contratos comerciais e industriais são firmados pelos prazos de vigência médios de 03 (três) a 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogados, para até a equiparação ao prazo do contrato firmado pela Companhia com a Petrobras para aquisição de gás natural.

Os contratos de compra e venda de gás natural firmados com as térmicas Barbosa Lima Sobrinho e Governador Leonel Brizola possuem vigência até dezembro de 2014.

Os contratos firmados no segmento residencial possuem vigência por prazo indeterminado, limitados ao período de concessão, qual seja, de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período, durante o qual a Companhia se mantém como prestadora do serviço de distribuição de gás natural.

O Contrato de aquisição de gás natural firmado com a Petrobras tem vigência até 2019.

O Grupo Gas Natural Fenosa, controlador da CEG, elabora o Informe de Responsabilidade Corporativa das empresas do grupo no Brasil conforme o modelo do Global Report Initiative (GRI). O documento traz uma série de indicadores que revelam o compromisso das empresas do grupo com o crescimento sustentável e com a criação de valor social, econômico e ambiental para o seu entorno. Os Relatórios, de periodicidade anual, são publicados no site www.gasnaturalfenosa.com.br, no link "Publicações e Informes" da área "Reputação Corporativa" que apresenta as informações Institucionais do site, no campo denominado "Conheça-nos".

7.9 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

7. Atividades do emissor

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre as atividades do emissor.

Gás Natural, Energia do Futuro.

Produto: definição, composição e propriedades

O petróleo tal como é encontrado na natureza é uma mistura de hidrocarbonetos em seus três estados (sólido, líquido e gasoso) e pequenas quantidades de enxofre, oxigênio e nitrogênio. Quando da extração do óleo de uma jazida, de petróleo, por uma questão de pressão e temperatura, parte do que é sólido se liquefaz e parte do que se encontra em estado líquido, transforma-se em gás. A conceituação do gás natural ou gás pressupõe todo o hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros.

Assim, o gás natural é uma energia de origem fóssil, mistura de hidrocarbonetos leves entre os quais se destaca o metano (CH₄), que se localiza no subsolo da terra e é procedente de decomposição de matéria orgânica espalhada entre os extratos rochosos. Tal e como é extraído das jazidas, o gás natural é um produto incolor e inodoro, não é tóxico e é mais leve do que o ar. Além disso, é uma energia carente de enxofre e a sua combustão é completa, liberando como produtos o dióxido de carbono (CO₂) e vapor de água, o que faz do gás natural uma energia ecológica e não poluente.

Uma vez extraído do subsolo, o gás natural deve ser transportado até as zonas de consumo. O transporte desde as jazidas até estas zonas é feito através de tubulações de grande diâmetro, denominadas gasodutos. Quando o transporte é feito por mar, e não é possível construir gasodutos submarinos, o gás é carregado em navios metaneiros. Nesses casos é liquefeito a 160°C abaixo de zero reduzindo seu volume em 600 vezes, possibilitando o transporte de maiores quantidades. No porto receptor o gás é descarregado em plantas ou terminais de armazenamento e é regaseificado.

Assim, permanece armazenado em grandes depósitos na pressão atmosférica e posteriormente é injetado na rede de gasodutos até os pontos de consumo. Todas essas instalações são construídas preservando-se o meio ambiente, sendo em grande parte subterrâneas, favorecendo a possível restituição da paisagem.

Diferentes utilizações do gás natural

Dentre as fontes de energia, o gás natural se caracteriza por sua eficiência, limpeza e versatilidade. O gás natural pode ser utilizado tanto nas residências, como no comércio e na indústria, não necessitando ser armazenado previamente, tratando-se de um combustível não poluente.

Fornos e Fogões

Os aparelhos para cozinhar com gás, como os fogões com ou sem forno, estão equipados com modernos sistemas de acendimento e segurança, que facilitam sua utilização. Os fornos de gás dispõem cada vez mais de um número maior de opções para oferecer produtos com mais qualidade. Em seus interiores o vapor de água gerado na combustão do gás permite que as refeições não fiquem ressecadas, mantendo todo o sabor.

Aquecedores

Os aquecedores de gás produzem água quente instantânea e sem limite. Estes aquecedores funcionam somente quando há necessidade de água quente, o que permite uma máxima economia da energia. Os aquecedores de acumulação armazenam água quente para quando houver necessidade de utilizá-la em vários pontos ao mesmo tempo e, em grandes quantidades.

Lavadoras de Roupas e de Louças

O gás natural também é aplicado nas lavadoras de roupas e louças, que utilizam a água aquecida por um aquecedor ou caldeira de gás, gerando economia de tempo e financeira.

Radiadores Murais, Lareiras e Churrasqueiras

O gás natural também permite aquecer os lares gerando máximo conforto. Os radiadores murais autônomos produzem um calor instantâneo no cômodo desejado, não consumindo o ar do interior da residência. As lareiras de gás natural têm uma chama real, não produzem resíduos, e são acesas automaticamente. No jardim, as churrasqueiras de gás natural oferecem a máxima limpeza, já que não produzem resíduos.

7.9 - Outras informações relevantes

Comércio e Indústria

Nos comércios e nas indústrias o gás natural pode ser usado para qualquer processo de geração de frio ou calor, na co-geração de energia térmica e elétrica, e na geração própria de eletricidade. No comércio já é amplamente utilizado em padarias, restaurantes, hotéis, escolas de natação, etc.

Como combustível, o gás natural é utilizado nos processos e equipamentos industriais que precisam de uma energia térmica limpa, eficaz e econômica: em cerâmicas, vidraçarias, fornos em geral, fundições, tratamentos térmicos, etc.

O gás natural também permite climatizar e gerar frio para prédios e locais industriais, tanto como produzir gelo para pistas de patinação.

Co-geração

Outra aplicação de grande atualidade e com grande futuro é a co-geração. A co-geração com gás natural produz em conjunto energia elétrica (ou mecânica) e calor útil para fábricas, centros de saúde e hotéis, assim como grandes complexos urbanísticos. A co-geração com gás natural reduz em grande medida a emissão de resíduos contaminantes.

O gás natural é também cada vez mais utilizado na geração de eletricidade nas centrais térmicas convencionais ou de ciclo combinado. Este processo permite economizar energia e além de tudo, diminuir os níveis de poluição.

GNV

O gás natural como combustível para automóveis também é uma importante alternativa, viável, e eficiente na redução de emissão de poluentes atmosféricos, especialmente nas cidades com alta intensidade de trânsito.

Gás natural: a melhor energia do planeta

O gás natural é consumido em vários países há mais de 50 anos e cerca de 95% de quase todo o gás canalizado do mundo corresponde a gás natural. Este tipo de gás é uma das fontes de energia mais limpas que existe, uma vez que não produz resíduos em sua combustão e não polui o meio ambiente. É altamente valorizado em consequência da progressiva conscientização mundial da relação entre energia e meio ambiente.

O gás natural é uma energia que:

- se utiliza tal qual é extraída da natureza, chegando à casa do cliente sem nenhuma transformação;
- permite resolver os problemas energéticos e em consequência das grandes reservas existentes, possibilita seu desenvolvimento e expansão em diversos campos;
- dispõe de alto poder calorífico, quase duas vezes e meia maior que o do gás manufacturado;
- preserva o meio ambiente, pois a sua combustão não produz fumaça nociva, ajudando a reduzir a poluição da cidade;
- é versátil, com muitas aplicações como a lavagem e secagem de roupas, de louças, em ar condicionado, em veículos, na geração de energia elétrica, além das utilizações tradicionais.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

8. Grupo Econômico

8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

a. controladores diretos e indiretos

Abaixo a descrição das participações acionárias, apontando-se os acionistas representados no Conselho de Administração, inclusive os acionistas minoritários.

Acionistas	Participação no capital social (%)
Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
TOTAL	100

b. controladas e coligadas

A Companhia não é controladora e nem possui participação acionária em outras sociedades.

c. participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia não possui participações em outras sociedades.

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Outras sociedades sob controle comum da Gas Natural Internacional SDG S/A não possuem participação acionária na Companhia.

e. sociedades sob controle comum

O Grupo Gás Natural, formado pelas empresas Gas Natural SDG S/A e Gas Natural Internacional SDG S/A também possui o controle acionário das seguintes Sociedades Anônimas, no Brasil, todas de capital fechado: CEG RIO S/A, Gás Natural Serviços S/A, Gas Natural São Paulo Sul S/A, e Gas Natural do Brasil S/A.

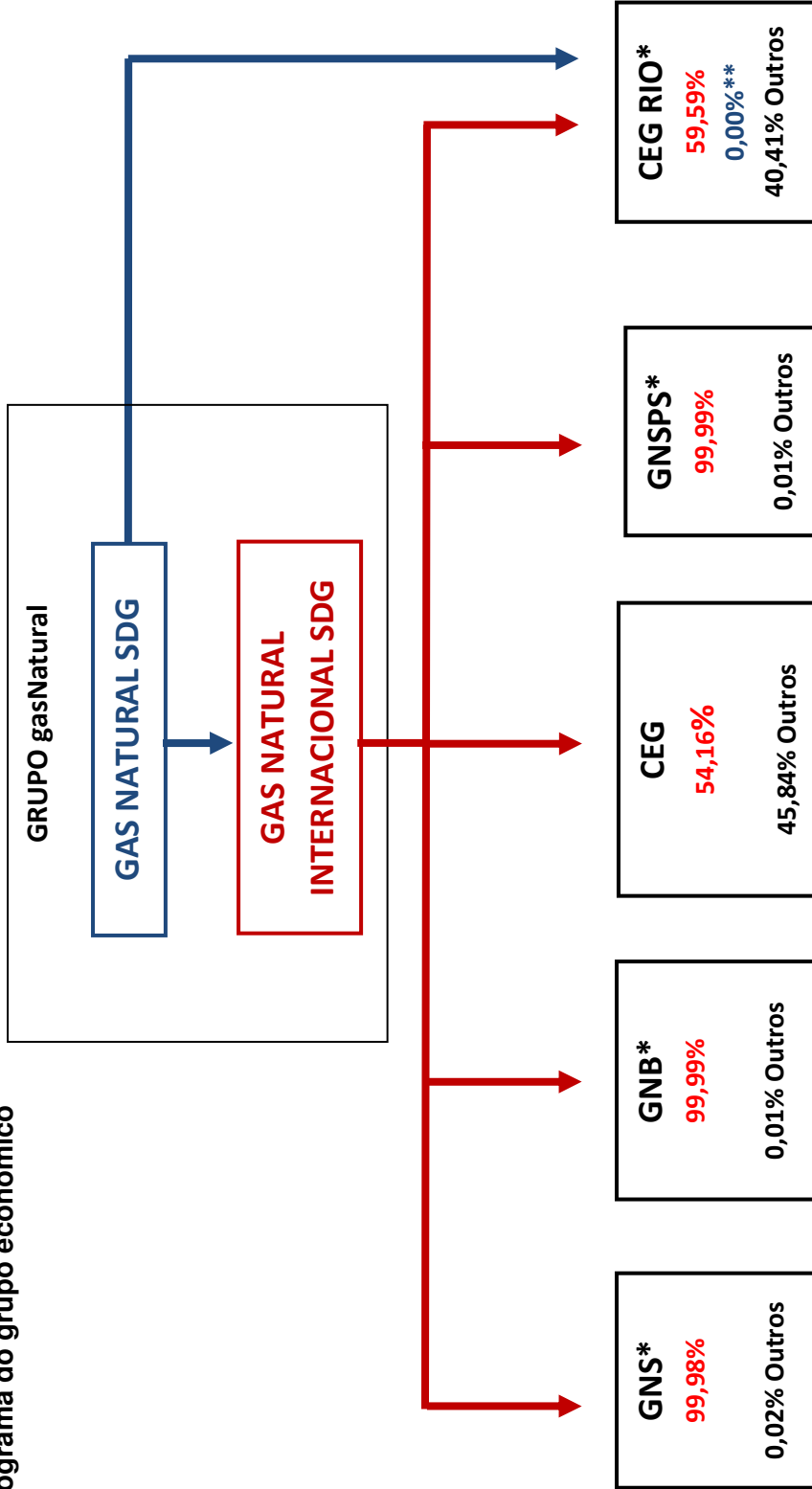
A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, CEG RIO S/A e Gás Natural São Paulo Sul S/A (GNSPS) são concessionárias de serviços públicos de distribuição de gás. As duas primeiras possuem concessão para distribuição de gás no Rio de Janeiro e a última possui concessão para distribuição de gás em região de São Paulo. As sociedades Gás Natural Serviços S/A (GNS) e Gás Natural do Brasil S/A (GNB) não são concessionárias de serviços públicos.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

8. Grupo econômico

8.2. Organograma do grupo econômico



*S/A de Capital Fechado.

** A Gas Natural SDG SA possui 01 ação ordinária da CEG RIO S/A.

OBS: Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, CEG RIO S/A e Gás Natural São Paulo S/A (GNSPS) são concessionárias de serviços públicos de distribuição de gás. As duas primeiras possuem concessão para distribuição de gás no Rio de Janeiro e a última possui concessão para distribuição de gás em região de São Paulo. As sociedades Gás Natural Serviços S/A (GNS) e Gás Natural do Brasil S/A (GNB) não são concessionárias de serviços públicos.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	28/03/2014
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Reorganização Societária
Descrição da operação	<p>Conforme Comunicados ao Mercado divulgados em 18/06/2013 e em 28/03/2013, o Grupo Gas Natural Fenosa concluiu sua reorganização societária, concentrando na Gas Natural Internacional SDG, as participações que detém na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG. Desta forma, a Gas Natural SDG S/A, que detinha 18,90% de participação na CEG, deixou de ser acionista, e a sua subsidiária integral, empresa Gas Natural Internacional SDG S.A passou a deter sozinha a participação de 54,16% na Companhia, concentrando a participação do grupo. Tal alteração não representa nenhum efeito relevante para a Companhia, tendo em vista que não houve alteração no controle e tomadas de decisões, nem, tampouco houve alteração administrativa ou no quadro de administradores da CEG, mantendo-se a participação acionária e a representatividade de todos os demais acionistas, inclusive os minoritários, no Conselho de Administração.</p> <p>O objetivo da referida reorganização é, tão somente, simplificar a estrutura dos investimentos do Grupo nas sociedades das quais participa no Brasil, inclusive da CEG, sem, contudo, que haja qualquer alteração no controlador indireto da mesma, o qual continuará sendo a Gas Natural SDG S/A.</p> <p>O procedimento operacional da transferência das ações junto ao custodiante está em curso.</p>

8.4 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

8. Grupo

8.4. Outras informações relevantes sobre o grupo econômico

Gás Natural Fenosa: um modelo de negócio que aposta no crescimento da atividade internacional

A Gas Natural Fenosa é a maior companhia integrada de gás e eletricidade da Espanha, líder em comercialização de gás natural na Península Ibérica e a primeira distribuidora de gás natural da América Latina.

A companhia está presente em 26 países, onde oferece serviço a cerca de 20 milhões de clientes dos cinco continentes, com uma potência instalada de mais de 15 GW. É a primeira operadora de distribuição de gás do centro e sul da América, presente na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no México. Com relação à geração e distribuição de eletricidade, é a terceira operadora da Espanha, e conta com destacados níveis de presença na Colômbia, na Moldávia, na Nicarágua e no Panamá.

Em novembro de 2013, o grupo apresentou a atualização do seu novo plano estratégico 2013-2015, que reforça o atual modelo de negócio e está baseado fortemente nas oportunidades de crescimento no cenário internacional.

Em 2013, o Ebitda consolidado da Gas Natural Fenosa foi de 5.085 milhões de euros, 0,1% a mais do que no ano anterior. O resultado foi influenciado pelo bom desempenho das atividades internacionais, que aumentaram 2,2% e representam 44,1% do total. Na América Latina, o Ebitda da distribuição de gás alcançou os 686 milhões de euros, um incremento de 7,2% em relação a 2012. Para esse resultado, colaborou o resultado registrado no Brasil, de 349 milhões de euros, que junto com o da Colômbia, de 190 milhões de euros, representam cerca de 79% do total.

Somente na América Latina, a Gas Natural Fenosa já atende a 6,3 milhões de pontos de fornecimento, o que representou um incremento de 231.000 pontos de fornecimento em relação ao ano anterior. A rede de distribuição de gás dessa região geográfica apresentou um incremento de 2,6% no exercício, passando a 69.054 quilômetros de extensão.

Em julho de 2013, a Gas Natural Fenosa adquiriu uma nova área de concessão, que abrange quatro cidades do sudoeste do Peru. (Arequipa, Moquegua, Tacna e Ilo). O contrato de concessão prevê o fornecimento de gás a uma área que ainda não está ligada à rede de gasodutos do país e também prevê a chegada do gás a mais de 60.000 residências.

Liderança no mercado de gás

A Gas Natural Fenosa opera em toda a cadeia de valor do gás, desde a exploração, distribuição e comercialização, passando pela produção, liquefação e transporte. A companhia também conta com instalações para o armazenamento de gás e regasificação. É a líder no mercado de distribuição da Espanha, onde leva gás natural a mais de 1.000 municípios em nove comunidades autônomas e supera os cinco milhões de clientes. É também a primeira distribuidora da América Latina.

Adicionalmente, graças a uma carteira de 30 bcm (bilhões de metros cúbicos) e uma frota de 11 navios de transporte de metano, a companhia se situa como uma das maiores operadoras de GNL do mundo e é uma referência na bacia Atlântica e Mediterrânea. Graças a esta carteira, encontra-se em uma posição privilegiada para desenvolver novos mercados, fundamentalmente na área do Mediterrâneo, da América Latina e Ásia.

As linhas estratégicas da Gas Natural Fenosa baseiam-se na internacionalização da comercialização e no desenvolvimento das infraestruturas, aproveitando a posição atual da companhia nas bacias Mediterrânea e Atlântica.

Referência no mercado elétrico

A Gas Natural Fenosa é a terceira operadora do mercado espanhol no setor elétrico, mas também tem um papel importante na América Latina. Sua presença no negócio elétrico se destaca pela existência de um mix de geração equilibrada, competitiva e respeitosa com o meio ambiente.

Atualmente, a empresa baseia as suas prioridades em culminar projetos de geração já iniciados, potencializar a comercialização de serviços energéticos para residências e negócios, e em fortalecer o negócio da

8.4 - Outras informações relevantes

comercialização para grandes clientes. Suas atividades se resumem na geração e distribuição elétrica e *trading* de eletricidade.

Gas Natural Fenosa no Brasil: 899 mil clientes e R\$ 5 bilhões de investimentos

No Brasil, a Gas Natural Fenosa iniciou suas atividades em 1997, quando venceu o leilão de privatização do serviço de distribuição de gás e passou a operar a Ceg e Ceg Rio, a primeira com atuação na região metropolitana do Rio e a segunda no interior do Estado.

Três anos depois, no ano de 2000, a empresa adquiriu uma nova área de concessão, dessa vez na região sul de São Paulo. Uma área *greenfield*, onde não havia serviço de distribuição de gás canalizado e que passou a ser operada pela Gas Natural São Paulo Sul.

Em 2002, o Grupo iniciou uma nova atividade com a criação da Gas Natural Fenosa Serviços (GNS), com atuação no mercado de soluções energéticas, tais como locação de equipamentos para cogeração, climatização, geração em ponta, compressão de gás para postos de GNV. Em 2013, a GNS efetuou a venda e instalação de 12.025 aquecedores a gás e prestou o serviço de assistência domiciliar a gás e revisão preventiva anual para 8.543 clientes que possuem o plano de assistência a gás. Na modalidade de outros serviços individuais, a GNS realizou 36.037 serviços sempre garantindo a aplicabilidade das normativas vigentes e preservando a segurança de seus clientes.

Ainda em 2013, a GNS passou a realizar a venda de planos de manutenção de equipamentos elétricos (Serveletric), como aparelhos de ar condicionado e eletrodomésticos da linha branca, sendo vendidos 1004 planos no último trimestre.

No Brasil, a estratégia da Gas Natural Fenosa está baseada na universalização do gás natural nas áreas de concessão em que está presente, tendo em vista que somente 3% da população brasileira é atendida por rede de gás canalizado. O Rio de Janeiro é o Estado com o maior nível de penetração, com cerca de 25% do total das residências abastecidas com gás natural; seguido de São Paulo, com 8%, e dos demais Estados, com menos de 2%. No estado de Minas Gerais, por exemplo, terceiro maior PIB do país, não há residências abastecidas com gás natural.

Por isso, desde 1997 a empresa vem investindo fortemente na ampliação das redes de distribuição. De 1997 até 2013 o total de investimentos chegou a R\$ 5 bilhões. Deste total, R\$ 3,2 bilhões foram investidos exclusivamente nas atividades operacionais da Ceg, da Ceg Rio e da Gas Natural São Paulo Sul, para distribuição de gás natural canalizado nas suas áreas de concessão nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

As três concessionárias do serviço público de distribuição de gás natural operadas pela Gas Natural Fenosa, juntas, em 2013 atingiram a marca de 898.819 clientes atendidos.

Se considerarmos a soma dos resultados financeiros alcançados por todas as empresas, a Gas Natural Fenosa está entre as 100 maiores do Brasil. Além disso, a Ceg foi a grande vencedora do setor de Petróleo e Gás da 13ª edição do prêmio Valor 1000 que - além de premiar as campeãs em 25 setores da economia - estabelece um *ranking* das mil maiores empresas do país. A Ceg ficou ainda entre as *top 10* em quatro critérios adotados pela premiação. Ceg Rio e Gas Natural Fenosa em São Paulo aparecem entre as 10 primeiras em dois critérios. As três empresas melhoraram suas colocações no *ranking*, em comparação com o ano anterior. Juntas, as três distribuidoras do Grupo Gas Natural Fenosa ocupam a posição de número 85, 15 posições à frente da alcançada em 2011.

Premiações de 2013

As empresas da Gas Natural Fenosa conquistaram importantes premiações em 2013. Foram cases e projetos que receberam o reconhecimento de diferentes instituições. Esses prêmios foram:

- Premio Smart - Utilities e Telecom

Cases: 100% no Controle da área Controle de Operações e

Tecnologia de monitoramento reflete excelência no relacionamento da área Balanço de Gás.

- Premio MasterInstal

Case: Tecnologia de Monitoramento de Odor reflete eficiência na distribuição de gás da área Balanço de Gás.

- Premio ABT

Case: 100% no Controle da área Controle de Operações.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****9. Ativos Relevantes****9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor**

Total R\$

1.458.330.243,38	1.389.949.438,25	1.338.923.941,06
------------------	------------------	------------------

CLASSE	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2013	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2012	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2011
SOFTWARE	14.794.060,73	15.539.215,72	17.163.865,58
INTANGÍVEL	752.756,88	899.431,13	1.046.105,38
TERRENOS	1.890.212,49	1.890.212,49	1.890.212,49
BENFEITORIAS	1.967.999,40	1.145.573,24	150.099,05
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	17.677.531,00	18.895.065,60	20.220.520,68
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.117.810,15	3.044.102,01	3.035.111,77
HARDWARE	2.731.409,38	2.748.662,42	2.632.350,71
VEÍCULOS	4.853.263,04	3.177.438,63	3.401.907,41
EDIFICAÇÕES	10.452.112,22	8.845.165,20	7.841.566,55
INSTALAÇÕES	116.032.150,41	112.975.725,14	107.577.479,28
REDE DE GÁS	1.207.511.195,39	1.106.009.830,12	1.017.887.143,28
DIFERIDO	75.549.742,29	114.779.016,55	156.077.578,88

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Praça Mario Nazaré nº 15, 19, s/nº, São Cristóvão	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Av. Presidente Vargas, nº 2610, Cidade Nova	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Pedro Jório nº 415, Acari	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Conde de Bonfim, nº 645 / Loja B, Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rua Procópio Ferreira, Lote 1, Vila Lage	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Estrada do Camboatá, Lote 02	Brasil	RJ	Queimados	Própria
Jd.Maracanã, QD 73 L.17, 18, 38, 39, 45;QD 91 L.1 a 4;QD 92 L.3, 4;QD 93 L.1,2	Brasil	RJ	Seropédica	Própria
Rua Hemenengarda nº 60, Loja 108, Méier	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Av. Pedro II, nº 68, São Cristóvão	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Av. Ayrton Senna, nº 1850 Loja M-N, Barra da Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Rua Visconde de Sepetiba, nº 935/ Loja 111/122/124, Centro	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Rua Dom Valmor, nº 383/Loja 8, Centro	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
Alameda São Boa Ventura, nº 520, Fonseca	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Rua Raimundo Correa nº 40 / Ljs. C-D - Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Rod. Washington Luiz - KM 1.900	Brasil	RJ	Dique de Caxias	
Estrada Rio Magé s / nº Km 6,5 (BR - 493)	Brasil	RJ	Itaboraí	
Av. Abelardo Bueno, nº 3.300 / Ljs. 701 a 705 e 710 - Barra da Tijuca	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Rua Passo da Pátria nº 105 / Ljs. 13 e 14 Jardim 25 de Agosto	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Servidão de Passagem das redes de gás (registrado como intangível)	Área de Concessão (Região Metropolitana do RJ)	Prazo da Concessão - 30 anos	Término do prazo da concessão ou rescisão do contrato de concessão	Perda da concessão para distribuição de gás canalizado na área de concessão (Região Metropolitana do RJ)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana	42.124.693/0001-74	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Limpeza Urbana (empresa pública)	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	41,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação da CEG na Comlurb, sociedade anônima de capital fechado, corresponde a 0,000088% do capital social. O total de 41 (quarenta e uma) ações já era detido pela CEG antes de sua desestatização em 1997, não possui liquidez, e não há regra de compra de tais ações prevista pela Comlurb, por isso a CEG ainda detém tal participação.								
RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro	42.171.058/0001-48	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Desenvolvimento do turismo no município (empresa pública)	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	640,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A participação da CEG na Riotur, sociedade anônima de capital fechado, corresponde a 0,001394% do capital social. O total de 409 (quatrocentas e nove) ações já era detido pela CEG antes de sua desestatização em 1997, não possui liquidez, e não há regra de compra de tais ações prevista pela Riotur, por isso a CEG ainda detém tal participação.								
Serviços de Cogeração Carioca LTDA.	04.165.227/0001-48	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Projeção, implantação, operação e manutenção de central de cogeração de energia, prestação de serviços correlatos e locação de equipamentos.	11,170000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	380.000,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A CEG possui 380 cotas da sociedade e visa a locação de equipamentos de cogeração de energia.								

9.2 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

9. Ativos Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As marcas utilizadas pela Companhia estão protegidas por registro no INPI, contudo não estão registradas no ativo da companhia. A principal marca comercial está registrada sob o nº 821065041 no INPI e o seu pedido de prorrogação foi protocolado em 11.08.2011 através do nº 800110129055.

Em razão das políticas de mudança da marca da Companhia, que começaram a ser implementadas em 2011, previamente foi depositado – em 18.10.2010 – pedido de registro no INPI, sob o nº 903046563, da nova logo que será utilizada pela empresa, mediante cessão não-onerosa por parte da sua controladora, detentora da titularidade da marca.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em **2010**, passados os efeitos da crise econômica mundial, o Brasil tornou-se uma das economias com maiores perspectivas de crescimento. A produção da indústria colocou o setor como o principal motor da economia brasileira, com crescimento de 10,5%. O melhor desempenho foi da indústria extrativa mineral (13,5%), seguida pela construção civil (10,7%), indústria de transformação (10,5%) e eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (6,6%). Vale destacar que em 2010 começou a produção do pré-sal. O volume diário de gás natural consumido foi de aproximadamente 48 milhões m³/dia, 37% acima de 2009. Este aumento foi provocado pela maior atividade industrial – o uso de gás pela indústria cresceu 20,15%, mas o consumo das termelétricas se destacou devido à situação hidrológica desfavorável, elevando-se 171%. A cogeração registrou alta de 19,6% e as residências demandaram mais 7,2% de gás natural, seguidas do segmento comercial, com alta de 6,26% no consumo. A grande evolução em 2010 foi a efetivação da Lei do Gás, com a publicação do Decreto nº 7.382 em 03 de dezembro de 2010, o qual, remete aos Estados a regulamentação da distribuição e comercialização do gás natural. Vale lembrar que os marcos regulatórios dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo já estabelecem condições para a distribuição de gás canalizado para o consumidor livre, assim como suas tarifas referentes ao serviço de distribuição. Dessa forma, cabe aos Estados regulamentar as condições e as tarifas para as novas operações previstas na Lei/Decreto. Os principais pontos do Decreto são a instituição do Plano Decenal de Expansão da Malha de Gasodutos – PEMAT; a regulamentação do período de exclusividade; e a regulamentação do acesso de terceiros aos gasodutos de transporte e da troca operacional de gás (swap). A nova lei contribuirá, no médio e longo prazo, para o aumento da competitividade no mercado de gás

Em **2011**, com o agravamento da crise na União Européia e a fraca perspectiva de crescimento nos Estados Unidos, a solidez da economia brasileira vem atraindo cada vez mais o investidor estrangeiro. O Brasil foi classificado como a sexta maior economia do mundo. As três maiores agências mundiais de risco elevaram a nota do Brasil, que permanecia inalterada no nível máximo desde 1941. No terceiro trimestre deste ano, porém, o PIB brasileiro ficou estagnado, depois que o consumo das famílias e a indústria tiveram ligeira queda, fechando o ano com um crescimento de 2,7%. O gás natural tem se tornado, cada vez mais, um energético estratégico, representando 21% da matriz energética mundial. No Brasil, apesar das reservas abundantes, esse percentual é de 9%. De acordo com a Agência Internacional de Energia – EIA, o gás natural deve atingir, até 2035, um quarto da demanda de energia do mundo. O volume diário de gás natural consumido pelas distribuidoras brasileiras foi de 47,6 milhões de m³/dia, 4% abaixo do volume registrado no ano anterior. Essa redução foi provocada pelo menor consumo termoelétrico, uma vez que o maior nível dos reservatórios das hidroelétricas diminuiu o acionamento das térmicas a gás natural, que registraram um consumo 37% inferior ao consumido em 2010. Entretanto, o segmento de cogeração apresentou um aumento de 3,1% no consumo de gás natural. As distribuidoras continuaram investindo em infraestrutura para disponibilizar o gás natural em áreas ainda não abastecidas e o mercado brasileiro encerrou o ano com, aproximadamente, 21 mil km de rede de distribuição e mais de 2 milhões de clientes de gás natural.

Em **2012**, Devido à crise mundial, o desempenho econômico não cumpriu as expectativas do Governo e do setor privado. A atividade industrial foi reduzida em 2,7% o que impactou diretamente a economia, que encerrou o ano com baixo crescimento do PIB, que ficou em 0,9%. Graças à política de ajuste implantada, a inflação acumulada em 2012 comportou-se positivamente passando de 6,5%, em 2011, para 5,84%. Essa desaceleração da economia e menor inflação permitiram que o Banco Central reduzisse substancialmente a taxa de juros, chegando a 7,25% ao ano, ao final de 2012. O Governo conseguiu depreciar moderadamente a moeda local frente ao dólar. O Banco Central realizou intervenções no mercado de para mantê-lo em torno dos R\$ 2,00. O nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas (UHEs) em 2012 manteve-se bem abaixo do observado em 2011. Em decorrência das baixas vazões hidrológicas, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) alcançou altos níveis em 2012, passando dos R\$ 500/MWh, o maior patamar desde 2008. Por outro lado, derivado da baixa demanda de energia por parte das concessionárias de distribuição, os leilões A-3 e A-5 foram constantemente remarcados. Assim, em 2012, foi apenas realizado o Leilão A-5 de 14/12/2012, sendo contratados doze projetos de geração – duas hidrelétricas e dez eólicas – somando capacidade instalada de 574,3 MW dos 14.181 MW habilitados. O preço médio final alcançou R\$ 91,25/MWh – um deságio médio de 18,53% em relação ao preço inicial. O mercado de gás natural no Brasil foi impactado pela demanda destinada à produção termoelétrica, que apresentou crescimento significativo devido ao baixo nível dos reservatórios das hidroelétricas, sendo suprida, sobretudo, com importação via GNL. De janeiro a novembro de 2012, o consumo médio brasileiro de gás natural atingiu 92,8 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia), registrando crescimento de 4% sobre o consumo do mesmo período do ano anterior. O volume médio comercializado pelas distribuidoras de gás natural e concessionárias existentes no país foi de 56,3 milhões de m³/d, volume 13,5% maior do que nos onze primeiros meses de 2011. O preço médio do gás natural da Região Sudeste fechou, em dezembro de 2012, a US\$ 12,34/MMBTU, valor superior ao mesmo período de 2011, que foi de US\$ 11,87/MMBTU, representando uma variação de 4,00%, com taxa média de crescimento de 0,33% ao mês. Já o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub – preço que não inclui impostos, transporte, nem margem do distribuidor – fechou, em novembro de 2012, a US\$3,42/MMBTU, valor inferior à média de 2011 (US\$ 4,00 MMBtu). A produção nacional média foi de 73 milhões de m³/dia até novembro de 2012. A oferta nacional média disponível ao mercado foi de 39,3 milhões de m³/dia, aumento de 16%, comparada com igual período do ano anterior, tendo o gás natural não associado sido determinante para suprir esse aumento. A oferta importada de gás natural atingiu os 34,4 milhões de m³/dia, havendo acréscimo de 25% em 2012, comparado com o mesmo período de 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Esse acréscimo deve-se ao elevado aumento da importação de GNL em 2012, crescimento de 498% comparado com os onze primeiros meses do ano anterior. Cabe ressaltar que no Brasil praticamente a metade da oferta de gás natural deriva da importação tanto de GNL quanto do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). Apesar das dificuldades apresentadas em 2012 e a alta competitividade, o mercado de gás natural cresceu e a previsão para o próximo ano é de recuperação dos indicadores.

Em **2013**, num contexto de menor crescimento da economia global, o crescimento do PIB ficou, pelo terceiro ano consecutivo, num patamar modesto, de apenas 2,3%. Ainda assim, maior que a variação de 0,9% registrada em 2012.

No segundo trimestre de 2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) começou a implementar uma política de aperto monetário com o objetivo de conter a inflação, elevando a taxa básica de juros (Selic) progressivamente de 7,25% (patamar mínimo histórico) a 10% anual, no fim de 2013.

Também ajudaram a conter a inflação as medidas adotadas pelo Governo no último trimestre de 2012, no setor elétrico (redução da tarifa elétrica) e à contenção de aumentos nos preços dos combustíveis por parte da Petrobras, já em 2013. Assim, o IPCA (índice oficial da inflação no país), fechou o ano em 5,91%, abaixo da meta teto do Governo (6,5%) e levemente acima do registrado em 2012 (5,84%).

No setor elétrico, o consumo de energia no sistema integrado nacional (SIN) fechou 2013 com elevação de 3,5% sobre o ano anterior somando 463,7 mil gigawatts-hora (GWh). O aumento foi puxado pelo consumo das residências (+6,1%) que mostrou dinamismo significativo na região Nordeste, com uma taxa de crescimento de 11,5%. No entanto, o consumo de energia elétrica na indústria fechou o ano com avanço do 0,6% em comparação a 2012, alcançando 184,6 gigawatts-hora (Gwh). Vale ressaltar que a demanda deste setor demonstrou uma recuperação a partir do segundo semestre de 2013.

O crescimento do consumo de energia pressionou os reservatórios das hidrelétricas, que iniciaram 2013 com os mais baixos níveis dos últimos dez anos. E, devido às chuvas mais fracas no fim de 2012 e no início de 2013, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) precisou acionar todas as térmicas do sistema. Assim, o preço de liquidação de diferenças (PLD) fechou o ano num patamar perto de 300 BRL/MWh com picos no começo do ano acima de 500 BRL/MWh.

Esse foi o fator que colaborou para o crescimento das vendas de gás natural. De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGAS), em 2013 o consumo nacional de gás natural cresceu 17,8% em comparação com o ano anterior, aumentando a média diária de 57 milhões para 67,2 milhões de metros cúbicos. O crescimento foi puxado pelo segmento de geração elétrica, que subiu 64,5% com um consumo médio de 26,3 m³/d (milhões de metros cúbicos por dia).

Sem considerar a geração elétrica, o consumo nacional de gás natural praticamente se manteve estável em relação a 2012, com pequena redução de 0,4%. Os segmentos residencial e comercial cresceram 9,2% e 4%, respectivamente. O volume distribuído para residências alcançou 1 milhão m³/d em todo país, enquanto o comercial chegou a 747 mil m³/d. Enquanto isso, o setor industrial fechou 2013 com a média nacional de consumo de 28,1 milhões m³/d, apresentando uma retração de 0,96% em relação a 2012, refletida pela desaceleração da atividade industrial. O uso do gás pela indústria para matéria-prima teve crescimento 2,06% frente ao ano anterior. Por outro lado, as vendas para o setor automotivo recuaram 3,67% devido a uma perda da competitividade em relação às naftas.

A extensão da rede nacional de distribuição de gás natural apresentou crescimento de 9,7% com investimento médio de R\$ 1,5 bilhão.

Em relação à oferta, a Petrobras bateu novo recorde de entrega de gás natural ao mercado nacional no ano passado, com média anual de 44,5 milhões m³/d, 3,2% superior à verificada em 2012. Houve uma contribuição importante do início da operação em novos campos de gás não associado nos últimos anos, além da elevação da produção no campo de Lula, que produz gás associado no Pré-sal da Bacia de Santos. O mercado espera que, nos próximos quatro anos, a Petrobras incremente significativamente a oferta de gás natural local a partir da produção do Pré-sal.

O crescimento da demanda também foi sustentado pela maior importação. A oferta do GNL importado teve um incremento expressivo de 80% em 2013, com regaseificação de um volume médio superior a 15 milhões m³/d. No final do ano ficou pronto um terceiro porto de regaseificação do GNL na Bahia, que adicionou uma capacidade de 14 milhões m³/d. As importações da Bolívia aumentaram em 14%, com um volume médio no pico contratual de 14 milhões m³/d.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme a informação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, a produção de petróleo e gás natural em novembro, no Brasil, foi de 2.578 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente por dia), sendo a produção de petróleo 2.081 Mbb/d (mil barris por dia). A área do Pré-sal, com 28 poços em operação, aportou 339,4 mil bbl/d de petróleo e 11,5 milhões de m³/d de gás natural, totalizando 412,0 Mboe/d. Vale lembrar que 92,1% da produção total do país é proveniente dos campos operados pela Petrobras.

Em outubro de 2013, a ANP realizou o primeiro leilão do Pré-sal (a maior reserva de petróleo do Brasil) pelo modelo de partilha de produção do campo de Libra. O consórcio vencedor foi o único que apresentou uma proposta com um bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões, além do 41,65% do petróleo extraído. O consórcio é integrado por Petrobras, Shell, Total e as chinesas CNPC e CNOOC.

Também em 2013, ANP realizou a 12ª rodada de licitações para blocos de gás em terra. Foram oferecidos 240 blocos, dos quais 72 foram arrematados. A Petrobras foi a empresa que arrematou maior quantidade de blocos, num total de 49.

De acordo com as últimas previsões feitas pela International Energy Agency (IEA), o Brasil deverá triplicar a sua produção de petróleo até 2035, alcançando uma produção de 6 milhões de bbl/d, tornando-se o sexto maior produtor do mundo.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- (i) hipóteses de resgate;
- (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionistas	Participação no capital social (%)
Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a quantidade de ações que integram o capital social, todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. Por uma determinação judicial a companhia efetuou a recompra de ações de um acionista, que foram mantidas em tesouraria

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem como fonte de financiamento o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e bancos comerciais. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem.

O endividamento financeiro da empresa que era de 34,3% em 2012, caiu para 30,8% em 2013.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Capital de giro:

operações de crédito de curto e longo prazo contratadas junto a bancos comerciais, negociadas durante o ano. Essas linhas de crédito possuem um custo médio de captação de 129,0% ao ano e não tem garantias oferecidas.

Recursos do BNDES:

(i) para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(ii) para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

Recursos do Banco Europeu de Investimentos (BEI): Em 21/11/2003, a Companhia assinou contrato de financiamento com BEI, no montante de quarenta milhões de dólares. Esse financiamento teve prazo de carência de dois anos e vencimento final em 2012. Os encargos foram calculados pela variação do dólar acrescida da libor mais 0,15% ao ano e tem "swap" para 101,9% da variação do CDI. Esse financiamento também foi destinado aos projetos de ampliação, renovação e conversão da rede de gás. Havia, como condição suspensiva para utilização dos recursos captados, que as obrigações da Companhia previstas no contrato de financiamento fossem garantidas por um Contrato de Prestação de Garantia com instituições financeiras (Partes Garantidas) e, nos termos do referido contrato, as garantias foram prestadas por dois agentes garantidores, ao custo de 0,45% ao ano. Tiveram, como lastro, recebíveis da Companhia na proporção de 20% do saldo devedor. As referidas garantias foram dadas por prazo de quatro anos e possuíam vencimento em março de 2012, data em que foi liquidada a referida operação bem como a respectiva garantia.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A política da Companhia é financiar a maior parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES. A empresa contratou, junto ao BNDES, financiamento de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012. A previsão de recebimento para esse financiamento vai até maio de 2013. O restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras.

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados (em milhares de reais):

	2013			2012			2011		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	56.791	154.361	(97.570)	31.865	173.939	(142.074)	48.807	213.374	(164.567)
Não circulante		324.333	(324.333)		287.572	(287.572)		282.681	(282.681)
	<u>56.791</u>	<u>478.694</u>	<u>(421.903)</u>	<u>31.865</u>	<u>461.511</u>	<u>(429.646)</u>	<u>48.807</u>	<u>496.055</u>	<u>(447.248)</u>

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o quarto trimestre de 2013 com um custo médio de captação de 112% do CDI (113% em 31 de dezembro de 2012).

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (*)	31/12/2013		31/12/2012	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional						
União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco		100%			17.310	
Banco HSBC S.A.		100%	844	50.000	50.831	
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	31.271		1.029	30.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	100%		68.026	122.465	53.405	170.253
Banco Santander S.A.		100%		41.868		42.067
ING Bank		100%	2.163	50.000	51.364	
Banco do Brasil S.A.		100%	52.057	60.000		45.252
Total empréstimos e financiamentos (**)			<u>154.361</u>	<u>324.333</u>	<u>173.939</u>	<u>287.572</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

(**) Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Entre os financiamentos destacamos as operações de longo prazo realizadas com os bancos BNDES e BEI:

Recursos do BNDES:

- i. para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás.
- ii. para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás.

Recursos do Banco Europeu de Investimentos (BEI):

Conforme descrito detalhadamente na letra (d) "fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas" acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (f.i) acima.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas.

Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 5 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite dependem da representação da Companhia por dois Diretores);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembléia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Dando prosseguimento a sua política de financiamento de parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES, em dezembro de 2010, a empresa contratou novo financiamento no montante total de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012, com previsão de desembolsos até o ano de 2013.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Receita Líquida: As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 3.117.739 mil, o que representou um aumento de 13,96%, com relação a 2012, quando somaram R\$2.735.833 mil. Desta forma, e como apontam os demais índices deste sumário financeiro, a Companhia manteve seu ritmo de crescimento.

Lucro Bruto: O lucro bruto, em 2013, chegou a R\$ 950.984 mil, superando em 12,34% o resultado obtido no ano anterior (R\$ 846.505 mil), o que representa uma margem bruta de 30,50%, mantendo-se praticamente em linha com a margem apresentada em 2012 (30,94%).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado Financeiro: A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no 1º trimestre de 2013 foi de estabilidade da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 7,25% para 10,00%, em dezembro de 2013.

Apesar do impacto referente à subida da Selic frente ao ano de 2012, a Companhia apresentou em 2013 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2013, o valor negativo de R\$ 43.101 mil, frente ao valor negativo de R\$ 47.220 em 2013.

O endividamento financeiro da empresa, que era de 34,3% em 2012, caiu para 30,8% em 2013.

Lucro Operacional: O lucro operacional foi de R\$ 544.277 mil. Com um aumento de R\$ 73.709 mil frente a 2012, este índice obteve um incremento de 15,66%. Na variação do período anterior (2011 a 2012) o incremento do lucro operacional foi de 9,36%. Desta forma, com um aumento de pouco mais de 6 pontos percentuais com relação ao incremento anterior, consta-se de fato o aumento do ritmo de crescimento da companhia.

Lucro Líquido: O lucro líquido do exercício fechou 2013 em R\$ 341.257 mil, o que representa aumento de R\$ 50.880 mil, ou seja, 17,52% superior a 2012. Este resultado também foi melhor se comparado à variação do período anterior (2011 a 2012) quando o incremento foi de pouco mais de 15%.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2013	2012	Variação 2013/2012(R\$)	Variação 2013/2012(%)	2010
Receita líquida das vendas e serviços	3.117.739	2.735.833	381.906	13,96%	2.263.645
Lucro bruto	950.984	846.505	104.479	12,34%	674.634
Lajida (Ebitda)	645.875	572.514	73.361	12,81%	508.160
Lucro operacional	544.277	470.568	73.709	15,66%	400.652
Lucro líquido do exercício	341.257	290.377	50.880	17,52%	230.043
Margem Bruta	30,50%	30,94%		-0,44%	

Lajida (Ebitda): A Comissão de Valores Mobiliários – CVM editou em 04/10/2012 a Instrução Normativa 527/2012 que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e LAJIR (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, desde o exercício anterior, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM.

Assim, o Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 645.875 mil do ano de 2013 supera em 12,81% o obtido em 2012. Entre 2011 e 2012 o aumento do Lajida foi de 8,48%. Desta forma, este índice também apresenta um resultado melhor frente à variação dos anos anteriores. Este aumento vem sendo resultado da redução de custos operativos, aumento da margem do gás, e demonstra o comportamento favorável que apresentam os negócios da Companhia, o qual se reflete na manutenção do crescimento médio anual do Lajida em torno dos 10,92% nos últimos 07 (sete) anos.

LAJIDA	2013	2012	Variação(R\$)	Variação (%)	2013
Lajida (R\$ mil)	645.875	572.514	73.361	12,81%	501.074
Lucro líquido do exercício	341.257	290.377	50.880	17,52%	230.043
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	159.919	132.970	26.949	20,27%	88.349
Resultado Financeiro	43.101	47.221	-4.120	-8,72%	82.260
Depreciação e amortização	101.597	101.946	-349	-0,34%	100.422

10.2 - Resultado operacional e financeiro

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.2 Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

As receitas da companhia são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

Em 2010, a CEG celebrou com a Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS aditivo de prazo ao contrato de fornecimento de gás natural vigente pra o mercado convencional, prorrogando-o por mais dois anos, até 31/12/2014. Essa prorrogação permitirá que a demanda de vendas de gás projetada para os próximos anos sejam plenamente atendidas.

Em 2011, a CEG celebrou com a Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS novo aditivo ao contrato de fornecimento de gás firmado em 2008, visando: (i) prorrogar a vigência do contrato de 2014 para 2016; (ii) reduzir as quantidades diárias contratuais de volumes (QDCs) para o período de prorrogação e (iii) extinguir a modalidade de contratação firme-flexível. Essa prorrogação permitiu que a demanda de vendas de gás projetada para os próximos anos fossem plenamente atendidas. Além disso, a Companhia melhorou a relação entre suas vendas e o compromisso de Take or Pay, adequando o CONTRATO ao seu atual nível de vendas, bem como o previsto para os próximos anos, em contrapartida a PETROBRAS estendeu por mais dois anos a vigência do Contrato de Fornecimento de Gás Natural com Take or Pay de 80%. Embora os valores pagos a título de Take or Pay possam ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação, não houve pagamento de TOP no ano de 2011.

Em 2012 foram assinados novos aditivos ao CONTRATO de fornecimento de gás com a Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS para CEG e CEG RIO S/A e em 01.12.12 para a Gas Natural São Paulo Sul S/A, todas empresas controladas pelo Grupo Gás Natural Fenosa, grupo controlador da CEG, estabelecendo-se novo acordo global de retirada de gás (compras de gás), que passou a contemplar as 3 concessionárias, o novo limite deixa de ser calculado individualmente, passando a considerar as três empresas do grupo, mantendo-se o percentual de 80% de retirada mínima, o que assegura maior flexibilidade no seu cumprimento. Não houve pagamento de penalidade (TOP) no ano de 2012 e não há previsão de pagamento para 2013. Além disso, o prazo de vigência do contrato de fornecimento de gás de longo prazo foi prorrogado até 2019.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as tarifas cobradas sofrem revisões quinqüenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENRSA.

Em 2010 os resultados operacionais foram positivamente impactados em razão do maior despacho das termelétricas, que não estava previsto em orçamento, gerando um incremento de 164% no volume de gás fornecido a este seguimento, em comparação com 2009, o que representa um aumento de 67% (cerca de 17,7 milhões de reais). O volume de vendas para o seguimento industrial também apresentou aumento, com destaque para as indústrias que puderam se beneficiar dos leilões de gás natural de curto prazo, realizados pela Petrobrás, e que lhes garantiu a aquisição do insumo com tarifa reduzida (reflexo da redução do custo do gás negociado nos leilões), somando-se a isso a recuperação econômica no pós-crise econômica mundial. Além disso, em razão de um esforço comercial realizado ao longo do ano por meio de campanhas de incentivo ao consumo do gás natural canalizado, observou-se um importante incremento no número de clientes.

Em 2011, exatamente ao contrário do que ocorreu em 2010, os resultados operacionais foram negativamente impactados pelo menor despacho das termelétricas em razão dos altos níveis dos reservatórios de água, reduzindo a necessidade de acionamento das térmicas. Desta forma, o volume de vendas para o segmento de geração elétrica sofreu queda de 52% com relação a 2010. As vendas para o segmento industrial se mantiveram praticamente em linha com o ano anterior (-0,2%), apesar da crise econômica européia que afetou a economia global. Os segmentos comercial e residencial apresentaram crescimento com relação ao volume de vendas (7,8% e 4,2% respectivamente) contribuindo para manter positivo o resultado das vendas convencionais, que ficaram em linha com as vendas em 2010 (acréscimo de apenas 0,3%). O ano de 2011 foi sobretudo um ano de investimentos com acréscimo de 47% se comparado ao ano anterior, principalmente em razão da decisão de antecipar investimentos para o programa de renovação de redes de gás canalizado sobretudo nos bairros de Copacabana e Centro da Cidade que concentraram cerca de 50% do total dos investimentos e, ainda, com a expansão e instalação de redes.

Em 2012, a Companhia obteve um crescimento das captações por ação comercial, frente ao real 2011 (8,4%), bem como um incremento líquido de clientes (+6,7%) contra o real 2011. No segmento de Geração Elétrica, a Companhia incrementou em 132,7% as vendas de gás, percentual comparado à realidade de 2011. As vendas para o segmento industrial apresentaram retração na ordem de 13%, tendo como principal causa a crise econômica que afetou a economia. Os segmentos comercial e

10.2 - Resultado operacional e financeiro

residencial apresentaram crescimento com relação ao volume de vendas de 1,62%, frente ao volume de vendas realizado em 2011. Apesar das menores vendas do mercado convencional a margem convencional foi incrementada em +5,6% frente 2011.

Em 2013, houve o incremento líquido (altas menos baixas) de 19.967 clientes, número 2,8% inferior se comparado com o crescimento do ano anterior. O número total de clientes da companhia em 2013 soma 818.256 clientes, havendo um aumento de 3% com relação a 2012, quando a Companhia encerrou o ano com 798.289 clientes. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 11.942,8 mil metros cúbicos, ou seja, 33% acima do ano anterior. As vendas de gás para o mercado convencional (excluídas as vendas para Geração Elétrica) apresentaram queda de 7,1% em relação ao mesmo período de 2012, impactadas principalmente pela queda de vendas à indústria, que apresentou redução de 15,2%. As vendas para geração elétrica foram 75,1% maiores em relação ao mesmo período de 2012, totalizando 7.675,9 mil metros cúbicos por dia, em 2013. Foram investidos R\$ 174.972 mil de janeiro até dezembro de 2013, montante 12,5% superior ao mesmo período do ano passado. A maior parte dos investimentos foi direcionada para expansões com 49,9%. Conversão e renovação de redes representam quase a totalidade do restante dos outros investimentos.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Toda a variação ocorrida é informada no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços pela companhia.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Destaques sobre os impactos da inflação e variação de preços do gás

Em janeiro de **2010**, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 1,59% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2008 a 30 de novembro de 2009, além da aplicação do percentual de 2,00% sobre as margens vigentes em 31 de dezembro de 2009, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro, maio, agosto e novembro de 2010, ocorreram aumentos do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos referidos meses em 3,16%, 9,81%, 3,01% e 2,77% respectivamente.

Em janeiro de **2011**, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 10,27% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2010, além da aplicação do percentual de 3,79% sobre as margens praticadas em 31 de dezembro de 2010, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro, ocorreu aumento do custo de aquisição do gás natural, resultante do custo de gás de longo prazo, impactando sobre as tarifas em 4,63%.

Em janeiro de **2012**, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 5,95% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2010 a 30 de novembro de 2011, além da aplicação do percentual de 3,79% sobre as margens vigentes em 31 de dezembro de 2011, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em junho do mesmo ano, as tarifas de gás natural foram atualizadas em decorrência do aumento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional (2,73%), e do custo de gás obtido através dos leilões de curto prazo. Em virtude da redução do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional, houve redução das tarifas praticadas pela Companhia em setembro de 2012 (-0,53%). Houve também o incremento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de 1,26%, aplicado a partir de 07/dezembro/13, resultante da redução do desconto temporário no preço de gás longo prazo, conforme correspondências GE-MC/VGN – 013/2013, de 31/out/13, GE-MC/VGN – 026/2013 e GE-MC/VGN/VGN-II 004/13, ambas de 01/nov/13.

Em **2013**, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da AGENERSA, por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução -1,99%.

Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a Agenera determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de -2,85%. No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18/dez/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de Nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

Destaques sobre os impactos do câmbio e da taxa de juros

Em **2007** verificou-se a diminuição da dívida financeira (resultante de menores gastos com juros) e da reestruturação do passivo financeiro da Companhia (resultante da substituição de obrigações de longo prazo a custos mais baixos), o resultado

10.2 - Resultado operacional e financeiro

financeiro representou impacto positivo. Em **2008 e 2009**, com a implementação da política monetária do Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da qual foi reduzida a taxa básica de juros (Selic), a companhia sofreu um impacto negativo.

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 2009 sofreu reversão ao final de **2010** com tendência de elevação da taxa básica de juros (Selic) visando conter a alta da inflação. Apesar do impacto referente à subida da Selic, a Companhia apresentou em 2010 um menor custo financeiro, frente ao ano de 2009. Este impacto, somado à redução do endividamento, gerou menor gasto financeiro com dívida, frente ao exercício anterior. O resultado financeiro apresentou em 2010 o valor negativo de R\$ 82.260 mil, frente ao valor negativo de R\$ 74.637 em 2009. Apesar do menor custo financeiro citado anteriormente, a Companhia apresentou um maior gasto com atualização monetária de processos em tramitação nas vias judiciais e variação monetária positiva ocorrida em 2009, o que não se repetiu no ano de 2010.

No início de **2011** a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) também foi de elevação da taxa básica de juros (Selic), contudo, a partir do agravamento da crise européia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzi-la em seguidos cortes, passando de 12,50% para 11,00%, em dezembro de 2011. Apesar do impacto referente à subida da Selic frente ao ano de 2010, a Companhia apresentou em 2011 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2011, o valor negativo de R\$ 67.586 mil, frente ao valor negativo de R\$ 82.260 em 2010. O endividamento financeiro da empresa, que era de 49,2% em 2010, caiu para 38,3% em 2011.

Em **2012**, a partir do agravamento da crise européia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzir a taxa Selic em seguidos cortes, passando a taxa de 11,00% para 7,25%, em dezembro de 2012. Com esta política de redução da Selic implantada pelo BACEN, a Companhia teve em 2012 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2012, o valor negativo de R\$ 47.221 mil, frente ao valor negativo de R\$ 67.586 em 2011. O endividamento financeiro da empresa, que era de 38,3% em 2011, caiu para 34,3% em 2012.

Em **2013**, a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) no 1º trimestre foi de estabilidade da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Baceb alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 7,25% para 10,00%, em dezembro de 2013. Apesar do impacto referente à subida da Selic frente ao ano de 2012, a Companhia apresentou em 2013 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2013, o valor negativo de R\$ 43.101 mil, frente ao valor negativo de R\$ 47.220 em 2013. O endividamento financeiro da empresa, que era de 34,3% em 2012, caiu para 30,8% em 2013.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2010 a Companhia cumpriu o compromisso assumido em relação ao município de Maricá dando início ao abastecimento com GNC (gás natural comprimido).

Em 2011, 2012 e 2013 não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve efeito relevante na composição acionária da companhia nos exercícios anteriores a 2013.

Conforme destacado no item 6.5 deste Formulário de Referência, no início de 2013, conforme Comunicado divulgado ao Mercado em 28/03/2013, o Grupo Gas Natural Fenosa concluiu sua reorganização societária, concentrando na Gas Natural Internacional SDG, as participações que detém na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, o que a Companhia acha relevante destacar. Contudo, a CEG não possui participação societária em outras empresas e não é controladora de nenhuma empresa. Assim, não adquiriu ou alienou participações em outras empresas em 2013 e nem nos exercícios anteriores.

c. eventos ou operações não usuais

Em 2010:

Foi realizado o registro contábil da operação de venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo, após realização de acordo nos autos da ação judicial que questionou a venda do terreno no ano anterior.

Revisão quinquenal de tarifas pelo quinquênio 2008-2012. Em 2009, a Companhia, de acordo com o BR GAAP antigo, efetuou o registro contábil da retroatividade da revisão tarifária, reconhecendo seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão. Como resultado da aplicação das novas práticas contábeis, o ativo regulatório foi revertido por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade. No entanto, o referido ativo está sendo registrado na medida em que é realizado o faturamento adicional.

Foi realizado acordo em contenda judicial com a CEDAE. Em 2010, a Companhia realizou um acordo com a referida empresa, no processo judicial, no qual questionava pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que, neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. Com a realização do citado acordo, a CEG recuperou os gastos que eram discutidos na referida ação judicial, no valor de R\$ 58 milhões. Assim sendo, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do acordo, registrando a recuperação dos gastos em "Outras Receitas Operacionais", tendo em, 31 de dezembro de 2010, contra partida no ativo no valor de R\$ 19.333 com expectativa de realização a curto prazo, e R\$ 33.833 com expectativa de realização a longo prazo. Esse recebível será pago em 33 parcelas mensais remanescentes, sendo que sobre o saldo devedor incide atualização anual pelo IGP-M.

Em 2011:

Em decorrência dos acidentes ocorridos nas caixas subterrâneas da Light, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPERJ propôs uma Ação Civil Pública Coletiva nº 0101795-61.2011.8.19.0001, em face da Light e da CEG, visando prevenir a ocorrência de novos acidentes. Após a Light firmar um Termo de Compromisso com o MPERJ, a CEG, o MPERJ, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, visando encerrar a ação judicial, em 28 de julho de 2011, firmaram um acordo por meio de um Termo de Compromisso, que foi homologado pelo Juiz da 4ª. Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no dia 03 de agosto de 2011, extinguindo o processo em relação à CEG. No acordo a CEG assumiu o compromisso de: (i) antecipar os investimentos previstos para renovação de sua rede de distribuição de gás localizada no Centro e Copacabana, considerando o atual programa de investimentos para manutenção e renovação de redes subterrâneas; (ii) as obras deverão ser concluídas no período de 12 (doze) meses; e (iii) duplicar no ano de 2011, em relação a 2010, o número de inspeções previstas em seu Programa de Monitoramento da rede de distribuição localizada no Centro e Copacabana. O descumprimento do acordo ou a ocorrência de novo acidente em que haja lesão corporal ou fatal, ou dano ao patrimônio público ou privado, decorrente de acidente comprovadamente causado por escapamento de gás natural canalizado, será

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações

financeiras

aplicada à CEG uma multa no valor de R\$ 100 mil. Previamente à aplicação da multa, a CEG poderá se manifestar sobre a causa do evento, nos autos da ação judicial, ficando isenta do pagamento se comprovar que o gás canalizado de sua rede de distribuição não contribuiu ou foi causador do acidente. Desta forma, o pagamento da multa somente será devido após análise do Juiz acerca da responsabilidade da CEG, respeitado o devido processo legal e a ampla defesa.

Em 2012:

No ano de 2012 a Companhia cumpriu integralmente o Termo de Compromisso celebrado com o Ministério Público, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, renovando a rede de distribuição de gás natural dos seguintes bairros: (i) Copacabana (28Km); e (ii) Centro (31Km). Tal compromisso gerou impacto no investimento da Companhia (+41,0%).

Em 2013:

Conforme destacado no item anterior 10.2 anterior, em 2013 foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da AGENERSA, por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796 796 e posteriormente homologado pela Deliberação AGENERSA 1.881. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução -1,99%.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na lei 11.941/09, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas Leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "*International Accounting Standard Board - IASB*". A aplicação da referida Lei e MP foi obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em **31/12/2010** foram as primeiras em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação das demonstrações financeiras. A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 01/01/2009 e em 31/12/2009 estiveram consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"). As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas: (i) Reversão de ativos e passivos financeiros e, (ii) Participação de não controladores.

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de **2011 e 2012** que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em **2013** foi aplicável a seguinte nova interpretação de norma contábil: IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O principal impacto previsto para a sua adoção nas demonstrações contábeis da Companhia é: (i) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, conforme Nota 22.

Foram também emitidas as novas interpretações de norma contábil IFRIC21 (Taxas) e IFRS9 (Instrumentos Financeiros), que, contudo, não estiveram em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não houveram outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O principal impacto previsto para a adoção da nova norma contábil, IAS9, aplicável a partir de 01/01/2013 nas

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Demonstrações contábeis da Companhia é: a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, conforme demonstrado na Nota explicativa nº Nota 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia, conforme abaixo destacado:

Obrigações de aposentadoria:

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 22).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes nos últimos três exercícios.

10.5 - Políticas contábeis críticas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

- (a) **Reconhecimento da receita de venda de gás:** Para a mensuração da receita pela venda de gás são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota nº 8 das Demonstrações Financeiras da Companhia, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 144.962 (R\$ 157.153 em 31 de dezembro de 2012).
- (b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais:** Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.
- (c) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 38.588 (R\$ 25.919 em 31 de dezembro de 2012).
- (d) **Vida útil do ativo intangível:** A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.
- (e) **Provisão para contingência:** A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.
- (f) **Benefícios de planos de pensão:** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da companhia.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A administração da companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados.

Ainda está em fase de acompanhamento pela Administração da Companhia o resultado do Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao ano de 2013, valendo destacar que não foram apontadas Deficiências Significativas (DS), mas tão somente Outras Deficiências (OD), das quais se destacam aquelas que possuem maior relevância:

- Foi identificado que a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) não está sendo apurada pelos clientes com histórico de atraso e sim pelos títulos vencidos. Sobre tal ponto a Companhia esclarece que numa análise dos créditos de liquidação duvidosa os títulos vencidos representam o histórico de atraso.
- Possibilidade de acessos indevidos a diferentes sistemas informáticos, sem que se tenha verificado efetivamente acessos indevidos ou eventos que tenham causado problemas. Sobre tal ponto a Companhia esclarece os procedimentos de controle, alguns automatizados e outros dependentes da realização de controle exercido por gestores de diferentes áreas. Assim, a Companhia entende que os controles que não são automatizados são suficientes e mitigam significativamente eventuais riscos. A Companhia visa a implementação de ferramenta que seja capaz de garantir ainda maior segurança relativamente aos controles de acessos aos sistemas.
- Identificados alguns registros/lançamentos no sistema SAP sem que o mesmo realize um controle ou verificação prévia acerca da competência para tal registro ou sua revisão para aprovação. Sobre tal ponto

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a Companhia esclarece que os registros e lançamentos no sistema SAP são realizados de acordo com perfis pré-determinados para usuários, mediante controle de autorização prévia para cada perfil, que assegura a competência e capacitação para a sua realização. Os perfis de acesso para as atividades apontadas são definidos conforme estrutura de pessoal do Grupo Gas Natural Fenosa (controlador da Companhia).

- Identificada a ausência de um plano de continuidade de negócios e de um plano de recuperação de desastres. Sobre tal ponto a Companhia esclarece que este plano é aplicado por normas determinadas pelo Grupo Gas Natural Fenosa (controlador da Companhia) e será reforçado o conhecimento pelas áreas da Companhia no Brasil.
- Identificada a ausência de atualização periódica da documentação técnica dos sistemas. Sobre tal ponto a Companhia esclarece que será estabelecido o processo de atualização periódica da documentação técnica através do controle de gestão de mudanças.
- Ausência de uma política de backup corporativa. Sobre tal ponto a Companhia esclarece que será elaborada e divulgada a política de backup.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar: a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando: a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não sejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

iv. contratos de construção não terminada

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****10. Comentários dos diretores**

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- b. natureza e o propósito da operação**

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Pela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão.

A Companhia investiu em 2013 R\$ 174.972 mil, aplicados basicamente nos programas de conservação, renovação e expansão das redes de gás.

Em comparação com o exercício anterior, cujo total de investimentos foi R\$ 155.552 mil, o nível de investimentos realizados pela Companhia teve um acréscimo de 12,5. Quase metade desses investimentos (49,9% do total) foi direcionada para expansão operacional, somando mais de R\$ 87 milhões.

A manutenção e renovação de Redes (R\$ 73 milhões) representam quase a totalidade do restante dos outros investimentos, que incluem ainda frota, tecnologia da informação e instalações (pouco mais de R\$ 14 milhões investidos).

Parte importante dos investimentos destinados às instalações decorreu da necessidade de transferir em 2014 a sede da Companhia, atualmente localizada no famoso Gasômetro, no Bairro de São Cristóvão, para novo endereço no Centro do Rio de Janeiro. Esta medida foi necessária em razão das obras de revitalização da área portuária da cidade – Projeto Porto Maravilha, no qual a área atualmente ocupada pela Ceg será reduzida e concentrará apenas parte das equipes operacionais da empresa.

No orçamento aprovado para 2014, frente ao realizado em 2013, a Companhia planeja um incremento de clientes de 20,9%; um incremento de 4,3% das vendas para o mercado convencional (que engloba os mercados residencial, comercial, GNV e industrial); uma redução de 52,1% para vendas para geração elétrica (porque adotou como critério as projeções do Operador Nacional do Sistema – ONS, e não as previsões climáticas, que são mais inseguras).

Para tanto, programa um incremento de 15,5% dos investimentos para o ano de 2014, considerando ainda maior atividade de manutenção de redes e a mudança de endereço da sede da Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto ao BNDES e captação de recursos também junto a bancos comerciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Com a conclusão do projeto de conversão do gás manufacturado para gás natural em 2007, foram desativadas estações de gás manufacturado.

Em 2008, 2009 e 2011 não houve desinvestimentos.

Em 2010 foi realizado o registro contábil da venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo.

Em 2012 e 2013 não houve desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) projetos em desenvolvimento já divulgados:

10.10 - Plano de negócios

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

10. Comentários dos diretores

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

11. Projeções

11.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção;**
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção;**
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle;**
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão.**

A Companhia não divulga, e nem divulgou nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

11. Projeções

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

A Companhia não divulga, e nem divulgou nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções, assim, não há acompanhamento e alterações relativas à projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembléia geral e administração

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. Atribuições de cada órgão e comitê

As atribuições da Diretoria (órgão) estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- O Diretor que possuir atribuições que contemplem relações com investidores, poderá acumular outras atribuições, de acordo com determinação do Conselho de Administração;
- Compete ao Diretor-Presidente o acompanhamento e fiscalização da implementação das determinações do Conselho de Administração e da política estratégica da Sociedade, bem como a coordenação e supervisão das atividades dos demais Diretores;
- Competem à Diretoria as atribuições fixadas em lei, observadas as demais normas deste estatuto, devendo as deliberações relativas às matérias constantes da letra (e) do Artigo 15 (abaixo apontada) e que se encontrem abaixo do limite ali fixado serem tomadas pela Diretoria;
- Compete ao Diretor Presente, em conjunto com outro Diretor, a nomeação e outorga de poderes aos Procuradores, para os fins estabelecidos neste Estatuto;
- É vedado aos Diretores e aos procuradores da Sociedade obrigar a mesma em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social, salvo quando se tratar de concessão de fianças em contratos de locação de imóveis destinados à moradia de diretores e/ou gerentes da Sociedade.

As atribuições do Conselho de Administração estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- (b) encaminhar à Assembléia Geral propostas de fusão, incorporação e cisão que envolvam a Sociedade;
- (c) autorizar a Sociedade a participar em outras sociedades;
- (d) orientar o voto da Sociedade nas reuniões de sócios-quotistas e nas assembléias gerais de acionistas de sociedades coligadas ou controladas;
- (e) autorizar a Diretoria a assumir qualquer responsabilidade ou obrigação pela Sociedade quando envolva valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e a exonerar terceiros do cumprimento de obrigações para com a Sociedade ou transações para prevenir ou por fim a litígios, ou não, quando envolva valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- (f) autorizar a alienação, a promessa de alienação ou a oneração de bens do ativo permanente;
- (g) escolher auditores independentes;
- (h) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- (i) eleger, suspender e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Sociedade e fixar-lhes a remuneração, as atribuições e responsabilidades;
- (j) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Sociedade, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados pela Sociedade ou em via de celebração;
- (l) manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o relatório e as contas da Diretoria;
- (m) autorizar a representação da Sociedade por 1 (um) de seus Diretores ou por 1 (um) procurador nomeado nos termos do Artigo 19 deste Estatuto;
- (n) fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembléia Geral, a remuneração dos administradores, quando votada em verba global;
- (o) convocar, por seu Presidente ou por seu substituto indicado na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 13, ou por 2 (dois) quaisquer de seus membros, as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- (p) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, obedecidos aos limites legais e o disposto neste Estatuto;
- (q) outorgar poderes para procuradores que não os previstos no Artigo 19, Parágrafo Primeiro, deste Estatuto;
- (r) criar ou extinguir Diretorias, que possuirão sua denominação e atribuições determinadas pelo Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto;
- (s) autorizar a emissão de notas promissórias comerciais para subscrição pública ("*commercial papers*"); e,
- (t) resolver, quando delegado pela Assembléia Geral, sobre as condições de emissão de debêntures, conforme disposto no § 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76 e autorizar a venda de debêntures, inclusive conversíveis em ações, de emissão da Companhia que estejam em tesouraria;

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Conselho Fiscal não é permanente. Nos três últimos exercícios foi instalado em 30/04/2008, 28/04/2009 e 29/04/2011.

Não há outros comitês instalados na Companhia.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismos de avaliação para o Conselho de Administração descrito no Estatuto Social. Com relação aos membros das Diretorias, observar o item (e) a seguir. Não há outros comitês instalados na Companhia.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

As atribuições das Diretorias, cuja atuação está sujeita à fiscalização pelo Conselho de Administração e acompanhada pelo Diretor Presidente, como previsto no Estatuto Social, estão descritas no regimento interno, sendo abaixo descritas:

Diretoria Comercial: Planificação comercial na expansão da rede, fixando os objetivos de crescimento de clientes e definindo os recursos e as políticas a serem aplicadas, levando em conta os critérios de rentabilidade definidos. Comercialização de gás natural a grandes clientes. Definição do plano comercial para cada uma das Zonas, produtos e segmentos de mercado. Acompanhamento das ações dos concorrentes, análise de potencial de mercado. Fixação de objetivos, definição da política de canal, da oferta comercial aos clientes, instaladores e canais alternativos. Ações de promoção e publicidade para o desenvolvimento dos usos do gás.

Diretoria de Gestão de Rede: Planificação da expansão, operação e manutenção da rede de gás, maximizando a rentabilidade dos ativos e otimizando a arquitetura e o dimensionamento da rede. Implantação e garantia do cumprimento das políticas de qualidade, segurança e meio ambiente do Grupo nos processos de distribuição. Exploração da rede de gás, gestão dos centros de atendimento de urgências e realização do dispatching e previsão da demanda. Revisão e atualização da normativa e da garantia de qualidade nas áreas de atividades de distribuição de gás, conforme os critérios do Grupo.

Diretoria de Operações: Consecução dos objetivos de crescimento dos pontos de fornecimento e demanda de gás, através da gestão e materialização em campo das atividades de captação e colocação em serviço de pontos de fornecimento de gás. Construção e manutenção das infra-estruturas de rede de gás, aplicando as políticas, procedimentos e normas do Grupo para a manutenção das infra-estruturas de gás, garantindo a máxima confiabilidade, qualidade e segurança do serviço, bem como a otimização dos custos. Execução e cumprimento do plano de manutenção da rede fixado pelo Gestor de Rede, bem como pelo atendimento de urgências para todas as zonas de distribuição. Operações domiciliares. Aplicação da execução dos planos comerciais em campo cumprindo com os objetivos fixados, fazendo uso dos recursos e políticas definidas pela unidade Comercial.

Diretoria de Planificação de Ingressos e Regulação: Liderar as negociações com os reguladores locais, estaduais e Federais, nos processos de revisão tarifária, elaborar estudos que contribuam a conhecer o mercado energético global e local e que ajudem a fortalecer a visão estratégica corporativa identificando novas oportunidades de negócio, gerir e otimizar os aprovisionamentos de energia conforme o planejamento corporativo, planos estratégicos e marco regulatório. Cumprir a gestão comercial dos contratos de fornecimento e distribuição com os clientes termoeletrônicos (existentes ou potenciais), com a finalidade de assegurar que a estratégia é coerente e consistente com a estratégia do grupo e maximizam o valor da empresa.

Diretoria de Compras, Prevenção e Serviços Gerais: É responsável pelo cumprimento das políticas, modelo operacional e da metodologia, no âmbito de compras, logística, homologação e qualidade de fornecedores. Também se responsabiliza por velar pelo cumprimento das políticas gerais e princípios de saúde, prevenção de riscos trabalhistas, meio ambiente e garantia da qualidade. Trata da gestão dos contratos com fornecedores de serviços gerais, da adequada exploração e funcionamento operacional. Gerencia e aperfeiçoa o patrimônio, assim como as aquisições, locações e vendas de imóveis. Analisa a necessidade e coordena o desenvolvimento de grandes reformas nos imóveis.

Diretoria de Recursos Humanos: Aplicar, coordenar e controlar as políticas de Recursos humanos nos âmbitos de relações trabalhistas, recursos humanos negócio e serviços de recursos humanos, conforme a legislação aplicável, as políticas corporativas e os princípios estratégicos do Grupo, com o fim de proporcionar o apoio necessário para o desenvolvimento do negócio localmente e garantir a coerência com os objetivos estratégicos.

Diretoria de Serviços Jurídicos: Coordenar e prestar serviços de assessoramento e gestão jurídica de todos os assuntos que ocorram e reportar as eventuais situações de risco, conforme a legislação vigente, aspectos regulatórios e as diretrizes, políticas e estratégias do Grupo, com o fim de garantir atuação em todo o momento dentro de um estrito cumprimento da legislação local, minimizando riscos jurídicos, de modo mais conveniente para a defesa de seus interesses e para que a corporação adote as medidas convenientes.

Diretoria de Econômico-Financeiro: Responsável pela implementação de políticas do Grupo marcadas desde a Diretoria Geral Econômica Financeira em temas Financeiros, Fiscais, Contábeis e Controle de Gestão, levando em conta as particularidades locais do país.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não há mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração descrito no Estatuto Social.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia.

No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembleia geral e administração

12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. prazos de convocação

Conforme lei 6.404/76, a convocação é publicada por três vezes em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

Assim, a primeira convocação para assembleias é publicadas com 15 (quinze) dias de antecedência da data agendada para a realização do ato, e a segunda convocação é publicada com até 08 (oito) dias de antecedência, ambas em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

Além disso, as Convocações são enviadas aos acionistas detentores de mais de 02% (dois por cento) das ações da Companhia.

b. competências

As atribuições da Assembleia de Acionistas estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses de cada ano para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem;
- A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, por um acionista eleito na mesma Assembleia, que convidará um acionista, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos;
- Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou administrador da Sociedade ou advogado ou instituição financeira, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembleia Geral;
- A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos à Sociedade, podendo tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, bem como delegar poderes decisórios ao Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto e da legislação em vigor;
- As atas das Assembleias Gerais poderão ser publicadas por extratos, com sumário dos fatos ocorridos e transcrição das deliberações tomadas, observadas as disposições do parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976;
- Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, a pedido de acionista interessado, declarar a invalidade de voto proferido contra disposição expressa no acordo de acionistas arquivado na sede da Sociedade.
- A administração da Sociedade compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros serão eleitos por mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.
- Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo então ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos ficam disponíveis para análise na sede da Companhia, situada no endereço: Av. Pedro II, nº 68, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, a contar da convocação para o ato ou publicação dos documentos da Administração.

Além disso, os documentos são enviados aos acionistas detentores de mais de 02% (dois por cento) das ações da Companhia independentemente de solicitação, na forma prevista na legislação societária.

Para aprovação das matérias em Assembleia Geral Ordinária – AGO a Companhia publica, integralmente os documentos da Administração em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembleia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Não há no Estatuto Social da Companhia previsão de regras para identificação e administração de conflitos de interesses.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Tendo em vista que a Companhia não possui o controle pulverizado, não há solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Recepção da procuração, na sede da Companhia, para representação do acionista, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data da Assembléia, não sendo aceitas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não há manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores mantém um canal direto de comunicação com os acionistas, obtendo um relacionamento próximo e freqüente, estando disponível para o recebimento de sugestões, informações, solicitações, propostas e pedidos de informações, com o objetivo de permitir a inclusão, e até mesmo a elaboração conjunta, sempre que possível, da ordem do dia que servirá como pauta para as Assembleias.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	28/03/2014
		O Globo - RJ	28/03/2014
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário do Estado - RJ	28/03/2014
		O Globo - RJ	28/03/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário de Estado - RJ	14/04/2014
		Diário do Estado - RJ	15/04/2014
			16/04/2014
		Jornal do Commercio - RJ	14/04/2014
			15/04/2014
16/04/2014			
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	O Globo - RJ	26/03/2013
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2013
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Jornal do Commercio - RJ	12/04/2013
			15/04/2013
			16/04/2013
		O Globo - RJ	12/04/2013
			15/04/2013
			16/04/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	28/03/2012
		O Globo - RJ	28/03/2012
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2012
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	12/04/2012
			13/04/2012
			16/04/2012
		Jornal do Commercio - RJ	12/04/2012
			13/04/2012
			16/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Estado - RJ	30/05/2012
		Jornal do Commercio - RJ	30/05/2012

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembléia geral e administração

12.5 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

a. frequência das reuniões

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho ou por 02 (dois) Conselheiros em caso de ausência do Presidente. A convocação deverá se feita por escrito, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

Analisando-se o histórico de reuniões, observa-se a realização pelo menos trimestral do Conselho de Administração da Companhia.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O acordo de acionistas firmado em 27 de abril de 2000, arquivado na sede da Companhia, não prevê restrições ao direito de voto, sendo, contudo, previstas hipóteses legais e estatutárias de votação tendo-se em conta *quorum* qualificado, conforme apontado no item 18.2 do Formulário de Referência.

A seguir, transcrevemos as disposições do Acordo de Acionistas relativas ao direito de voto, também descritas no item 15.5 do Formulário de Referência:

“As partes se comprometeram a exercer o seu direito de voto de modo a assegurar a eleição de 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados pela BNDESPAR, ficando desde já acordado que os indicados deverão ser membros do quadro funcional ou diretivo do Sistema BNDES e/ou funcionários da administração pública direta da União Federal.

As partes se comprometeram a requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a assegurar a eleição de 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente indicado pela BNDESPAR.

Ficou estabelecido que somente os membros efetivos, titulares ou suplentes, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, têm direito de voto nas respectivas reuniões e assinarão as respectivas atas.

O Acordo vigorará durante o tempo em que a BNDESPAR mantiver a qualidade de acionista, com participação igualou superior a 10% (dez por cento) do capital social, obrigando os signatários, seus herdeiros e sucessores.

O número de membros do Conselho de Administração que a BNDESPAR tem o direito de indicar, nos termos do Acordo, será reduzido proporcionalmente a qualquer redução de sua participação na EMPRESA de forma que a BNDESPAR terá o direito de indicar tantos membros para o Conselho de Administração, até o máximo de 03 (três), quantos teria o direito de eleger caso fosse adotado o procedimento de voto múltiplo previsto no art. 141 da Lei 6.404/76.”

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

No Estatuto Social da Companhia não há previsão de regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembléia geral e administração

12.5 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

Não há, no estatuto da Companhia, cláusula compromissória para a resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
MIGUEL MARCELO NAPOLITANO	50	Pertence apenas à Diretoria	26/03/2014	25/03/2015
027.043.778-98	Tecnólogo Mecânico	Diretor Comercial	26/03/2014	Sim
KATIA VALVERDE JUNQUEIRA	53	Pertence apenas à Diretoria	26/03/2014	25/03/2015
908.884.487-91	Advogada	Diretora de Serviços Jurídicos	26/03/2014	Sim
KATIA BRITO REPSOLD	42	Pertence apenas à Diretoria	26/03/2014	25/03/2015
028.239.027-83	Engenheira	Diretora de Gestão de Rede	26/03/2014	Sim
GILBERTO GUIMARÃES ROSA DA SILVA	53	Pertence apenas à Diretoria	26/03/2014	25/03/2015
545.521.257-53	Contador e Administrador de Empresas	Diretor de Serviços Compartilhados	26/03/2014	Sim
DANIELE VIANA TOVAL CONRADO	36	Pertence apenas à Diretoria	26/03/2014	25/03/2015
079.971.577-86	Psicóloga	Diretora de Recursos Humanos	26/03/2014	Sim
JORDI GUTIERREZ OLIVER	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
054.433.577-51	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2013	Sim
CLAUDIO BARBOSA DA ROCHA	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
806.362.507-25	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Não
SERGIO MANOEL ARANDA MOREANO	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	29/04/2015
060.484.797-19	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2014	Sim
FRANCISCO SOLBES PONS	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	29/04/2014
000.000.000-00	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
JOSÉ MARIA MARGALEF BADENAS	54	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2013	28/04/2014
054.680.497-75	Engenheiro	Diretor de Operações	29/04/2013	Sim
BRUNO ARMBRUST	54	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2014	29/04/2015
676.200.607-82	Arquiteto	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	30/04/2014	Sim
ANTONI ALMELA CASANOVA	56	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2014	29/04/2015
054.099.587-80	Engenheiro	Diretor Geral	30/04/2014	Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

MIGUEL MARCELO NAPOLITANO - 027.043.778-98

Nascido na cidade de Avaré - SP em 1963, é formado em Tecnologia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), concluiu em 1994 uma Pós Graduação em Engenharia de Produto pela Universidade São Judas Tadeu, possui MBA em Gestão de Empresas pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 1999, concluiu em 2005 uma Pós Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa (ISE/ IESE Business School), em 2005 concluiu uma Pós Graduação em Engenharia do Gás Natural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Atuou em grandes empresas do segmento industrial por mais de 15 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na Gas Natural São Paulo Sul - GNSPS, em 2000 no cargo de Especialista Vendas Industriais, assumindo a Gerencia de Serviços Técnicos em 2004, passou à Gerencia de Comercial em 2007 e à Gerencia de Grandes Clientes para os negócios de Distribuição do Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil em 2009 e na CEG, sendo indicado ao cargo de Diretor Comercial.

KATIA VALVERDE JUNQUEIRA - 908.884.487-91

Brasileira, nascida no RJ em 17/09/60, inscrita na OAB – RJ 49.997, formada em Direito pela Universidade do Estado do RJ – UERJ, em 1984. Ingressou no Grupo GNF em 1998 como advogada sênior, galgando os cargos de Chefe de Serviços Regulatórios e, posteriormente, Gerente de Assuntos Regulatórios, atuando, desde 2009, como Diretora de Assuntos Jurídicos do Grupo GNF no Brasil. Possui Pós Graduação Lato Sensu em Educação Ambiental – UCAM – 2010, MBA em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões - FGV-RJ –2002 e Pós Graduação Lato Sensu com Docência em Direito Empresarial - INSTITUTO METODISTA BENNETT – 1998. Profissional Certificada com Ênfase em Administração, pelo ICSS – Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social. Membro Titular do Conselho Deliberativo da GASIUS - Instituto de Seguridade Social da CEG, desde 2007. Membro do Comitê de Ética da CEG desde 2009. Antes de ingressar no Grupo, trabalhou como Gerente Jurídica na TVX Participações Ltda. e como advogada sênior na Cia. Atlantic de Petróleo e na Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga, além de ter atuado também em escritórios de advocacia. Possui diversos cursos de extensão, dentre eles, Programa de Formação para Comitês de Direção de Latinoamérica – IESE – Business School de La Universidad de Navarra / Espanha, 2010; Processo Civil Contemporâneo: Uma Visão Prática e Estratégica – FGV, 2009; Programa de Desarrollo Gerencial – Gas Natural SDG, S.A., 2006; Curso de Extensão em Direito da Energia Elétrica – UCAM, 2006; Direito da Empresa – UERJ, 2004; Desenvolvimento em Gestão Empresarial – ISE - Instituto Superior da Empresa 2003. Atualmente é Presidente da Comissão da OAB/RJ dos Juizados Especiais Estaduais do RJ, nomeada em 2013, e integra Grupo de Trabalho Interinstitucional TJRJ e OABRJ, instituído pelo Ato Executivo 335/2014 do TJRJ, para debate de melhorias das condições dos Juizados Cíveis do RJ. Palestrante e autora de artigos jurídicos.

KATIA BRITO REPSOLD - 028.239.027-83

Nascida no Rio de Janeiro em 1971. Formada em Engenharia Industrial Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) em 1992 e Mestrado em Tecnologia Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) em 1999. Atua na área de assistência a clientes, implementação de sistemas da qualidade, tendo atuado em diversas empresas tais como Exaplas Resinta Produtos Plásticos Ltda. E CBV Indústria Mecânica S/A, está no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 2001, onde atualmente é Diretora de Serviço ao Cliente.

GILBERTO GUIMARÃES ROSA DA SILVA - 545.521.257-53

Nascido na cidade do Rio de Janeiro - RJ em 1960, é formado no Curso de Ciências Contábeis e Administração, pela Faculdades Integradas Celso Lisboa - FICL, concluiu em Março de 1995 uma Pós Graduação Latu Sensu em Contabilidade para Gestão de Negócios pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluiu em 2003 um MBA em Desenvolvimento em Gestão Empresarial – DGE (ISE/ IESE Business School), concluiu em 2005 um MBA em Controladoria e Finanças pela Faculdades Integradas Candido Mendes, e atualmente está participando do Programa Avançado Gerencial AMP (ISE/ IESE Business School), com previsão de término agora em Dezembro de 2012.

Atuou em grandes empresas do segmento de petróleo e gás por quase 20 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na Serviconfort (atualmente Gas Natural Serviços), em 2001 no cargo de Coordenador Administrativo Financeiro, sendo transferido para CEG no ano de 2003, onde assumiu a Gerencia de Administração e Fiscal (Contabilidade e Consolidação), passando em 2007 à Gerencia de Controle de Gestão (Controller), sendo indicado ao cargo de Diretor de Serviços Compartilhados.

DANIELE VIANA TOVAL CONRADO - 079.971.577-86

Nascida na cidade do Rio de Janeiro - RJ em 1977, é formada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), possui MBA em Gestão Empresarial pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 2007 e concluiu em 2011 um Programa de Desenvolvimento Gerencial no Instituto Superior da Empresa (ISE/ IESE Business School).

Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, CEG, em 2000 no cargo de Especialista em Recursos Humanos, trabalhou nas diversas áreas de RH tais como desenvolvimento de recursos humanos, remuneração e organização. Assumiu a Gerência de Desenvolvimento de RH em 2007 e em 2012, foi indicada ao cargo de Diretor de Recursos Humanos.

JORDI GUTIERREZ OLIVER - 054.433.577-51

Nascido em Barcelona, Espanha, em 1965. Formado em Ciências Empresariais pela Universidad de Barcelona em 1996. Posteriormente fez especialização no IESE do Rio de Janeiro e atualmente cursa pós-graduação em Gás Natural na PUC. Trabalha no Grupo Gas Natural desde 1987, trabalhando na CEG como Gerente de Compras até o ano de 2004. Atuou como Gerente Geral da Gás Natural Serviços S/A e é como Diretor de Serviços Compartilhados na CEG.

CLAUDIO BARBOSA DA ROCHA - 806.362.507-25

Nasceu em 14/05/1965 na cidade do Rio de Janeiro. Formado em engenharia Mecânica pela UERJ. Pós-Graduado em Marketing Estratégico pela FGV/RJ e em Finanças Corporativas pelo IAG/PUC-Rio. Mestre em Administração pelo IAG/PUC-Rio. Ocupou os cargos de engenheiro de ar condicionado na EMBRATEL, engenheiro de manutenção na empresa Tubos e Conexões Tigre e Conexões Tigre, engenheiro de produto, pós-vendas e chefe de serviços na empresa Springer Carrier e analista e chefe do departamento de subvenção econômica na FINEP. É funcionário do BNDES, no cargo de Engenheiro, desde 2009, onde, atualmente exerce uma das gerências no Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira 1 (DEPAC 1) da Área de Mercado de Capitais.

SERGIO MANOEL ARANDA MOREANO - 060.484.797-19

Nascido em Barcelona, Espanha, em 27.01.1959. CPF/MF nº 060.484.797-19. Formado em Engenharia Industrial Química pela Universitat Politècnica de Barcelona em 1990. Atua na área comercial e de análise e desenvolvimento de negócios desde 1989, tendo atuado no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 1982, onde atualmente é Diretor de Negócios.

FRANCISCO SOLBES PONS - 000.000.000-00

Nasceu em Barcelona, Espanha, em 10.02.1964. Passaporte AD603533, expedido pelo governo da Espanha. Formado em Ciências Empresariais pela Universidade de Barcelona, MBA pelo Instituto de Empresa (Madri), Executive Master em Direção Econômico-Financeira pelo ESADE (Barcelona) e Formado em Programa de Desenvolvimento Diretivo pelo IAE (Universidade Austral de Buenos Aires). Incorporou-se ao Grupo Gas Natural Fenosa em julho de 1988, onde atualmente ocupa o posto de Diretor Econômico-Financeiro Internacional e, anteriormente, os de Controller de Negócios Varejistas, Controller América Latina, Controller Internacional, e Responsável por Projetos de Organização na Espanha, bem como os cargos de Gerente de Organização e Gerente de Administração de Pessoal na Argentina.

JOSÉ MARIA MARGALEF BADENAS - 054.680.497-75

Nascido em Barcelona em 11/05/1959. Eleito Diretor Técnico da CEG em 23/10/2006. Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Politècnica da Catalunha em 1983. Ingressou no Grupo GasNatural em 1985, quando a Companhia em que trabalhava (Corberó S.A) foi incorporada. Ocupou diversos cargos técnicos e de direção no Grupo GasNatural, tendo sido, na CEG, Gerente de Projeto de Conversão e de Distribuição.

BRUNO ARMBRUST - 676.200.607-82

Nascido no Rio de Janeiro, Brasil, em 06.02.1961. CPF/MF nº 676.200.607-82. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Gama Filho RJ. Pós graduado em Administração e Finanças pela UFRJ, Master IESE pela Universidade de Navarra (Espanha) e MBA em Direito Empresarial pela FGV. Membro efetivo dos Comitês de Energia e da Gestão da Competitividade da Firjan. Atual diretor presidente da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, empossado em 20/04/2007. Tendo atuado também como Diretor Técnico (1993-1995), Diretor de Planejamento e Relações Institucionais (1999-2001), Diretor Comercial (2001-2004) dentre outras atividades

ANTONI ALMELA CASANOVA - 054.099.587-80

Nascido em Barcelona, Espanha, em 26.11.1957. CPF/MF nº 054.099.587-80. Formado em Engenharia Industrial pela escola Técnica Superior de Engenheiros Industriais de Barcelona, da Universidade Politècnica da Catalunha. Mestre em Gestão e Direção de Empresas pelo Instituto Catalão de Tecnologia. Atualmente é Diretor de Gestão de Ativos da empresa Gas Natural Distribuição SDG S/A, ingressou no grupo Gas Natural em 1981, já tendo atuado nas áreas de Construções de redes, Distribuição, Serviços a Clientes, Serviços Técnicos e Conexões, Projetos e Desenvolvimento ocupando cargos de Chefe de Serviços e de Diretor Comercial Residencial da CEG.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, instalados na Companhia ou previstos no Estatuto Social.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há nenhuma relação de parentesco entre os membros da Administração da Companhia ou membros do Conselho Fiscal nos parâmetros identificados no item 12.09 deste formulário de Referência.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia. Há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para América Latina, mantida pelo grupo controlador Gas Natural Fenosa.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembléia geral e administração

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Todos os administradores da Companhia são cobertos por apólice de Seguro de Responsabilidade Civil (D&O), com abrangência mundial. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de relações da atividade da Companhia.

O prêmio total do seguro, incluindo-se adicional de fracionamento, IOF e custo da apólice corresponde a R\$ 12.476,60.

São cobertos os seguintes riscos: (i) indisponibilidade de bens e “*penhoras-on-line*”; (ii) responsabilidades estatutárias; (iii) multas e penalidades civis; (iv) despesas de publicidade; (v) responsabilidades por erros e omissões na prestação de serviços profissionais; (vi) danos corporais; (vii) reclamações do tomador contra os segurados e segurado contra segurado; (viii) reclamação por danos ambientais; (xix) extensão de cobertura para cônjuge ou companheiro; (x) extensão de cobertura para espólio, herdeiros, sucessores e representantes legais; (xi) extensão de cobertura para administradores de entidades externas identificadas; (xii) perdas de valores/títulos mobiliários.

12.12 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

12. Assembléia Geral e Administração

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre assembléia geral e administração

A respeito do item 12.7 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há comitês estatutários, comitês de auditoria, de riscos, financeiro e/ou de remuneração instalados na Companhia

A respeito do item 12.9 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há relação conjugal ou grau de parentesco em nenhuma das relações mencionadas no referido item.

A respeito do item 12.10 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para a América Latina, mantida pelo Grupo Controlador Gas Natural.

Necessário ressaltar que não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, que é fixada pela Assembleia de Acionistas anualmente.

A Companhia possui para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliados ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.

b. composição da remuneração, indicando: i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total; iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; iv. razões que justificam a composição da remuneração;

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sendo, em regra aplicada correção monetária aos valores anualmente fixados.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia. No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, os indicadores de desempenho são o atingimento de metas operacionais e financeiras e, também o desempenho individual. Nas avaliações são levadas em consideração, ainda, o trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração. Estes critérios de avaliação também são aplicados ao nível gerencial da empresa.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, a remuneração é estruturada de forma a motivar o atingimento não apenas dos objetivos individuais, mas, também, o das equipes e a meta global da empresa.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

Objetivos próprios: 40% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos a serem desenvolvidos durante o ano.

Atuação profissional: 30% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos comportamentais, tais como: trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração.

Objetivos de direção: 20% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla a soma dos objetivos dos seus pares. Este indicador visa estimular a preocupação não apenas com o resultado individual, mas, também, estimular a visão de equipe.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Objetivos do grupo: 10% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Reflete o resultado global da empresa.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Com relação à remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal observa-se o objetivo de manter uma remuneração justa, garantindo a reposição das perdas inflacionárias.

Com relação à remuneração da Diretoria, a estruturação da política de remuneração variável da empresa procura incentivar a rentabilização dos investimentos e projetos desenvolvidos pela empresa, o atendimento às normas e regulamentos da concessão dos serviços e a valorização e respeito às pessoas e aos clientes.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há subsidiárias ou controladas. Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Com relação ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, não há benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor. Em qualquer caso, conforme determinação estatutária, a remuneração deverá ser fixada pela Assembleia Geral, e quando fixada de forma global, a distribuição individual poderá ser deliberada pelo Conselho de Administração.

Com relação à Diretoria, é necessário observar que recebimento da remuneração variável é um direito líquido e certo em caso de qualquer mudança do controlador, alterações de diretrizes internas, mudança ou rebaixamento de posição hierárquica, bem como de qualquer reorganização societária, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra operação societária.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,00			10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	939.745,44			6.908.038,00
Benefícios direto e indireto	0,00			990.135,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			894.394,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			165.637,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Pós-emprego	0,00			217.553,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações	0,00			0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros			3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			234.936,36	6.908.038,00
Benefícios direto e indireto			0,00	990.135,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				

Bônus			0,00	894.394,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	165.637,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego			0,00	217.553,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações			0,00	0,00
Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros		10,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		6.908.038,00		6.908.038,00
Benefícios direto e indireto		990.135,00		990.135,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
Remuneração variável				
Bônus		894.394,00		894.394,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		165.637,00		165.637,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
Pós-emprego		217.553,00		217.553,00
Cessação do cargo		0,00		0,00

Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
Total da remuneração	939.745,44			9.175.757,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,00			10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	297.489,22			6.607.012,00
Benefícios direto e indireto	0,00			934.884,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			692.335,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			156.395,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Pós-emprego	0,00			205.414,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações	0,00			0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros			3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			113.643,03	6.607.012,00
Benefícios direto e indireto			0,00	934.884,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus			0,00	692.335,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	156.395,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego			0,00	205.414,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações			0,00	0,00
Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros		10,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		6.607.012,00		6.607.012,00
Benefícios direto e indireto		934.884,00		934.884,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
Remuneração variável				
Bônus		692.335,00		692.335,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		156.395,00		156.395,00

Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
Pós-emprego		205.414,00		205.414,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
Total da remuneração	297.489,22			8.596.040,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,00			10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	281.074,47			7.080.459,00
Benefícios direto e indireto	0,00			707.499,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			418.802,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			331.947,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Pós-emprego	0,00			49.082,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações	0,00			0,00

Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros			3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			234.936,24	7.080.459,00
Benefícios direto e indireto			0,00	707.499,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus			0,00	418.802,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	331.947,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego			0,00	49.082,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações			0,00	0,00
Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros		10,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		7.080.459,00		7.080.459,00
Benefícios direto e indireto		707.499,00		707.499,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
Remuneração variável				
Bônus		418.802,00		418.802,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		331.947,00		331.947,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
Pós-emprego		49.082,00		49.082,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
Total da remuneração	281.074,47			8.587.789,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros			3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			100.819,23	5.457.520,00
Benefícios direto e indireto			0,00	888.678,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Remuneração variável				
Bônus			0,00	900.421,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	498.339,00

Descrição de outras remunerações variáveis			Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.	
Pós-emprego			0,00	49.900,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações			0,00	0,00
Observação			A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.	
Nº de membros	12,00			10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	263.919,69			5.457.520,00
Benefícios direto e indireto	0,00			888.678,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00			900.421,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			498.339,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há outra remuneração além da remuneração fixa mensal.			
Pós-emprego	0,00			49.900,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações	0,00			0,00
Observação	A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.			
Nº de membros		10,00		10,00
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore		5.457.520,00		5.457.520,00
Benefícios direto e indireto		888.678,00		888.678,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Os benefícios indiretos incluem custos com moradia e locomoção, principalmente no caso de diretores expatriados.		
Remuneração variável				
Bônus		900.421,00		900.421,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		498.339,00		498.339,00
Descrição de outras remunerações variáveis		A Companhia possui para os diretores um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliado ao final de cada ano, a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.		
Pós-emprego		49.900,00		49.900,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações).		
Total da remuneração			100.819,23	7.794.858,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

13. Remuneração dos administradores

13.3 Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; d. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários fixos mensais. Não recebem qualquer remuneração variável quer vinculada a desempenho, quer vinculada a lucros e resultado.

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva	2014 (R\$)	2013 (R\$)	2012 (R\$)	2011 (R\$)
Número de membros	10	10	10	10
Bônus	1.060.031	848.729	418.802	900.421
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	78.111	42.389	36.564	30.701
Valor máximo previsto no plano de remuneração	272.526	152.424	138.483	127.060
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no Resultado	Não há	Não Há	Não Há	Não Há
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	165.637	156.395	331.947	498.339

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: a. termos e condições gerais; b. principais objetivos do plano; c. forma como o plano contribui para esses objetivos; d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor; e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; f. número máximo de ações abrangidas; g. número máximo de opções a serem outorgadas; h. condições de aquisição de ações; i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; j. critérios para fixação do prazo de exercício; k. forma de liquidação; l. restrições à transferência das ações; m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social¹

Em regra, cada Conselheiro de Administração possui pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Certo é que a companhia não possui regra de remuneração aos órgãos da administração com base em ações ou outros valores mobiliários.

Os Conselheiros Fiscais não possuem ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias.

Não há subsidiárias ou controladas.

Órgão da Administração	Total de Ações
Conselho de Administração	22.800.009
Diretoria Executiva	30.849
Conselho Fiscal	0

¹ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa é membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos foram divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (i) data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social; perdidas durante o exercício social; exercidas durante o exercício social; expiradas durante o exercício social; d. valor justo das opções na data de outorga; e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; d. em relação às opções exercíveis: (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

13. Remuneração dos administradores

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação às opções exercidas informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; d. em relação às ações entregues informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição; (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não se aplica. Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a. órgão; b. número de membros; c. nome do plano; d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; e. condições para se aposentar antecipadamente; f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Diretoria Executiva	
Número de membros	10
Nome do Plano de Previdência	Gásius e Naturalprev
Nº de Administradores com condições de se aposentar	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano até 31/12/2013, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 1.053.744,41
Valor total acumulado das contribuições realizadas em 2012, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 125.137,98
Condições de resgate antecipado	Ver observação abaixo

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração.

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração.

OBS da tabela: Um Diretor é participante do plano de previdência complementar do tipo Benefício Definido, administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG – Gásius. Sua contribuição desde a sua adesão ao plano no ano 1987 até Dezembro de 2013 foi de R\$ 197.054,32 (Reserva de Poupança). O resgate antecipado somente pode ocorrer, pelo valor da reserva de poupança e desde que ele se desligue da empresa.

OBS: Outros 06 diretores são participantes do plano do tipo “Contribuição Definida”, que teve início em janeiro de 2008. Para este plano é exigido vinculação mínima de 03 anos para ter direito aos recursos aportados ao plano pela empresa. Somente tem direito aos recursos a partir de 55 anos de idade, sem vinculação a aposentadoria pela previdência oficial.

Ao completar os 55 anos o diretor empregado (como qualquer outro empregado participante do plano - Naturalprev) pode sacar 25% do saldo acumulado em seu nome, sendo o restante convertido em renda mensal por 10, 15 ou 20 anos.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	10,00	10,00	10,00	12,00	12,00	12,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.822.286,00	1.822.286,00	1.661.799,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	373.275,00	373.275,00	438.766,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	779.869,00	779.869,00	858.778,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2012	Informações prestadas em conformidade com a faculdade conferida pelo artigo 67 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009.

Conselho de Administração	
31/12/2013	A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros, e atualmente vem funcionando com 10 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.
31/12/2012	A remuneração do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros, e atualmente vem funcionando com 11 membros, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.
31/12/2011	A remuneração do Conselho de Administração, que é composto por 12 membros e atualmente vem funcionando com 11, é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.

Conselho Fiscal	
31/12/2013	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.
31/12/2012	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo variação a ser indicada.
31/12/2011	A remuneração do Conselho Fiscal, que é composto por 3 membros é fixa e igualmente distribuída para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação a ser indicada.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Tais hipóteses não são previstas na política de remuneração da companhia.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há pagamentos aos membros da administração nas condições acima especificadas, devendo-se observar as informações prestados no item 13.15, deste Formulário de Referência.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****13. Remuneração dos administradores**

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há pagamento de valores aos administradores que não estejam relacionados às funções que exerçam na administração da Companhia, sendo certo que não integram comissões e não prestam serviços de consultoria ou assessoria.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

13. Remuneração dos administradores

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Companhia não possui empresas controladas.

Aqueles membros do Conselho Fiscal da CEG que também ocupam cargos de conselheiros fiscais na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do mesmo grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG RIO S/A*			
Global Ano			
2011	2012	2013	2014**
168.032,05	178.954,13	189.405,06	200.598,89
* Total de 05 membros **Proposta			

Aqueles membros do Conselho de Administração que também ocupam cargos de conselheiros de administração na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho de Administração CEG RIO S/A*			
Global Ano			
2011	2012	2013	2014**
235.244,87	250.535,79	265.167,08	280.838,45
* Total de 07 membros **Proposta			

Alguns membros da Diretoria recebem remuneração do grupo controlador, por se tratarem de Diretores expatriados, que residem no Brasil somente em razão do exercício do cargo.

Diretoria Executiva	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 estimado
Valores recebidos do Controlador a título de remuneração (Diretores expatriados)	2.328.001,00	2.218.602,00	2.724.762,00	3.029.375,69

OBS: Os valores consideram benefícios de qualquer natureza.

13.16 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

13. Remuneração dos administradores

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre a remuneração da administração

A respeito dos itens 13.4, 13.5, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9 deste Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não possui nenhum plano ou tipo de remuneração baseado em ações.

Vale ressaltar, como informado no item 13.5 deste Formulário de Referência, que, em regra, cada Conselheiro de Administração possui pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Nenhum dos Conselheiros Fiscais possui ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****14. Recursos Humanos**

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações: a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); c. índice de rotatividade; d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas:

		Recursos Humanos					
		Total por grupos com base na atividade desempenhada			Total por localização		
		2013	2012	2011	2013	2012	2011
Número de empregados	Diretivos (empregados)	100	100	81	100	100	81
	Administrativo	27	30	38	27	30	38
	Técnico	300	307	321	300	307	321
Número de Terceirizados	Administrativo/apoio	146	128	310	146	128	310
	Área Técnica	210	162	91	210	162	91
	Área Comercial/Serv. cliente	30	19	40	30	19	40
Índice de rotatividade	Empregados	14,25%	11,55%	10%	14,25%	11,55%	10%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas (quantidade de processos trabalhistas)		1.310	1.681	1.880	1.310	1.681	1.681

Nos contratos de prestação de serviços com as empresas prestadoras de serviços terceirizados, há cláusulas que preveem a obrigatoriedade da comprovação do adimplemento com as obrigações laborais e fiscais. O número de terceirizados refere-se a prestadores de serviços / terceirizados (que prestam serviços dentro das dependências da empresa no município do Rio de Janeiro).

Em relação à exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas recomenda-se a leitura do item 4.2 relativo à "Expectativa da variação na exposição aos riscos" deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

14. Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

Nos últimos 03 exercícios houve um aumento do índice de rotatividade abaixo de 5% (cinco por cento), considerado pouco relevante.

A redução, em 2013, da quantidade de ações trabalhistas (-371) movidas em face da empresa, frente ao ano anterior, demonstra o resultado positivo do conjunto de ações que têm sido implementadas pela Companhia, destacadas nos comentários apontados no item 4.2 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

14. Recursos Humanos

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da CEG é baseada na classificação de cargos em níveis de responsabilidade. Cada cargo possui um nível associado, ao qual é atribuída uma faixa salarial.

As movimentações salariais podem decorrer dos seguintes motivos:

- Reajuste Salarial – Reajuste concedido através de análise de posicionamento salarial na faixa e desempenho apresentado pelo empregado. Não resulta em alteração de cargo.
- Promoção – Movimentação na qual o empregado passa a ocupar uma posição de nível superior a atual.
- Transferência – Movimentação em que o empregado passa a ocupar uma posição em outra área da empresa, resultando ou não em aumento salarial.

A política de remuneração variável se aplica a dois grupos na empresa:

- Diretores, Gerentes e Chefes – A política de remuneração variável deste grupo é baseada no atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Ademais, a remuneração deste grupo também é baseada na avaliação individual, que leva em conta os critérios de atuação profissional.
- Comercial e Operações – Política baseada em indicadores de captação de clientes, rentabilidade, prazo de carteira e consumo. É restrita aos empregados que atuam diretamente na captação de clientes residenciais, comerciais e industriais.

b. Política de benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus empregados uma Política de Benefícios diversificada e abrangente, a Companhia oferece 23 tipos de benefícios a seus empregados, os quais estão a seguir indicados:

1. Assistência Médica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes legais para prestação de serviços de assistência médica e hospitalar. O Plano possui uma das redes mais completas e abrangentes de todo o Brasil. Além da cobertura ambulatorial e hospitalar possui cobertura médica em viagem, assistência pessoal e descontos na compra de medicamentos. O atendimento é através de rede credenciada ou livre escolha, com reembolso.
2. Assistência Odontológica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes para prestação de serviços odontológicos. Possui cobertura ampla e atendimento na rede credenciada do plano.
3. Auxílio Creche: Reembolso das mensalidades pagas por mães ou pais empregados à entidades especializadas na guarda, alimentação, higiene, conforto, segurança e assistência educacional dos filhos e enteados comprovadamente reconhecidos. O benefício é concedido até os filhos completarem 6,5 anos de idade. Os valores são fixados em Acordo Coletivo de Trabalho e até o segundo ano de vida o valor é acrescido em 56%.
4. Auxílio a pais e mães empregados que possuem filhos excepcionais: Pagamento mensal através da folha de pagamento de valor estabelecido em acordo coletivo, para realização de tratamento especializado, aos empregados (as) que possuem filhos, enteados ou tutelados que sejam excepcionais.
5. Auxílio Funeral: Reembolso das despesas, em caso de falecimento do empregado (a) ou por falecimento de seus dependentes. O valor limite do reembolso é estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.
6. Auxílio Medicamentos: Este auxílio corresponde a 50% do custo com medicamentos necessários a tratamentos decorrentes de doenças originadas de acidente de trabalho reconhecido pela empresa e doenças crônicas, assim definidas em Acordo Coletivo de Trabalho.
7. Auxílio doença e Acidente de Trabalho: Os empregados que sofrerem redução da capacidade laboral, em decorrência de acidente de trabalho, desde que não estejam aposentados por invalidez, receberão treinamento pago pela empresa, se o INSS não tiver condições de proceder a sua readaptação.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

8. Bolsa de Estudos: Auxílio para participação em cursos de capacitação e qualificação profissional dos empregados e seus dependentes. O reembolso corresponde a 70% do valor da mensalidade de cada empregado, com um limite estabelecido em cada Acordo. O Procedimento encontra-se disponível para consulta a todos os funcionários por meio da rede interna de computadores. A empresa dispõe de um comitê que avalia todas as solicitações e define os contemplados por meio dos seguintes critérios:
 - Cursos que atendam aos objetivos do Plano Estratégico da empresa ou do grupo;
 - Cursos que estejam voltados às atividades do empregado;
 - Avaliação de desempenho do empregado realizada no último ano;
 - Empregado que tenha cursado algum curso técnico, de nível superior ou de pós-graduação e que estejam com matrícula do curso paralisada ou trancada;
 - Empregado que não possua curso técnico, superior ou pós-graduação.
9. Campanha de vacinação: Anualmente a empresa promove campanha de vacinação contra a gripe, disponibilizada gratuitamente a todos os empregados.
10. Cesta Básica: Benefício mensal concedido por meio de cartão magnético aos empregados de menores salários, para compra de gêneros alimentícios que compõem a cesta básica de alimentos. Os valores dos tetos salariais para ter direito a este benefício e o valor do benefício, são fixados no Acordo coletivo de Trabalho.
11. Complementação de Auxílio doença (Previdenciário ou Acidentário): Benefício concedido aos empregados afastados de suas atividades laborais, em gozo de auxílio-doença previdenciário ou auxílio-doença acidentário concedido pela Previdência Social, e que não sejam participantes do GASIUS. Estes empregados farão jus, à custa da empresa, à complementação mensal do benefício previdenciário, por um período máximo de 24 meses. A complementação corresponde a 80 % da diferença entre as 12 últimas remunerações e o valor do benefício do INSS. É facultado, à empresa, após o 6º mês de pagamento da complementação, requerer que o empregado se submeta à exame do médico da previdência e/ou conveniado, podendo suspender o pagamento em caso de recusa do empregado.
12. Desconto na conta de Gás Residencial: Todo empregado tem direito a desconto de 20% na conta de gás residencial e
13. Empréstimo emergencial: A empresa concede, sem incidência de encargos financeiros, Empréstimo Emergencial, com o propósito de auxiliar financeiramente, seu empregado e sua família, em momentos de adversidade. A verba a ser emprestada corresponde até a duas remunerações e o desconto pode ser em até 24 meses, definidas no Acordo Coletivo de Trabalho.
14. Empréstimo para compra de material escolar: Empréstimo oferecido pela empresa, nos três primeiros meses do ano, sem incidência de encargos financeiros, visando à aquisição de material escolar, sendo beneficiados os empregados e seus dependentes. A verba a ser emprestada e as parcelas para desconto, são definidas no Acordo Coletivo de Trabalho.
15. Licença Maternidade: Com a adesão ao programa Empresa Cidadã a Licença maternidade que antes era de 4 meses, foi ampliada para 6 meses.
16. PLR: Anualmente é discutido entre a empresa e o sindicato Representante dos empregados, metas para o programa de PLR – Participação nos Lucros e Resultados. As metas do programa são discutidas entre a empresa e o sindicato e são fixadas a partir de critérios objetivos. O programa do ano de 2012 contempla as seguintes metas: (a) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social;
 - (b) acréscimo do número anual de clientes;
 - (c) redução do índice de absenteísmo; e
 - (d) índice satisfação global dos clientes.
17. Previdência Privada: Plano de Previdência complementar de aposentadorias do tipo CD – contribuição definida. A Contribuição é calculada a partir de um percentual do salário base, escolhido pelo empregado e a empresa aporta valor igual ao aportado pelo empregado. O Benefício será pago ao empregado a partir da data em que o mesmo completar 55 anos (aposentadoria antecipada) ou 60 anos (aposentadoria plena).
18. Serviço de ambulância móvel: Serviço contratado pela empresa, a fim de atender aos empregados nas situações de urgência e emergência, quando os mesmos estiverem nas dependências da empresa ou a serviço da mesma, através de contato telefônico com a Central de Atendimento do Serviço.
19. Seguro de vida em grupo: Benefício custeado, integralmente, pela empresa, com inclusão automática, que garante, em caso de falecimento ou invalidez permanente total ou parcial por acidente do empregado,

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

assistência financeira a seus familiares. O capital segurado é definido em múltiplo de salário, o qual é estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.

20. Vale refeição: Benefício concedido ao empregado para cobrir despesas com refeição. São fornecidos, mensalmente, créditos em cartão magnético, correspondente a alimentação de 22 dias de efetivo trabalho. Não é concedido nos períodos de férias e afastamentos. O valor diário é estabelecido em Acordo Coletivo e o empregado contribuir mensalmente com a quantia de R\$ 0,10.
21. Empréstimo consignado: Regulamentado pela Lei n.º 10820, de 17/12/2003, tem como objetivo propiciar recursos aos colaboradores, a custos bem inferiores aos meios mais comuns de financiamentos, como cheque especial, cartão de crédito ou limites pré-aprovados, por exemplo, com a facilidade do desconto na folha de pagamento, possibilitando ao empregado acesso a orientação quanto ao planejamento financeiro. O Banco Alfa é a instituição financeira contratada para viabilizar esses serviços.
22. Flexibilização de Horário: A empresa possibilita diariamente a flexibilização de horário em 60 minutos e para permitir a conciliação entre a vida pessoal e profissional, estabelece compensações entre dias pontes e saída antecipada às sextas feiras.
23. Abono por faltas ao Serviço: Abono para assunto particular de 2 (dois) dias por ano para quem trabalha no regime de turnos de revezamento, em atividade ininterrupta.
24. Vale transporte - Benefício assegurado pela legislação trabalhista aos empregados que se deslocam diariamente de sua residência para empresa utilizando transporte público. O crédito no valor utilizado pelo empregado é efetuado, mensalmente, através de cartão magnético. O valor do crédito será custeado pelo beneficiário, na parcela equivalente a 6 % de seu salário base e, a parcela excedente pela empresa.

- c. **Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: 1. Grupos de beneficiários; 2. Condições para exercício; 3 Preços de exercício; 4. Prazos de exercício; 5. Quantidade de ações comprometidas pelo plano;**

A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, assim, nenhuma ação de emissão da Companhia é comprometida pelo plano de remuneração dos empregados e colaboradores.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

14. Recursos Humanos

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

São realizadas de 06 (seis) a 8 (oito) reuniões anuais com o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região, para negociar separadamente o reajuste referente a data base e a Participação nos Lucros e Resultados - PLR . As propostas são discutidas e aprovadas em Assembléia dos Trabalhadores na sede do referido Sindicato.

As negociações são conduzidas por representantes da empresa da área de Recursos Humanos, advogado trabalhista de escritório externo, gerente da área operacional e por diretores e representantes sindicais do Sindicato da classe.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Gas Natural Internacional SDG S.A						
05.469.380/0001-21	Espanhola	Sim	Sim	30/11/2013		
	28.126.516.642	54,164925%	0	0,000000%	28.126.516.642	54,164925%
OUTROS						
	23.798.588.683	45,830374%	0	0,000000%	23.798.588.683	45,830374%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	2.441.148	0,004701%	0	0,000000%	2.441.148	0,004701%
TOTAL						
	51.927.546.473	100,000000%	0	0,000000%	51.927.546.473	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Gas Natural Internacional SDG S.A				05.469.380/0001-21	
Gas Natural SDG S.A					
05.469.385/0001-54	Espanhola	Não	Sim	03/02/1995	
58.250.000	100,000000	0	0,000000	58.250.000	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
58.250.000	100,000000	0	0,000000	58.250.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Gas Natural SDG S.A				05.469.385/0001-54		
Criteria Caixa Corp. S/A						
	Espanhola	Sim	Sim	02/04/2009		
0	0,000000	229.483.303	37,490000	229.483.303	37,490000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	259.280.702	38,280000	259.280.702	38,280000	
Repsol YPF S/A						
	Espanhola	Sim	Sim	02/04/2009		
0	0,000000	148.296.584	24,230000	148.296.584	24,230000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL	0	637.060.589	100,000000	637.060.589	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Critéria Caixa Corp. S/A					
OUTROS					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
TOTAL					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Repsol YPF S/A					
OUTROS					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000
TOTAL					
0	0,000000	1	100,000000	1	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	64
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	10
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	45

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	110.973.917	0,213709%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	110.973.917	0,213709%

15.4 - Organograma dos acionistas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

15. Controle

15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2

O Organograma do grupo controlador foi inserido no item 8.2 deste formulário de referência.

Conforme informado no item 15.2 deste formulário de referência, não há acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

15. Controle

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. Partes

BNDES PARTICIPAÇÕES S/A – BNDESPAR,

GEC PARTICIPAÇÕES LTDA

GAS NATURAL SDG S/A

IBERDROLA INVESTIMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA e

PLUSPETROL ENERGY S/A

com interveniência da COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG.

b. data de celebração

27 de abril de 2000.

c. prazo de vigência

O Acordo vigorará durante o tempo em que a BNDESPAR mantiver a qualidade de acionista, com participação igualou superior a 10% (dez por cento) do capital social, obrigando os signatários, seus herdeiros e sucessores.

O número de membros do Conselho de Administração que a BNDESPAR tem o direito de indicar, nos termos do Acordo, será reduzido proporcionalmente a qualquer redução de sua participação na EMPRESA de forma que a BNDESPAR terá o direito de indicar tantos membros para o Conselho de Administração, até o máximo de 03 (três), quantos teria o direito de eleger caso fosse adotado o procedimento de voto múltiplo previsto no art. 141 da Lei 6.404/76.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

As partes se comprometeram a exercer o seu direito de voto de modo a assegurar a eleição de 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados pela BNDESPAR, ficando desde já acordado que os indicados deverão ser membros do quadro funcional ou diretivo do Sistema BNDES e/ou funcionários da administração pública direta da União Federal.

As partes se comprometeram a requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a assegurar a eleição de 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente indicado pela BNDESPAR.

Ficou estabelecido que somente os membros efetivos, titulares ou suplentes, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, tem direito de voto nas respectivas reuniões e assinarão as respectivas atas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Observar a informação constante do item (d) acima, a respeito do exercício do direito de voto.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Não há cláusulas relativas à transferência de ações ou preferências, inclusive ficando expressamente apontado no acordo que não recai sobre as ações da BNDESPAR qualquer direito de preferência ou gravame.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há cláusulas restritivas, devendo-se observar a informação constante do item (c) acima, a respeito do prazo de vigência do acordo de acionistas, que está vinculado à participação acionária do BNDESPAR.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

15. Controle

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor nos últimos três exercícios sociais.

15.7 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

15. Controle

15.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre o controle

A respeito do item 15.2 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não há acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representem o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações.

Neste sentido, vale ressaltar que todas as ações de emissão da Companhia são ordinárias, não havendo ações preferenciais ou de classes distintas.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

16.1. Transações com partes relacionadas

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Para a contratação entre partes relacionadas que envolvam a Companhia, é necessária a apreciação e aprovação dos termos do contrato e/ou avaliação do negócio pelo Conselho de Administração da Companhia, devendo a proposta ser feita pela Diretoria da Companhia em Reunião do Conselho de Administração.

Além do controle dos contratos realizados entre partes relacionadas que é feito pela Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, cada área diretamente afetada / interessada na operacionalização do contrato fica responsável pelo seu acompanhamento e controle.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Gas Natural Informática S/A	01/01/2011	2.823.300,00	R\$ 564.600,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Até 2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Prestação de serviços de informática e outras avenças						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio.						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural SDG S/A	03/01/2005	1.440.000,00	R\$ 1.440.000,0 (anualmente) impactado por cotação euro.	Não é possível aferir	Até 2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto						
Objeto contrato	Reembolso de salários e encargos de expatriados						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio ou quando não houver mais expatriados auferindo salários pagos pela Companhia						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural Servicios Integrales S/A	28/01/2013	1.562.340,00	R\$937.404,00 (impactado por cotação euro)	Não é possível aferir	Até 2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Prestação de serviços - Centro Operativo Integrado Latam						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Gas Natural São Paulo Sul S/A	28/11/2006	83.411,00	Cerca de R\$ 16.682,00 (anualmente)	Não é possível aferir	04 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de pessoal – cooperação técnica administrativa						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes, mediante aviso prévio.						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural São Paulo Sul S/A	28/11/2006	148.949,00	Cerca de R\$ 59.579,72 (anualmente)	Não é possível aferir	Até 2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de informática - cooperação técnica administrativa						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural SDG S/A	02/06/2004	750.000,00	Cerca de R\$ 150.000,00 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Prorrogado por prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto						
Objeto contrato	Utilização do portal internet e utilização serviços helpdesk						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural SDG S/A	01/01/2007	406.250,00	Cerca de R\$ 81.250 (anualmente) impactado por cotação euro	Não é possível aferir	Até 2017	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador indireto						
Objeto contrato	Prestação de serviços de auditoria interna						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
Gas Natural Serviços S/A	01/01/2007	41.425,00	Cerca de R\$ 13.808,00 (anualmente)	Não é possível aferir	Até 2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de pessoal - cooperação técnica administrativa						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
CEG RIO S/A	02/01/2003	864.904,00	Cerca de R\$ 864.904,00 (anualmente)	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de pessoal – cooperação técnica administrativa e reembolso de despesas / custos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							
CEG RIO S/A	02/01/2003	21.969,28	Cerca de R\$ 21.969,28 (anualmente)	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum						
Objeto contrato	Assessoria de informática – cooperação técnica administrativa						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Por acordo ou vontade de qualquer das partes						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****16. Transações com partes relacionadas****16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas no item 16.2 acima, ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

No item 16.2 deste Formulário de Referência, não foram individualizadas transações, contudo a Companhia entende necessário destacar que:

- (i) De acordo com o contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia possui exclusividade na prestação do serviço de distribuição de gás canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do Estado). A mesma se aplica à empresa que presta o mesmo serviço na região do interior do Estado, a qual é controlada pelo mesmo grupo econômico. Tais características, principalmente tendo em conta a falta de concorrência na prestação do serviço específico, resultam naturalmente, no compartilhamento de práticas operacionais. Desta forma, a contratação entre as partes submetidas ao controle comum (ressaltando-se que uma companhia não possui participação acionária na outra) não resulta em conflitos de interesses.
- (ii) Da mesma forma, em se tratando o grupo controlador de operador técnico da Companhia, conforme definido no programa estadual de desestatização, a utilização da tecnologia desenvolvida por empresa do mesmo grupo, no Brasil ou no exterior, também não resulta em conflitos de interesses, posto que na verdade, trata-se justamente da operacionalização do serviço pelo operador técnico.
- (iii) as transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, são realizadas dentro dos mesmos parâmetros que teriam sido contratadas com partes não relacionadas. Para tanto, a empresa observa os valores praticados no mercado, bem como os serviços que são oferecidos, buscando informações comparativas no mercado, inclusive com relação à capacitação técnica para a realização do objeto do contrato;
- (iv) muitas vezes são obtidas melhores condições comerciais ou financeiras (quanto à forma de pagamento e/ou, prazo) nas transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, justamente tendo em conta uma política do grupo controlador de aplicar em todos os países nos quais mantém operações, as mesmas regras de controle e sistemas, visando a troca de experiências, o aprimoramento de serviços e de produtos, tendo em conta as distintas realidades vividas em cada país onde mantém operações;
- (v) além disso, garante o objetivo de assegurar a mesma qualidade e eficiência dos serviços prestados todos os países em que mantém operações, por meio da utilização dos mesmos sistemas e controles, melhorando a eficiência da prestação dos serviços do grupo;
- (vi) as condições verificadas nas transações são sempre comutativas, tendo em vista a própria obrigação de cumprir as normas legais dos países onde o grupo mantém suas operações e do país de sua sede, sendo certo que, cada contrato deve ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, ao exercer o controle e fiscalização sobre os atos da administração (diretoria), exigem que os requisitos relativos a comutatividade e ao tratamento de conflitos de interesses, se houver, sejam atendidos, caso a caso.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
30/04/2014	362.585.443,49	Totalmente integralizado	51.927.546.473	0	51.927.546.473
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/04/2013	362.342.011,76	Totalmente integralizado	51.927.546.473	0	51.927.546.473
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2013	362.342.011,76		51.927.546.473	0	51.927.546.473

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/04/2010	Assembleia Geral de Acionistas	26/04/2010	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/04/2011	Assembleia Geral de Acionistas	29/04/2011	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

27/04/2012	Assembleia Geral de Acionistas	27/04/2012	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/04/2014	Assembleia Geral de Acionistas	30/04/2014	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------	------------	------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve nenhum dos eventos descritos no item 17.3 deste Formulário de Referência nos últimos três exercícios.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia nos últimos três exercícios.

17.5 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

17. Capital Social

17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre o capital social

Não há outras informações relevantes sobre o capital social.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprova, em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos são distribuídos anualmente.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos estão assegurados estatutariamente, somente podendo ser alterados por meio de deliberação de Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas que altere o Estatuto Social da Companhia, destacando-se que o direito a dividendos observa a legislação societária vigente.
Outras características relevantes	A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, não havendo previsão estatutária divergente da legislação societária.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto aos acionistas ou que os obriguem a realizar oferta pública, contudo, para a aprovação de determinados temas é adotado quorum qualificado, conforme a seguir identificado:

TEMA	PREVISÃO LEGAL
Eleger ou destituir o Presidente do Conselho de Administração	Art. 141§1º da Lei S/A e Art. 13, §1º e § 5º do Estatuto
Eleger ou destituir os Membros do Conselho de Administração	Art. 141§1º da Lei S/A e Art. 13, § 5º do Estatuto
Eleger ou destituir os Membros Conselho Fiscal	Art. 132, III da Lei S/A
Reformar o Estatuto Social	Art. 122, I Lei S/A
Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia	Art. 122, II Lei S/A
Tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas	Art. 122, III Lei S/A
Autorizar a Emissão de Debêntures	Art. 122, IV Lei S/A
Suspender o exercício dos direitos do acionista	Art. 122, V Lei S/A
Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do Capital Social	Art. 122, VI Lei S/A
Autorizar a Emissão de Partes Beneficiárias	Art. 122, VII e 136 VIII e X Lei S/A
Deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, e cisão da Companhia, sua dissolução e I liquidação, eleger liquidantes e julgar-lhes contas	Art. 122, VIII e 136 IV e IX Lei S/A
Autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata	Art. 122, IX Lei S/A
Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido	Art. 132, II da Lei S/A
Deliberar sobre a distribuição de Dividendos	Art. 132, II da Lei S/A
Criação de ações preferenciais, aumento de classes, alterações nas preferências, nas vantagens, nas regras de resgate ou amortização de ações preferenciais; redução do dividendo obrigatório; participação em grupo de sociedades. Mudança no objeto social, cessação do estado de liquidação,	Art. 136 I a X Lei S/A

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

18. Valores mobiliários

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções e/ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos, previstas no estatuto.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2013**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	107.505	75,00	65,01	R\$ por Lote de Mil
30/06/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	68.800	85,00	85,00	R\$ por Lote de Mil
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	33.900	85,00	84,00	R\$ por Lote de Mil

Exercício social 31/12/2012

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	60,00	60,00	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	120.000	60,00	60,00	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.500	65,00	61,25	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	75.328	65,00	61,15	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia possui apenas ações ordinárias, não tendo emitido valores mobiliários nos últimos três exercícios.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são negociadas somente no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.7 Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar: a. país; b. mercado; c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; d. data de admissão à negociação; e. se houver, indicar o segmento de negociação; f. data de início de listagem no segmento de negociação; g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; i. se houver, banco depositário; j. se houver, instituição custodiante;

Não há emissão de valores mobiliários, pela Companhia, para negociação em mercados estrangeiros.

Conforme destacado no item 18.06 do Formulário de Referência, as ações da Companhia, todas ordinárias, são negociadas somente no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****18. Valores mobiliários****18.8 Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.**

Não houve ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia no atual exercício e nem nos três últimos exercícios sociais.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas, sendo a única companhia de capital aberto integrante do grupo de empresas que estão submetidas ao mesmo controle acionário.

Os acionistas controladores da Companhia não possuem valores mobiliários admitidos à negociação em mercado Brasileiro.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

18. Valores mobiliários

18.9 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não houve ofertas públicas de aquisição relativas a valores mobiliários da Companhia no atual exercício e nem nos três últimos exercícios sociais.

18.10 - Outras informações relevantes

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG**

18. Valores mobiliários

18.10 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre valores mobiliários

A respeito do item 18.5 do Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não emitiu outros valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão, no atual exercício social e nem nos três últimos exercícios sociais.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui plano de recompra de ações e nem plano ou política de remuneração baseada em ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2013****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		2.441.148	215.362,09	0,09
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		2.441.148	215.362,09	0,09

Exercício social 31/12/2012**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		2.441.148	215.362,09	0,09
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		2.441.148	215.362,09	0,09

Exercício social 31/12/2011**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		2.441.148	215.362,09	0,09
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		2.441.148	215.362,09	0,09

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social**Valor mobiliário** Ações

Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)
Ordinária			2.441.148	215.362,09	R\$ por Lote de Mil	20/08/2010	0,004700

19.4 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

19. Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria

19.4 Outras informações relevantes sobre planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria.

A Companhia não possui plano de recompra de ações mantendo, entretanto, 2.441.148 (dois milhões, quatrocentas e quarenta e uma mil, cento e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal em tesouraria, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do processo nº 0023716-49.2003.8.19.0001 (2003.001.024409-2), que determinou à Companhia a recompra das ações ordinárias detidas pelo acionista minoritário Sr. Fernando Cardoso Ferreira.

Reconhecida a procedência da causa proposta pelo acionista minoritário, foi fixado o valor da recompra pelo MM. Juízo da 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo por base o valor histórico das ações, quando o valor destas deveria ser fixado com base na sua cotação de mercado, em obediência à Instrução CVM nº 10/80.

Embora a Companhia tenha recorrido até a última instância contra a decisão proferida, não teve êxito, e o processo foi encerrado em abril de 2014.

As ações ordinárias objeto da operação de recompra serão mantidas em tesouraria, conforme previsto no artigo 30, § 1º, b, da Lei das S.A.

No mês de agosto de 2010 a Companhia informou ao mercado sobre a obrigação determinada judicialmente por meio de dois Comunicados emitidos, nos dias 18/08/2010 e 27/08/2010.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui política de negociação de valores mobiliários aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 15 da Instrução Normativa 358/2002 alterada pela Instrução Normativa 449/2007 da CVM.

20.2 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

20. Política de negociação de valores mobiliários

20.2 Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando:

- a. data de aprovação;**
- b. pessoas vinculadas;**
- c. principais características;**
- d. previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:**

A Companhia não possui política de negociação de valores mobiliários aprovada pelo Conselho de Administração na forma do artigo 15 da Instrução 358/2002 alterada pela Instrução 449/2007.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

21. Política de divulgação

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores é pautada em um Procedimento Interno da Companhia (denominado REL.INV-01-BRA. Ver. 1/08.2009) no qual são definidas as suas funções e responsabilidades, dentre elas o relacionamento com o mercado, com os acionistas e com os órgãos reguladores do mercado.

De acordo com o mesmo documento, a Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores também conta com o suporte da Diretoria de Assuntos Jurídicos da Companhia, certificando-se de que todas as obrigações legais sejam corretamente e tempestivamente cumpridas.

21.2 - Descrever a política de divulgação de Ato ou Fato Relevante, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

21. Política de divulgação

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Conforme política de divulgação adotada pela Companhia, destacamos a seguir as regras concernentes aos procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas.

IV. DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO

4.1. Compete ao Diretor de Relações com Investidores a divulgação e a comunicação à CVM e às Bolsas de Valores de qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, de forma simultânea, em todos os mercados em que tais Valores Mobiliários sejam admitidos a negociação.

4.2. As Pessoas Vinculadas deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores, para que este proceda de acordo com o disposto no presente instrumento, qualquer Ato ou Fato Relevante de que tiverem conhecimento em razão do exercício de suas funções na Companhia.

4.3. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser realizada, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores.

4.3.1. Na hipótese de ser imperativa a divulgação de Ato ou Fato Relevante durante o horário de funcionamento das Bolsas de Valores, o Diretor de Relação com Investidores poderá, no momento da divulgação, solicitar a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários nas referidas entidades.

4.4. A divulgação referida no item 4.1. poderá ser realizada:

(a) por meio de publicação em jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a mais ampla divulgação; ou

(b) de forma resumida, sendo que, neste caso, deverá ser indicado o endereço na rede mundial de computadores - *Internet* onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor idêntico ao remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

4.5. Qualquer Ato ou Fato Relevante que vier a ser divulgado por representante da Companhia através de qualquer meio de comunicação, inclusive em reuniões com analistas de mercado, investidores ou com público selecionado, deverá ser simultaneamente comunicado à CVM, às Bolsas de Valores e ao mercado em geral.

4.6. As Pessoas Vinculadas que constatarem omissão do Diretor de Relações com Investidores na divulgação de qualquer Ato ou Fato Relevante somente se eximirão de suas responsabilidades pessoais se comunicarem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

4.7. A divulgação de informações em operações de oferta pública de Valores Mobiliários e em operação de alienação de controle acionário da Companhia deverá observar o disposto nos artigos 10 e 12 da Instrução CVM n° 358/02.

21.2.- Descrição política de divulgação de fato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Os Atos ou Fatos Relevantes não deverão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia.

5.2. Caso a informação relativa aos Atos ou Fatos Relevantes referida no item anterior escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade dos Valores Mobiliários negociados, tais Atos ou Fatos Relevantes devem ser imediatamente divulgados, diretamente pelos acionistas controladores ou os administradores, ou através do Diretor de Relações com Investidores.

VI. DA MANUTENÇÃO DE SIGILO

6.1. As Pessoas Vinculadas têm o dever de guardar sigilo sobre as Informações Privilegiadas às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como o dever de zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

6.2. As Pessoas Vinculadas deverão fazer com que pessoas que venham a prestar serviços à Companhia, incluindo auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, observem o disposto no item 6.1.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG****21. Política de divulgação****21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

São responsáveis pela divulgação das informações da companhia e pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações o Diretor de Relações com Investidores (de acordo com a política de divulgação aprovada em 17/07/2002 pelo Conselho de Administração da Companhia) e o Diretor Presidente (de acordo com os poderes estatutários fixados no art. 16, § 5º do Estatuto Social da Companhia)

21.4 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

21. Política de divulgação

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes sobre a política de divulgação de informações

Não há outras informações relevantes sobre a política de divulgação de informações da Companhia.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

22. Negócios extraordinários

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No ano de 2009 a Companhia vendeu um terreno de sua propriedade, no Bairro de Botafogo – RJ, onde se localizava uma filial, pelo valor de 10,5 MR\$, por meio de um leilão eletrônico, cujo sinal de 10% do valor foi depositado em uma conta bancária em favor da CEG. Contudo, o registro contábil da operação não pôde ser efetuado, devido a uma ação judicial que questionou a venda do terreno (pendente de decisão definitiva em 2009). Em 2010, foi realizado um acordo nos autos da ação judicial que questionou a venda do terreno no ano anterior, possibilitando finalmente o registro contábil da operação de venda do mencionado terreno.

Em 2010, a Companhia realizou um acordo com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, em um processo judicial, no qual questionava pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que, neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. Com a realização do citado acordo, a CEG recuperou os gastos que eram discutidos na referida ação judicial, no valor de R\$ 58 milhões. Assim sendo, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do acordo, registrando a recuperação dos gastos em "Outras Receitas Operacionais", tendo em, 31 de dezembro de 2010, contra partida no ativo no valor de R\$ 19.333 com expectativa de realização a curto prazo, e R\$ 33.833 com expectativa de realização a longo prazo. Esse recebível será pago em 33 parcelas mensais remanescentes, sendo que sobre o saldo devedor incide atualização anual pelo IGP-M.

Em 2011, 2012 e 2013 não houve a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.



22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

22. Negócios extraordinários

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Em 2010 e 2011, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

Em 2012, em busca de maior eficiência e melhoria do desempenho das atividades e do resultado, a Companhia implantou uma nova estrutura organizacional, na qual as atividades operacionais passaram a ser realizadas pela unidade de Gestão de Redes e pela unidade de Operações, que também concentrou a gestão dos serviços a clientes, mantendo-se inalterada a estrutura da unidade Comercial. O objetivo das mudanças implantadas foi criar mais sinergia e agilidade e permitir uma gestão mais eficiente, utilizando e desenvolvendo o melhor das potencialidades da Companhia e de seus recursos humanos. Além de buscar uma melhor coordenação das diferentes fases do processo de expansão e procurar garantir o cumprimento dos objetivos de negócio em termos de rentabilidade, segurança e qualidade, a estrutura desenhada possibilitou destacar a qualidade do trabalho realizado pelos recursos humanos da Companhia, levando a Companhia a um grau de excelência e reconhecimento ainda maior junto aos clientes.

Em 2013 não houve alteração na forma de condução dos negócios do emissor, mantendo-se a estrutura implantada no ano anterior.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

22. Negócios extraordinários

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve celebração de contratos relevantes pela Companhia, com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

22.4 - Outras informações relevantes

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

22. Negócios extraordinários

22.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes, tendo em vista que a Companhia não realizou negócios extraordinários nos últimos três exercícios sociais.